

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Relatório de  
GESTÃO 2018  
2019

# ÍNDICE

PALAVRA DO PRESIDENTE	4
COMPOSIÇÃO DO TJES NO BIÊNIO 2018/2019	7
PRINCIPAIS AÇÕES DO BIÊNIO	
Eficiência & Celeridade	11
Fóruns & Estrutura Física	21
Execução Penal	23
Gestão de Pessoas	27
Premiações & Homenagens	28
Cidadania	30
Segurança	33
Visitas & Eventos Institucionais	34
COORDENADORIAS, ASSESSORIAS & SECRETARIAS DO TJES	
Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais	41
Coordenadoria da Infância e da Juventude	48
Coordenadoria dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública	52
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar	55



# *PALAVRA DO PRESIDENTE*

O presente relatório tem por objetivo registrar as principais atividades desenvolvidas pela Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), durante o biênio 2018/2019.

No decorrer do citado biênio, atenta às premissas de responsabilidade, transparência e compromisso, a Administração priorizou ações que contribuíssem para a modernização e o descongestionamento do Poder Judiciário capixaba, bem como para a participação, valorização e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

No escopo da prestação jurisdicional célere e eficaz, restou ampliado o projeto de Audiência de Custódia no Poder Judiciário do Espírito Santo, de forma a englobar as Comarcas pertencentes às Regiões Central, Sul, Norte e Noroeste do Estado.

Também houve a constituição de Força Tarefa, composta por assessores de juízes, para atuar em apoio às unidades judiciárias com maior taxa de congestionamento, além da expansão do PJe para o 1º Grau de Jurisdição e implantação no 2º Grau de Jurisdição, com a disponibilização do Agravo de Instrumento até o dia 02 de dezembro de 2019.



Destaque-se, de igual forma, a realização de inúmeros mutirões do Juizado Itinerante, percorrendo Comarcas do interior, visando ao cumprimento da Meta 8 estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, que prioriza o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica. Além de realizar as audiências, a equipe responsável ofereceu atendimento social e psicológico, cartilhas educativas e orientação jurídica para todas as mulheres que buscaram apoio.

Também foi realizado o primeiro Mutirão Carcerário Eletrônico do País, objetivando a análise de 9 mil processos de execução penal, e editado o Ato Normativo Conjunto nº 023/2019, que determinou a obrigatoriedade da protocolização, da distribuição e da emissão de atos cartorários e judiciais em sistema informatizado próprio, nos procedimentos submetidos aos Plantões do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça, esta Presidência procedeu às outorgas de delegações das Serventias Extrajudiciais, relativas ao Concurso Público deflagrado pelo Edital nº 01/2013.

No campo da modernização, é digna de realce a implantação do BNMP 2.0. O Espírito Santo foi o primeiro Estado da Região Sudeste a integrar a plataforma digital de controle de detentos criada pelo CNJ e a concluir o cadastro dos mandados de prisão no sistema BNMP 2.0, no total de 20.003 presos, bem como a introdução do sistema de Gravação de Audiências em todas as unidades do Estado do Espírito Santo.

Outra iniciativa importante foi a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), totalizando o cadastro e tramitação de forma eletrônica de 37.500 guias de execução penal, além da aquisição de painéis eletrônicos para as principais salas de audiência do TJES e Salão Nobre.

Relevantes conquistas foram alcançadas também na esfera dos recursos humanos, evidenciando a ênfase desta Administração no fortalecimento do quadro funcional e na valorização de magistrados e servidores, dentre elas, de bom alvitre enumerar:

1. Implementação dos efeitos financeiros das progressões dos servidores do Poder Judiciário Estadual, relativas aos anos de 2015 e 2016;
2. Celebração de convênio com o Poder Executivo Estadual para implantação do sistema de Recursos Humanos (Siarhes - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos), com previsão de pleno funcionamento em dezembro de 2019;



3. Efetiva implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação, que agiliza a tramitação dos expedientes administrativos no Poder Judiciário, promovendo economia de tempo e recursos (como papel, toner...) e gerando mais transparência no trâmite respectivo;
4. Lotação, no 1º grau de Jurisdição (Comarca da Capital), de 09 oficiais de Justiça, além de 11 analistas judiciários, visando à adequação aos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções do CNJ nº 88/2009 e 219/2016;
5. Nomeação de funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação, objetivando à implementação do PJe em todo o Poder Judiciário Estadual;
6. Nomeação de 30 candidatos aprovados no II Processo Seletivo de juiz leigo do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

As ações até aqui delineadas são apenas alguns exemplos de importantes iniciativas empreendidas durante o biênio 2018/2019. Uma visão mais completa e detalhada das atividades desempenhadas pelas unidades que compõem esta Instituição poderá ser extraída da análise completa do relatório de prestação de contas, que elenca as ações desenvolvidas por todos os setores deste Tribunal de Justiça, de forma pormenorizada.

Oportuno observar que o reconhecimento de tantas conquistas provoca o irrenunciável agradecimento por parte da Administração a cada desembargador, juiz, secretário, servidor, estagiário e demais colaboradores, sem cujo empenho e irrestrito auxílio, nada, ou muito pouco, teria sido realizado.

Registre-se que, com o presente relatório, o TJES presta sua contribuição, permitindo aos órgãos fiscalizadores a apreciação e julgamento dos resultados, além de fortalecer os valores relativos à eficiência e transparência na Administração Pública, para o controle social e para o exercício pleno da cidadania.



Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama  
*Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo*  
Biênio 2018 – 2019

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Composição no Biênio 2018/2019

## MESA DIRETORA

**Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama**

*Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)*

**Desembargador Ney Batista Coutinho**

*Vice-Presidente do TJES*

**Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior**

*Corregedor Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo (CGJ-ES)*

**Desembargador Carlos Simões Fonseca**

*Vice-Corregedor da Justiça (CGJ-ES)*

## OUVIDORIA

**Desembargador Ewerton Schwab Pinto Júnior**

*Ouvidor do Poder Judiciário Estadual*

**Desembargadora Elisabeth Lordes**

*Vice-Ouvidora do Poder Judiciário Estadual*

## COORDENADORIAS

**Desembargadora Janete Vargas Simões**

*Supervisora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos*

**Desembargador Fernando Zardini Antonio**

*Supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais*

**Juíza de Direito Gisele Souza de Oliveira**

*Coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais*

**Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos**

*Supervisor das Varas da Infância e da Juventude*

**Juíza de Direito Patrícia Pereira Neves**

*Coordenadora das Varas da Infância e da Juventude*

**Desembargador Fernando Estevam Bravim Ruy**

*Supervisor dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais*

**Juíza de Direito Ana Cláudia Rodrigues de Faria**

*Coordenadora dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública*

**Juiz de Direito Leonardo Alvarenga da Fonseca**

*Coordenador dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública*

COMPOSIÇÃO DO PLENO

Desembargador Adalto Dias Tristão

Desembargador Manoel Alves Rabelo

Desembargador Pedro Valls Feu Rosa

Desembargador Sergio Bizzotto Pessoa de Mendonça

Desembargador Alvaro Manoel Rosindo Bourguignon

Desembargador Annibal de Rezende Lima

Desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama

Desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa

Desembargador Fabio Clem de Oliveira

Desembargador Samuel Meira Brasil Junior

Desembargador Ney Batista Coutinho

Desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama

Desembargador Carlos Simões Fonseca

Desembargador Namyr Carlos de Souza Filho

Desembargador Dair José Bregunçe de Oliveira

Desembargador Telêmaco Antunes de Abreu Filho

Desembargador Willian Silva

Desembargadora Eliana Junqueira Munhos Ferreira

Desembargadora Janete Vargas Simões

Desembargador Robson Luiz Albanez

Desembargador Wallace Pandolpho Kiffer

Desembargador Jorge do Nascimento Viana

Desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy

Desembargador Ewerton Schwab Pinto Júnior

Desembargador Fernando Zardini Antonio

Desembargador Arthur José Neiva de Almeida

Desembargador Jorge Henrique Valle os Santos

Desembargadora Elisabeth Lorges

ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA,  
SECRETÁRIOS E COORDENADORES

Secretário Geral do Tribunal de Justiça  
**Marcelo Tavares de Albuquerque**

Subsecretária Geral do Tribunal de Justiça  
**Aline Carolino Santos Davel**

Chefe de Gabinete da Presidência  
**Claudio Nunes Marinho**  
**José de Magalhães Neto**

Juízes Assessores Especiais da Presidência  
**Dr. Fábio Brasil Nery (CNJ)**  
**Dr. Paulo César de Carvalho (Magistrados)**

Assessoras dos Juízes Especiais da Presidência  
**Lorena Alves de Alvarenga Almeida (CNJ)**  
**Nathália Cossual Alvarenga (CNJ)**  
**Juliana Gabrieli Pimentel (Magistrados)**

Juiz Auxiliar de Precatórios  
**Dr. Felipe Monteiro Morgado Horta**

Assessora de Precatórios  
**Livia Simões de Nadai**

Apoio da Presidência  
**Karla Viçosi Casagrande**  
**Laís Vieira Perim**  
**Priscyla Pellissari**  
**Sônia Gobetti**

Assessores Jurídicos da Presidência  
**Gisele Albani Ribeiro**  
**Gustavo Pimentel**  
**Filipe Ramos Oliveira**  
**Taísa Bortolon Ramos**

Assessor de Cerimonial e Relações Públicas  
**Sergio Figueira Sarkis Filho**

Assessora de Imprensa e Comunicação Social  
**Andréa Mesquita de Resende**

Assessores de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica  
**Maria Elysa Gonçalves de Souza**  
**Rita Almeida**

Coordenadores da Escola da Magistratura  
do Estado do Espírito Santo (EMES)  
**Izabella Dalla Sily Casagrande**  
**Mariana Santos de Queiroz Araújo**



Assessor de Segurança Institucional

**Anderson Perciano Faneli**

Assessor Militar

**Tenente Coronel Roger de Oliveira Almeida**

Secretário de Controle Interno

**José Adriano Pereira**

Coordenador de Auditoria da Secretaria de Controle Interno

**Frederico de Sá Magalhães**

Coordenadora de Acompanhamento de Gestão  
da Secretaria de Controle Interno

**Simone Caliman Rangel**

Secretária da Secretaria Judiciária

**Luciana Merçon**

Coordenadora de Protocolo, Registro e Distribuição

**Karla di Marcello Valladão Lugon Mazzoni**

Coordenador de Gestão da Informação Documental

**Fábio Buaiz de Lima**

Coordenadora da Taquigrafia

**Rosiane Cardoso**

Secretário de Tecnologia da Informação – STI

**Carlos Vinícius Arimatea**

Coordenador de Desenvolvimento da STI

**Luiz Cláudio Schwartz Borges**

Coordenador de Suporte e Manutenção da STI

**Eduardo Oliveira Faria**

Secretária de Gestão de Pessoas – SGP

**Cíntia Simões Varejão**

Coordenador de Recursos Humanos da SGP

**Eufania Aparecida Franck**

Coordenador de Pagamento de Pessoal da SGP

**Pedro Paulo Gondim Simmer**

Coordenadora de Serviços Psicossociais e de Saúde da SGP

**Sílvia Oppenheimer Pitanga Borges**

Secretário de Engenharia e Projetos

**Wagner Oliveira Marques**

Coordenadora de Projetos

**Raffaella Lage Cardinelli**

Coordenador de Fiscalização de Obras

**Rafael Cani Ferreira**

Secretária da Secretaria de Infraestrutura

**Sandra Carvalho Moreira Força**

Coordenador de Suprimento e Controle Patrimonial

**Anderson Richa**

Coordenadora de Compras, Licitação e Contratos

**Ellen Virgínia de Freitas Tononi**

Coordenador de Serviços Gerais

**Fábio Dias**

Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

**Fábio Cardoso Melo**

Coordenadora de Contabilidade

**Soneide de Almeida Santos**

Coordenadora de Execução Orçamentária e Financeira

**Carla Zambi Meirelles**





# PRINCIPAIS AÇÕES DO BIÊNIO

# EFICIÊNCIA & CELERIDADE



---

## Processo Judicial Eletrônico na segunda instância

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) iniciou, em 2019, a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na segunda instância do Poder Judiciário, principal meta da gestão do desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama.

As ações para a instalação do PJe no Tribunal de Justiça tiveram início em maio, quando o Tribunal Pleno aprovou a implantação do sistema em segundo grau de jurisdição. Desde então, o TJES recebeu o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a ampliação do sistema, que ao fim do biênio entra em operação na segunda instância, para interposição e tramitação de Agravos de Instrumento, seus incidentes e recursos dele decorrentes.

A iniciativa foi elogiada pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, que parabenizou o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), por meio do presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, pela implementação do PJe, no âmbito do segundo grau de jurisdição.

A ampliação do sistema garante mais celeridade à tramitação dos processos, pois extingue atividades desnecessárias no meio eletrônico, como juntadas de petições, carga processual, vista e juntadas de decisões proferidas por Cortes especiais ou pelo STF, entre outras. O processo virtual também elimina a limitação física do papel e promove a economia de recursos públicos.

## Sistema Eletrônico de Informação (SEI)

Os procedimentos, expedientes e documentos administrativos do Poder Judiciário do Espírito Santo passaram a tramitar eletronicamente durante o biênio. O Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que já havia começado a ser usado em 2018, se tornou obrigatório para os documentos administrativos da segunda instância desde março de 2019, e da primeira instância no mês de agosto.

Mais de 660 servidores de todo o estado receberam treinamento, ao longo de 2019, para utilizar o sistema, que dá mais celeridade à tramitação dos processos administrativos do Poder Judiciário. Os treinamentos foram organizados em 10 grandes regiões do Estado, para que os servidores de todas as 69 comarcas do Espírito Santo tivessem a oportunidade de participar. Os cursos foram ministrados pelo gestor do SEI, Fábio Buaiz de Lima.

O SEI é um software de gestão de processos administrativos, que permite a tramitação virtual



*Servidores do Poder Judiciário Estadual participam de treinamento sobre o Sistema Eletrônico de Informação (SEI)*

de expedientes, desde a criação, edição, assinatura, até o armazenamento. Dessa forma, o projeto também elimina a limitação física do papel, gerando eficiência, economia de dinheiro público e transparência administrativa. A plataforma pode ser acessada totalmente via web, por meio dos principais navegadores do mercado, inclusive por acesso remoto e por meio de diversos tipos de equipamentos.



*A servidora Isabely Fontana da Mota apresenta as novas funcionalidades do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento de Crianças e Adolescentes*

## Sistema de Adoção do Judiciário Estadual escolhido como modelo para o Cadastro Nacional de Adoção

Em 2018, ano em que completou 10 anos, o Sistema de Informação e Gerência da Adoção (SIGA) do Poder Judiciário do Espírito Santo foi escolhido como modelo para o desenvolvimento do novo Cadastro Nacional de Adoção. Para se transformar num sistema que seria utilizado em todo o País, o SIGA foi aprimorado e novas funcionalidades foram implantadas para atender a todos os Tribunais, tendo em vista que cada estado tem as suas particularidades, a sua forma de trabalhar.

Para esse desafio, servidores dos Tribunais de Justiça do Paraná, São Paulo, Bahia e Rondônia somaram esforços



*Presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, participa da apresentação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento do CNJ, lançado pelo ministro Dias Toffoli em Brasília*

com os servidores do TJES na fase de testes, e o novo Cadastro Nacional de Adoção foi apresentado em Brasília, no dia 20 de agosto de 2018, pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Desde então, o Sistema Nacional de Adoção (SNA) estava sendo mantido pela Infraestrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), conforme Portaria nº 11/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça e o Acordo de Cooperação Técnica STJ/TJES/SCJ-ES nº 1/2018, na qual o PJES se comprometeu a suportar a implantação do sistema na fase de testes.

A transferência do sistema para o Conselho Nacional de Justiça aconteceu em junho de 2019. A solenidade oficial de lançamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento foi realizada, no dia 15 de agosto, em Brasília, com a presença do presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli; do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha; do corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, além do presidente do TJES, desembargador

Sérgio Luiz Teixeira Gama, e do corregedor geral da Justiça do ES, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior.

Entre os avanços do novo Cadastro Nacional de Adoção, estão: busca inteligente (varredura automática diária entre perfil de crianças e pretendentes, informando ao juiz); emissão de alertas para a Corregedoria em caso de demora nos prazos dos processos com crianças acolhidas; cadastro dinâmico, com atualização facilitada e acesso dos pretendentes por login e senha; busca de dados aproximados do perfil escolhido para ampliar as possibilidades de adoção; e integração do CNA com o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), entre outros.

---

## **Reestruturação dos Juizados Especiais**

O Projeto de Reestruturação dos Juizados Especiais, proposto pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo e aprovado pela Assembleia Legislativa, foi sancionado pelo então governador Paulo Hartung, em dezembro de 2018.

A proposta da Lei Complementar nº 900, que alterou os dispositivos da Lei Complementar nº 234/2001, foi a melhor distribuição dos processos e a modernização dos Juizados, principalmente com relação às turmas recursais, tendo em vista a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe).



O Projeto de Reestruturação dos Juizados Especiais foi elaborado pela Coordenadoria dos Juizados Especiais, cujo Supervisor é o **desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy**.

### Regulamentação da nomeação de advogados dativos

O Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES) regulamentou a nomeação de advogados para atuarem como dativos em processos da Justiça Estadual. Segundo a Resolução nº 05/2018, assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e publicada no Diário da Justiça no dia 05 de fevereiro de 2018, a nomeação de advogado para atuar como dativo perante as unidades judiciárias do PJES será feita em favor de advogados inscritos perante o respectivo Juízo.

Apenas haverá nomeação de advogados para atuarem como dativos quando a Defensoria Pública do Estado não puder prestar a devida assistência à parte, por inexistência ou insuficiência de defensores públicos na Comarca ou Juízo, devendo ser conferida à Defensoria Pública do Espírito Santo a prioridade para a prática dos atos processuais.

### Convênio para atuação no Núcleo de Práticas Jurídicas

As 1ª, 3ª e 4ª Varas Criminais de Colatina e o Centro Universitário do Espírito Santo (Unesc) firmaram, no dia 20 de novembro de 2018, um Termo de Cooperação para a atuação no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da faculdade, que passou a atuar na defesa técnica de réus sem condições de arcar com os custos de honorários de advogado.

### Juízes leigos reforçam Juizados Especiais do Estado

Os Juizados Especiais do Espírito Santo ganharam reforço, em fevereiro de 2018, com a chegada de 41 Juízes Leigos. Os auxiliares da Justiça, escolhidos entre os advogados com mais de dois anos de atuação, que foram selecionados pelo II Processo Seletivo Público para Juiz Leigo, atuam na condução de audiências de conciliação e nas audiências de instrução e julgamento. Participam, ainda, da elaboração de projetos de sentença relativos aos processos aptos para julgamento, que são submetidos à análise e homologação pelo Juiz de Direito.



### Portal Eletrônico de Intimação para atender demandas na área de saúde

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), lançou, no dia 19 de dezembro de 2018, o MJ online (Mandado Judicial online), um Portal Eletrônico de Intimação para dar mais celeridade ao cumprimento de ações judiciais da área de saúde,

visto que as intimações, que antes exigiam burocracia, papel e o trabalho do oficial de justiça, agora são enviadas pelo sistema.

## TJES recebe inspeção do Conselho Nacional de Justiça

De 18 a 22 de fevereiro de 2019, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu uma inspeção de rotina do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais do TJES e serventias extrajudiciais do Estado.

Durante a solenidade de encerramento da inspeção, o desembargador Sérgio Gama agradeceu pelo profissionalismo e a deferência com que servidores e magistrados do Poder Judiciário Estadual foram tratados pela equipe do CNJ, e pelo empenho e dedicação dos magistrados e servidores do TJES.



*“Tenho um orgulho muito grande de dizer que pertencem ao meu tribunal, porque eu sinto que eles realmente vestem a camisa do Tribunal de Justiça”*

Desembargador Sérgio  
Luiz Teixeira Gama  
Presidente do TJES

## Ferramenta online permite ao público consultar a lista de processos aptos para julgamento

O site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo ganhou, em maio de 2019, uma ferramenta que permite ao público em geral consultar a lista de processos aptos para julgamento em todo o Estado. A iniciativa atende ao parágrafo primeiro do art. 12 do Novo Código de Processo Civil, que dispõe sobre a ordem cronológica que os juízes e Tribunais devem seguir para proferir sentenças e acórdãos.

A ferramenta de consulta pública, desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação, é fruto do esforço de

Para pesquisar esses processos, basta acessar a página do TJES na internet – [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br), seguir o mesmo caminho da Consulta Processual e, em seguida, clicar em Lista do Art. 12 do CPC. Após a seleção da Comarca e da Vara, é apresentada uma tabela contendo o número do processo, a classe e a data de conclusão.

um Grupo de Trabalho formado por magistrados e servidores de diversas áreas, criado pelo Ato Conjunto nº 248/2018, para dar ainda mais transparência às ações do Judiciário.

## Força-tarefa promove celeridade processual

A força-tarefa instituída pela Presidência do Tribunal de Justiça em 2019, com o objetivo de promover a celeridade processual e a prestação de tutela jurisdicional de modo efetivo, já analisou 1020 processos entre os meses de junho e outubro.

Uma equipe formada por nove servidoras e cinco magistrados designados, sem prejuízo de suas funções, já atuou em 562 processos em tramitação na 4ª Vara Cível de Vitória, 367 processos da Vara Única de Presidente Kennedy e 91 processos da 1ª Vara de Pancas.

O grupo de trabalho, de caráter contínuo, foi criado pelo Ato Normativo nº 84/2019 com o intuito de auxiliar as unidades judiciárias com maior taxa de congestionamento, a fim de viabilizar o impulsionamento e o julgamento de processos. Esse diagnóstico é feito com a colaboração do Núcleo de Estatística do TJES.

O principal foco do trabalho é a análise dos processos que estão prontos para o juiz emitir a sentença, conforme o artigo 12 do Código de Processo Civil (CPC), segundo o qual deve ser observada, preferencialmente, a ordem cronológica de conclusão do processo para proferir a sentença.

## Painel de Gestão

O Poder Judiciário do Espírito Santo lançou, no dia 13 de setembro de 2019, no Salão Pleno do Tribunal de Justiça, o Painel de Gestão, uma nova ferramenta digital que permite aos gestores a análise, de forma rápida, das demandas de trabalho e produtividade, auxiliando no gerenciamento das Varas. Com a plataforma, disponível na intranet, os juízes podem identificar os pontos de congestionamento de processos e definir estratégias para aprimorar a prestação jurisdicional.



*Juiz Marcelo Bressan apresenta a ferramenta Painel de Gestão para os magistrados da Justiça Estadual*

O Painel de Gestão é dividido em dois ambientes. O primeiro é denominado “Gestão da Vara” e apresenta dados gerais relevantes para o controle de cada unidade judiciária como, por exemplo, a quantidade de processos distribuídos, conclusos, parados no cartório, além do número de sentenças, decisões e despachos. Todas as informações são compiladas e exibidas por meio do sistema de informática Business Intelligence (B.I).

O segundo ambiente, chamado de “Medidas do CNJ”, traz os dados compilados conforme os parâmetros utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça na análise estatística de todos os Tribunais Brasileiros. É possível saber, por exemplo, a taxa de congestionamento, os casos novos, os pendentes, os baixados, de acordo com a métrica determinada pelo CNJ, e acompanhar se as metas estão sendo cumpridas. E, ainda há um botão de Informação, simbolizado pela letra “I”, que direciona o usuário para um glossário com a definição daquela determinada medida, para melhor compreensão.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, ressaltou que o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo vem promovendo ações objetivando a melhoria da prestação jurisdicional.





*“Consideramos uma importante entrega porque permitirá aos senhores magistrados conhecerem os dados das suas unidades judiciárias, ao mesmo tempo que poderão, com base nessas informações, adotar procedimentos julgados convenientes para a melhoria e celeridade da tramitação processual”*

Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama  
Presidente do TJES

---

## **Novo Programa de Atualização de Débitos Judiciais**

O Poder Judiciário implantou, em outubro de 2019, um novo Programa de Atualização de Débitos Judiciais para garantir mais celeridade, confiabilidade e segurança a todos os cálculos realizados nas Contadorias do Poder Judiciário Estadual.

A ferramenta pode ser utilizada para todos os tipos de cálculos relacionados a desapropriação, dano moral, material, pensão, FGTS e outros. Além de permitir a inserção de acessórios como custas, honorários, juros e todos os tipos de multas.

---

## **Pedidos analisados nos plantões judiciários são cadastrados e distribuídos em sistemas informatizados**

Em outubro de 2019, os pedidos, requerimentos, comunicações, autos, processos e quaisquer documentos apresentados ou processados durante o período de plantão judiciário nos primeiro e segundo graus de jurisdição passaram a ser recebidos e cadastrados em sistema informatizado próprio, em substituição ao registro manual.

Segundo o Ato Normativo nº 23/2019, que regulamentou o uso de sistema eletrônico nos plantões judiciários, as demandas serão protocoladas e registradas pelo servidor do órgão julgador plantonista no sistema e-Jud, para primeira instância, e no sistema Segunda Instância, para o segundo grau.

Para que o registro dos casos apreciados em regime de plantão judiciário de 1º grau fosse possível, a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) promoveu melhorias no sistema e-Jud, com identificação do processo no padrão da numeração única do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), possibilitando o uso das demais funcionalidades existentes no sistema, como a assinatura eletrônica de documentos, o acompanhamento da tramitação processual e a extração de informações estatísticas.

O registro das petições no sistema informatizado contém identificação do magistrado plantonista e do órgão julgador de plantão, que não ficam vinculados ao processo após o seu término, pois os autos e petições são encaminhados à Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição ou ao Juízo competente no início do expediente do primeiro dia útil após o plantão.

A medida garante mais agilidade no registro e nos demais atos praticados durante os plantões judiciários; mais transparência, pois será possível acompanhar a tramitação processual desde o registro inicial; além da possibilidade de gerenciamento dos casos atendidos em plantão e dos dados estatísticos.

## Sistema de Depósitos Judiciais para Emissão de Alvará Eletrônico

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, o corregedor geral de Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, e o então diretor-presidente do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), Michel Sarkis, lançaram, no dia 31 de agosto de 2018, o Sistema de Depósitos Judiciais para Emissão de Alvará Eletrônico, desenvolvido pelo Banco, em parceria com o TJES.



*O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, discursa no lançamento do Sistema de Depósitos Judiciais para Emissão de Alvará Eletrônico.*

Por meio do Sistema, magistrados e servidores do Poder Judiciário podem abrir contas de depósito judicial e consultar, a qualquer tempo, os extratos dessas contas sem necessidade de expedição de ofício ao Banestes. Além disso, todas as movimentações na conta judicial podem ser feitas de forma eletrônica, trazendo mais segurança e celeridade processual.

## Sistema de Mediação Digital das Execuções Fiscais

O Tribunal de Justiça lançou, no dia 04 de outubro de 2019, o Sistema de Mediação Digital, desenvolvido em parceria com o Banestes e a Prefeitura de Vitória para ajudar os contribuintes a negociarem suas dívidas com o município.

A nova plataforma representa um ambiente de diálogo entre o município e os cidadãos. De maneira simples, fácil e moderna, as pessoas físicas e jurídicas poderão visualizar suas pendências e as formas de quitar suas dívidas.

## Corregedoria Geral da Justiça cria Centro de Inteligência Artificial

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-ES) criou, em maio de 2019, um Centro de Inteligência Artificial (CorE-IA) para atender às demandas do Poder Judiciário estadual. O Provimento nº 21/2019, que instituiu o CorE-IA, foi assinado pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior.

O CorE-IA é uma comunidade colaborativa de pesquisa para o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial e automatização de rotinas, inovações tecnológicas que visam facilitar o dia a dia da Justiça capixaba.



---

## TJES e Governo do Estado celebram acordo para implantação de projetos inovadores

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, o Corregedor Geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior e a Secretária de Estado

de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Menezes Loureiro, assinaram, no dia 27 de agosto de 2019, um acordo de cooperação técnica entre o Poder Judiciário e o Governo do Estado, para fomentar a adoção de práticas e projetos inovadores no Espírito Santo.



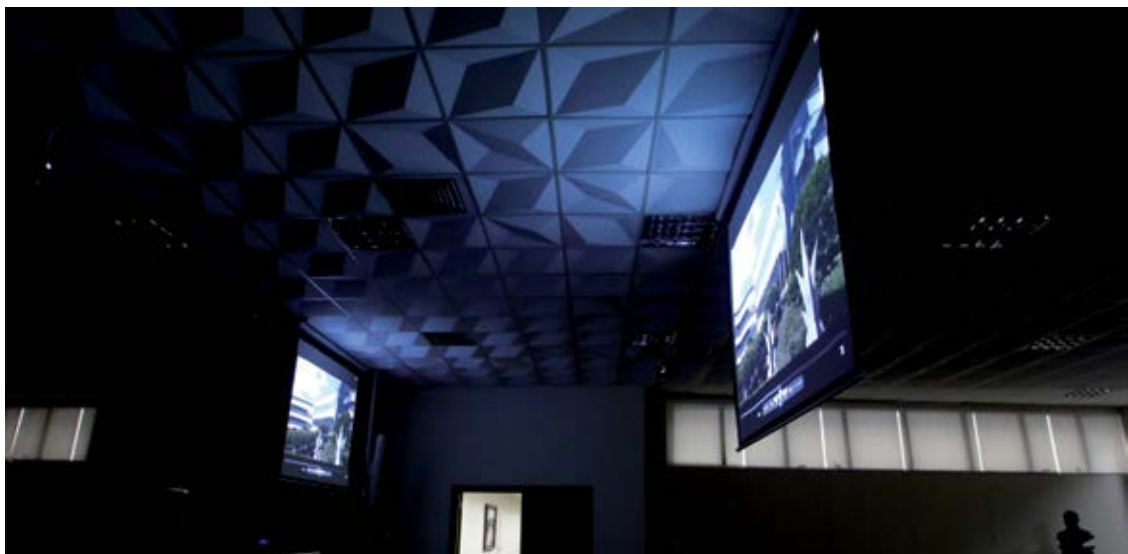
De acordo com o termo de cooperação técnica, o objetivo do convênio é promover mais eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e na prestação de serviços à sociedade. A cooperação entre os órgãos participantes consiste em uma série de ações, como: promover

estudos e ações de interesse comum que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras; compartilhar práticas, conhecimentos e experiências referentes à inovação no setor público; realizar eventos e ações de divulgação da temática da inovação e, por fim, estender aos servidores dos órgãos conveniados a participação em eventos e ações de capacitação e desenvolvimento profissional promovidos por suas unidades competentes.

---

## Telões automatizados no Tribunal Pleno e em salas de sessões e treinamento

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), adquiriu, em 2019, através de licitação pública (Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2019), projetores de imagens multimídia e telões, com o objetivo de fornecer suporte multimídia para eventos, apresentações, reuniões, cursos, palestras, seminários e atividades correlatas, no que concerne às atividades realizadas no âmbito do Poder Judiciário Estadual. A instalação dos telões foi providenciada de acordo com as necessidades do Poder Judiciário.



---

## TV Justiça ES recebeu novos equipamentos

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TJES também recebeu, em 2019, por meio de licitação pública, novos equipamentos: câmeras de vídeo, tripés, microfones, iluminadores, cartões de memória e fones de ouvido para serem utilizados em reportagens para a TV Justiça, em campanhas e pequenos documentários sobre atividades do Poder Judiciário Estadual. A aquisição atendeu a uma antiga demanda do setor, pois os antigos equipamentos de áudio e vídeo estavam obsoletos e deteriorados pelo uso diário e intenso.



---

## Delegações de Serventias Extrajudiciais

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e o corregedor geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, abriram, no dia 24 de setembro de 2018, a sessão pública para escolha de delegações de serventias extrajudiciais, relativas aos concursos públicos de outorga de delegações de serventias extrajudiciais dos anos de 2006 e 2013. As sessões públicas aconteceram nos dias 24, 25 e 26 de setembro.



# FÓRUNS & ESTRUTURA FÍSICA

## Inauguração do Arquivo Geral e Almojarifado do Poder Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, inaugurou, no dia 20 de abril de 2018, o complexo de instalações para o novo Arquivo geral e Almojarifado do Poder Judiciário Estadual.



O local centralizou o arquivamento dos Juízos de Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana, com mais espaço, melhor organização e guarda dos documentos. O espaço também passou a hospedar as novas instalações da seção de Almojarifado e Patrimônio, além de depósito de materiais de construção civil da Secretaria de Engenharia e Gestão Predial do TJES.

## Inauguração do novo Fórum de Mimoso do Sul

A nova sede do Fórum de Mimoso do Sul foi inaugurada no dia 15 de junho de 2018 pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e pela juíza Diretora do Foro, Lara Carrera Arrabal Klein. A solenidade contou com a presença do então governador Paulo Hartung e do prefeito do Município, Angelo Guarçoni

Júnior, além do vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Santos.

Também compareceram à inauguração o desembargador Annibal de Rezende Lima, o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, a deputada estadual Luzia Toledo, os desembargadores Ronaldo Gonçalves de Souza (vice-presidente do TRE), Fabio Clem de Oliveira, Namyr Carlos de Souza Filho, José Paulo Calmon Nogueira da Gama e o desembargador aposentado José Luiz Barreto Vivas.

O prédio está localizado próximo à praça central da cidade e possui instalações completas, com 1.642m<sup>2</sup> e cinco andares de fácil acessibilidade, contando inclusive com rampas, elevador e garagem.

O novo Fórum é uma antiga reivindicação da população e oferece muito mais conforto aos jurisdicionados do município, que agora tem à sua disposição um confortável hall de entrada, com balcão de recepção, sala de contadoria, protocolo e distribuição. O salão do júri tem capacidade para receber 50 pessoas e conta ainda com uma sala de espera para testemunhas de defesa



e outra para as de acusação, celas masculinas, femininas e para os menores de idade, com sanitários independentes.

A autorização para implantação da nova sede do Fórum de Mimoso do Sul foi assinada em julho de 2017, pelo então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Annibal de Rezende Lima. A Secretaria de Engenharia do TJES fez o projeto de reforma e as obras foram realizadas pelo proprietário do prédio, sem ônus para o Poder Judiciário Estadual.

## Fórum de Alegre

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, assinou, no dia 14 de dezembro de 2018, o edital de licitação para a construção do novo Fórum da Comarca de Alegre. O Ato Solene foi realizado no Fórum Levin Chacon, no centro da cidade, e contou com a participação do então governador do Estado, Paulo Hartung.

Representantes da empresa vencedora da licitação e engenheiros responsáveis pela obra também se reuniram com o desembargador Sérgio Gama, no dia 04 de junho de 2019, para fazer os últimos ajustes e dar o pontapé para o início da construção. O início das obras ainda foi acompanhado pelo presidente do TJES, em visita realizada no dia 16 de outubro.

O novo Fórum terá uma área construída de quase 4.000 m<sup>2</sup> e cinco pavimentos, com acesso independente para o salão do júri e sala de audiência criminal. Além disso, atenderá a todas as questões de acessibilidade e quesitos de sustentabilidade.

## Ampliação do Fórum de Santa Maria de Jetibá

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, participou no dia 10 de setembro de 2019, em Santa Maria de Jetibá, da solenidade para assinatura da ordem de serviço para ampliação do Fórum Desembargador Homero Mafra. O documento foi assinado pelo prefeito do município, Hilário Roepke, e pelo desembargador Sérgio Gama.

A obra vai expandir o Fórum em cerca de 100 m<sup>2</sup>. Serão construídos 02 cartórios, 01 gabinete de juiz, 01 sala para assessor, 02 salas para audiência e uma cela. Depois da obra pronta, os demais espaços serão redefinidos e realocados para melhor atender à população.

A obra acontece por meio de um convênio firmado entre a municipalidade e o Tribunal de Justiça e assinado no dia 18 de janeiro para viabilizar a obra, que ficou sob a responsabilidade da Prefeitura.

## Fórum Cível de Vitória ganhou sala de audiências acessível

Em novembro de 2018, os usuários da Justiça passam a contar com uma sala de audiências acessível no Fórum Cível do Juízo de Vitória, que funciona no Centro da Cidade. O ambiente, de uso compartilhado, possui uma



rampa externa, feita exclusivamente para garantir total acessibilidade das pessoas às audiências.

O empenho na realização de melhorias na estrutura física das instalações foi uma das determinações do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, quando visitou as unidades judiciárias de Vitória, no mês de março, acompanhado da equipe técnica do TJES.

### Salão Nobre

O Salão Nobre do TJES, local em que acontecem reuniões e pequenas cerimônias, foi escolhido para passar por um processo de modernização, com nova pintura, forro, paredes, iluminação e climatização.

### Centro de Memória e Espaço Cultural

Ainda neste biênio, o Tribunal de Justiça iniciou a reforma do Centro de Memória e do Espaço Cultural do Tribunal de Justiça, que ganharão iluminação adequada e terão suas áreas reconfiguradas, com novas paredes, forro e climatização.

# EXECUÇÃO PENAL

## BNMP 2.0

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo realizou, de março a maio de 2018, o cadastro de presos no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), que é uma ferramenta que possibilita o registro e a consulta de informações sobre mandados de prisão.

A nova versão do sistema, o BNMP 2.0, permite, além do monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Judiciário, o controle do cumprimento das ordens de prisão e soltura em âmbito nacional e em tempo real, permitindo a criação de um Cadastro Nacional de Presos.



Servidores atuam na força tarefa para cadastramento de presos no BNMP 2.0

Com o objetivo de dar o máximo de agilidade à alimentação do sistema e, assim, atender à determinação do Conselho Nacional de Justiça, dentro do prazo estabelecido, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo instituiu, no dia 22 de março, uma força tarefa integrada por 17 analistas judiciários, que estavam sob a supervisão e orientação da juíza corregedora Patrícia Faroni e da servidora Cinthya Tofano Cuzzuol Paier, coordenadora de monitoramento de magistrados, que se incumbiu do gerenciamento do sistema de controle de acesso do CNJ, como administradora regional, sob a supervisão do desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, corregedor geral da Justiça do Estado do Espírito Santo.



A coordenação dos trabalhos e os atos materiais ficaram a cargo dos juízes de Direito Gisele Souza de Oliveira, coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, e Daniel Peçanha Moreira, e do servidor Leandro Silva Oliveira, sob a supervisão do desembargador Fernando Zardini Antonio, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Espírito Santo.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, o Estado do Espírito Santo foi o primeiro da Região Sudeste a atingir 100% do cadastramento de pessoas privadas de liberdade no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0.

## SEEU

Em fevereiro de 2019, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo concluiu o cadastramento de todos os processos de execução penal do Estado no Sistema de Execução Penal Unificado (SEEU), disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça. Ao todo, 37.500 processos foram cadastrados no sistema. A partir daí, teve início a fase de implantação, ou seja, a inserção no sistema SEEU de tudo o que aconteceu na vida do reeducando, desde o primeiro dia da execução.

Para auxiliar na força-tarefa, o Poder Judiciário recebeu, em março de 2019, 11 integrantes do Tribunal de Justiça do Piauí, enviados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para dar apoio à força tarefa que atuava na fase final de implantação do SEEU.

A partir do momento em que é feita a implantação do processo no sistema, ele já passa a tramitar exclusivamente por meio eletrônico, ou seja, o juiz pode decidir qualquer tipo de pedido, de incidente, porque aquele processo está pronto e preparado para ser tramitado, para ser despachado.

Dessa forma, a plataforma permite um maior controle sobre os dados da população carcerária, já que as informações sobre quem está cumprindo pena são mais fidedignas. E com a emissão de alertas aos juízes sobre o vencimento de benefícios e direitos dos apenados, não há riscos de um reeducando ficar mais tempo no sistema prisional do que o necessário.

## Mutirão Carcerário

O Mutirão Carcerário Eletrônico, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, o Poder Executivo e diversos outros atores do Sistema de Justiça, para promover a revisão concentrada de processos de execução penal do estado, foi lançado no dia 02 de setembro de 2019.

Ao longo de duas semanas, o mutirão reuniu esforços de profissionais locais e de equipes de outras partes do País, que aplicaram novos fluxos e tecnologia, na tentativa de revisar processos de presos já sentenciados.

Para dar ainda mais celeridade às análises dos processos, o mutirão contou com o apoio da Defensoria Pública do Espírito Santo e de 60 defensores de outros estados, que fazem parte do programa Defensoria sem Fronteiras.

Após esta etapa, os juízes das Varas com competência exclusiva em execuções penais do Estado passaram para a fase de análise dos processos peticionados durante o Mutirão Carcerário Eletrônico.



*Desembargador Fernando Zardini Antonio, supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais, fala durante o lançamento do Mutirão Carcerário Eletrônico no Espírito Santo.*



O novo formato do mutirão é uma das ações do programa Justiça Presente, do CNJ, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Uma das principais apostas da metodologia é o uso do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) do CNJ, já implantado pelo TJES e que levou o estado a ser o primeiro a realizar o mutirão. A plataforma digital unifica e otimiza o controle da execução penal e permite uma análise mais qualificada dos processos.

---

## Justiça Presente

O Programa Justiça Presente é uma iniciativa da gestão do ministro Dias Toffoli, presidente do Conselho Nacional de Justiça, em uma parceria inédita entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e que coloca o Judiciário como protagonista para enfrentar o estado de crise do sistema penal.

O programa resultou de acordo de cooperação técnica firmado em novembro de 2018, com recursos repassados pelo Ministério da Justiça e de Segurança Pública. Entre as principais apostas do programa, estão a atuação simultânea em todos os gargalos da execução penal, a customização das atividades de acordo com as necessidades e capacidades de cada unidade da federação, e o fortalecimento dos atores locais para garantir a eficácia e sustentabilidade das iniciativas.

No Espírito Santo, o Justiça Presente foi lançado no dia 10 de dezembro de 2018 pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, que se reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, com os desembargadores do TJES, e com os juízes criminais, que atuam na execução penal e nas audiências de custódia.



*Presidente do TJES participa de reunião sobre o Projeto Justiça Presente com o governador Renato Casagrande e representantes do CNJ*



O programa atua em diversas frentes e tem o objetivo de enfrentar os problemas do encarceramento excessivo com medidas mais eficazes. Entre elas estão soluções como o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), a biometria e execução de documentos, centrais integradas de alternativas penais e centrais de monitoração eletrônica, aperfeiçoamento das audiências de custódia e cidadania dentro e fora dos presídios. Todas as ações são divididas por eixos estratégicos com a coordenação direta do CNJ.

No dia 23 de abril de 2019, uma equipe do CNJ esteve no Estado para apresentar o programa Justiça Presente a autoridades do Poder Judiciário e do Poder Executivo. O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, participou, nessa data, da reunião com o governador do Estado, Renato Casagrande, e representantes do Conselho Nacional de Justiça.

### **Expansão do Projeto Audiência de Custódia**

Em fevereiro de 2018, o Projeto Audiência de Custódia, que prevê a apresentação de presos em flagrante no prazo de 24 horas, foi ampliado para 12 Comarcas do Espírito Santo. Com a expansão, as Comarcas de Fundão, Santa Leopoldina, Iúna, Ibatiba, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Muniz Freire, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Itarana, Itaguaçu e Laranja da Terra foram agregadas ao serviço de plantão de flagrantes em funcionamento no Centro de Triagem de Viana.

Já em outubro deste mesmo ano, o projeto foi estendido para mais 21 Comarcas, contemplando as regiões norte e noroeste do Estado. A solenidade de instalação aconteceu no dia 29 de outubro, em duas etapas. A primeira solenidade aconteceu pela manhã, no Fórum de Colatina, onde foi instalada a Audiência de Custódia para atender às Comarcas de Colatina, Baixo Guandu, Marilândia, São Domingos do Norte, Pancas, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis, Água Doce do Norte, Águia Branca, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Boa Esperança, Pinheiros, Montanha e Mucurici.

A segunda cerimônia aconteceu na parte da tarde, na Penitenciária Regional de São Mateus, situada na Fazenda Rancho das Telhas, onde foi instalado o plantão de flagrantes para as Comarcas de São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário e Jaguaré.

O projeto Audiência de Custódia foi lançado em maio de 2015 pelo TJES, quando o serviço de plantão de flagrantes começou a funcionar no Centro de Triagem de Viana para os Juízos de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. O Espírito Santo foi o segundo Estado da federação a implantar o projeto, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus).

Ainda em outubro de 2015, o projeto teve a sua primeira ampliação, quando foi expandido para as Comarcas de Afonso Cláudio, Domingos Martins e Marechal Floriano. E, em março de 2016, foram concentradas no município de Cachoeiro de Itapemirim, as audiências de custódia das Comarcas de Cachoeiro, Mimoso do Sul, Castelo, Muqui, Presidente Kennedy, Vargem Alta, Atílio Vivacqua, Guaçuí, Alegre, Ibitirama, Bom Jesus do Norte, Apiaçá, São José do Calçado, Dorés do Rio Preto e Jerônimo Monteiro.



*Autoridades assistem a primeira audiência de custódia realizada na Região Noroeste, que foi presidida pelo juiz André Guasti*

# GESTÃO DE PESSOAS

## Jornada especial de trabalho para servidor com cônjuge, filho ou dependente com deficiência

A concessão de jornada especial de trabalho a servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência foi regulamentada pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. A Resolução nº 26/2018, que trata do benefício, foi assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e disponibilizada no Diário da Justiça no dia 03 de julho de 2018.

O benefício de horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência corresponde à redução de sua jornada de trabalho para 20 horas semanais, sem a necessidade de compensação de horário e sem prejuízos à remuneração do servidor. O horário especial concedido ao servidor deve ser cumprido dentro do período da jornada regular deste Tribunal, conforme definido no Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo.

## Sistema de Recursos Humanos

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e o governador do Estado, Renato Casagrande, assinaram, no dia 01 de julho de 2019, um Termo de Cooperação Técnica, que estendeu a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes) ao Tribunal de Justiça.

O Siarhes permite a integração dos registros de Recursos Humanos (RH) com a folha de pagamento, garante mais facilidade na obtenção de informações de pessoal para a tomada de decisões estratégicas, a padronização na aplicabilidade das regras legais, e a possibilidade de automação de processos de RH, entre outros benefícios.

## Regulamentação do Programa de Estágio Remunerado

O Poder Judiciário Estadual regulamentou o processo de recrutamento e seleção permanente de candidatos ao Programa de Estágio Remunerado do TJES, por meio da Resolução nº 20/2019, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 06 de agosto de 2019. Dessa forma, o processo de recrutamento e seleção terá caráter permanente e será realizado com periodicidade bienal ou em período inferior, por conveniência ou necessidade da Administração, e com formação de cadastro de reserva.

Com a publicação da Resolução, os candidatos ao Programa de Estágio Remu-



nerado do PJES, para qualquer região ou modalidade, passarão a ser recrutados exclusivamente por meio de processo seletivo público. Enquanto não for concluído o primeiro processo seletivo simplificado, a Administração do PJES fica autorizada, excepcionalmente, a celebrar compromisso de estágio segundo os critérios atualmente vigentes.

---

## SGP lançou Guia para o Servidor do Poder Judiciário

Em março de 2019, os servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES) ganharam um guia, que reúne o passo a passo sobre o requerimento de serviços e benefícios à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). A proposta é que o guia seja um instrumento de consulta e multiplicação de conhecimento, além de um manual acerca das rotinas internas da SGP.

# PREMIAÇÕES & HOMENAGENS

---

## Prêmio Mérito Jurisdicional William Couto

Mais de 500 servidores e 90 magistrados foram agraciados com o Prêmio Mérito Jurisdicional William Couto no dia 07 de junho de 2019, no Salão Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), pelas boas práticas de gestão e pela eficiência no exercício de suas atividades jurisdicionais e administrativas desenvolvidas no ano de 2018. Foi uma solenidade concorrida e emocionante, com a presença de muitos familiares dos premiados.

O presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, agradeceu aos premiados, magistrados e servidores, pela dedicação e competência no desempenho de suas funções.

“Nesta oportunidade, em nome de todo o Poder Judiciário Estadual, recebam os homenageados, operosos magistrados e servidores, meus sinceros agradecimentos e reconhecimento pelo brilhante trabalho desenvolvido, que dignifica este Poder e nos dá orgulho de sermos uma Instituição que trabalha em benefício da coletividade e em prol de um País melhor”, destacou o presidente do TJES durante a cerimônia.



Em 2018, foram agraciados os magistrados e servidores de 67 unidades judiciárias que se destacaram ao longo do ano de 2017. O Prêmio Mérito Jurisdicional Desembargador William Couto Gonçalves é uma política de valorização, incentivo e justo reconhecimento do trabalho diário e contínuo desenvolvido pelos integrantes do Poder Judiciário. A premiação também é uma homenagem, *in memoriam*, ao desembargador William Couto.

---

## Em 2019, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu Prêmio Conciliar é Legal do CNJ

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) recebeu, no dia 05 de fevereiro de 2019, o Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo projeto “Técnica de Acolhimento”, selecionado na categoria Instrutores de Mediação e Conciliação.

O prêmio foi entregue às servidoras do TJES, que inscreveram o projeto: Jussiara dos Santos Martins de Souza, Lavínia Vieira de Andrade e Paula Morgado Horta Monjardim Cavalcanti, acompanhadas pela desembargadora Janete Vargas Simões.

Foram elas que identificaram, durante as sessões de mediação, a necessidade de acolher uma das partes, quando a outra não comparecia. Esse atendimento é realizado pelo próprio mediador, que explica como funciona a mediação e informa à parte que ela pode solicitar ao juiz uma sessão de mediação em qualquer fase do processo. Dessa forma, a parte toma conhecimento que pode contribuir para encontrar uma solução efetiva para o conflito que está vivenciando.



Servidoras do TJES são escolhidas para receber o Prêmio Conciliar é Legal do Conselho Nacional de Justiça pelo projeto Técnica de Acolhimento



Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama recebe a Comenda Vasco Fernandes Coutinho da Câmara de Vila Velha.

---

## Presidente do Tribunal de Justiça foi homenageado na Assembleia Legislativa

O desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama recebeu, no dia 10 de agosto de 2018, no Plenário Dirceu Cardoso da Assembleia Legislativa do Estado, a Comenda do Mérito Legislativo “Pastor Oliveira de Araújo”, concedida aos líderes que se destacam na prestação de relevantes serviços de cunho religioso e social, no âmbito do Estado do Espírito Santo.

---

## Desembargador Sérgio Gama recebeu Comenda Vasco Fernandes Coutinho

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, recebeu, no dia 02 de julho de 2019, a Comenda Vasco Fernandes Coutinho, que foi concedida pela Câmara Municipal de Vila Velha, durante sessão solene em comemoração à Colonização do Solo Espírito Santense e aos 484 anos da cidade.

## Juíza Hermínia Azoury recebeu Diploma Bertha Lutz

A juíza da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Hermínia Azoury, recebeu, no dia 26 de março de 2019, o Diploma Bertha Lutz, concedido pelo Senado Federal a pessoas que se destacam na luta pelo protagonismo feminino na sociedade brasileira. Segundo a magistrada, idealizadora do Projeto Botão do Pânico, foi uma honra receber o Diploma Bertha Lutz, que é um exemplo de ativista a ser seguido e tanto lutou para que a mulher tivesse direito de voto, conquistado em 1932.

## Juíza Patrícia Neves recebeu Medalha Zilda Arns

A juíza coordenadora das Varas da Infância e da Juventude do TJES, Patrícia Pereira Neves, recebeu no dia 24 de abril de 2019, a Medalha Zilda Arns de Boas Práticas para a Primeira Infância, por seus relevantes trabalhos no atendimento a crianças e adolescentes e em favor da vida. A homenagem foi organizada pelo município de Forquilha, em Santa Catarina, terra natal de Zilda Arns, em parceria com a Pastoral da Criança e a Unicef. A entrega da medalha aconteceu durante a 6ª edição do Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância – um tributo a Zilda Arns, quando a magistrada do Espírito Santo contou sobre sua experiência na área da infância e com o Programa Reconstruir o Viver, projeto de Justiça Restaurativa desenvolvido no estado.

# CIDADANIA

## Tribunal de Justiça investiu em métodos consensuais para a solução de conflitos

Durante o biênio 2018/2019, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo investiu na Política de Tratamento Adequado de Conflitos para incentivar a solução dos processos de forma célere, e com o envolvimento das partes para encontrar a melhor solução para o problema que estão vivenciando. Uma das estratégias adotadas pelo Tribunal de Justiça foi a oferta do Curso de Mediador Judicial, que já conta com mais de 170 profissionais formados.

O presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, também instalou, em abril de 2019, o 9º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) do Judiciário Estadual, no Fórum de Linhares. Outros três Centros Judiciários ainda foram inaugurados em 2018, em São Mateus, Serra e Vitória.

Durante a Semana Nacional da Conciliação, realizada em novembro de 2018, o Poder Judiciário do Espírito Santo também alcançou mais de R\$ 7 milhões em acordos nos processos analisados: aproximadamente 7200 pessoas foram atendidas em cerca de 2900 audiências realizadas durante o período, em todo o Estado.

O programa, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é um esforço concentrado de todos os Tribunais do país para conciliar o maior número possível de processos. No Espírito Santo, as ativi-



Juízas Hermínia Azoury e Patrícia Neves recebem prêmios nacionais

dades foram organizadas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), coordenado pela desembargadora Janete Vargas Simões. Ao aderir à campanha do CNJ, o Tribunal de Justiça realizou diversas ações para promover a resolução de conflitos por meio de métodos alternativos.

No mês de maio de 2019 também foi realizada uma Capacitação em Métodos Consensuais de Solução de Conflitos para cerca de 60 juízes de todo o Poder Judiciário estadual. A formação foi promovida pela Escola da Magistratura (Emes). O Tribunal de Justiça ainda foi reconhecido, em agosto de 2019, como instituição formadora para a realização de cursos de mediadores judiciais junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

Para melhorar ainda mais a solução de conflitos de forma consensual, o TJES tomou uma série de providências solicitadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após visita da equipe da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, durante inspeção realizada em fevereiro deste ano.

Em decisão proferida nos autos do Pedido de Providências nº 0003208-55.2019.2.00.000, o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, considerou atendidas as determinações contidas no Relatório da Inspeção realizada pelo CNJ no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJES (Nupemec).

## Justiça Restaurativa

As Prefeituras de Vila Velha, Mimoso do Sul e Guarapari, além da Polícia Militar e o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), assinaram, em dezembro de 2018, um termo de cooperação com o Tribunal de Justiça (TJES) e a Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) para instituir a mediação escolar, comunitária, comunicação não violenta, e círculos de construção de paz, como ferramentas a serem utilizadas por essas instituições, com o auxílio do Programa Reconstruir o Viver, do Poder Judiciário estadual.

## TJES realizou seis edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa

Durante o biênio 2018/2019, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo realizou, por meio da Coordenadoria Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, seis edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa. O evento tem abrangência nacional e foi idealizado pela ministra Carmen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2016 a 2018.

As ações aconteceram nos meses de março, agosto e novembro de 2018 e de 2019. As aberturas contaram com a presença de importantes palestrantes, como o conselheiro do CNJ Luciano Frota; a cônsul geral do Canadá, Evelyne Coulombé; a desembargadora e conselheira do CNJ Daldice Maria Santana de Almeida, e a secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, Roseane Estrela.

Os atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar foram realizados no ônibus rosa, do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, na Praça Otávio Araújo, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha. A equipe multidisciplinar, formada por assistente social, psicólogo, investigador de polícia, promotor, defensor e juiz, prestou diversos serviços, como orientação jurídica, expedição de Boletins de Ocorrência (BO) e concessão de medidas protetivas.



## Audiência Pública

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu mais de 1000 pessoas em três audiências públicas sobre a transfusão de sangue em pacientes capazes que manifestarem discordância por motivos religiosos. As sessões aconteceram nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2019 e contaram com a participação de pacientes, religiosos, médicos, especialistas e advogados de diversos estados do Brasil. O convite foi feito pelo desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, relator do Incidente de Assunção de Competência nº 0020701-43.2017.8.0048.



## Sustentabilidade

Em 2019, o Poder Judiciário do Espírito Santo convidou seus integrantes a fazerem uma reflexão sobre o consumo inteligente do papel, por meio do plantio simbólico de duas mudas de Ipê Branco, no dia 23 de

setembro de 2019, nos jardins do Tribunal de Justiça (TJES). O ato fez referência ao Dia Nacional da Árvore, comemorado no dia 21 de setembro.

Participaram do plantio o presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, os desembargadores Adalto Dias Tristão e Ronaldo Gonçalves de Sousa, os juízes assessores da Presidência Paulo César de Carvalho e Fábio Brasil Nery, servidores do Núcleo Socioambiental, da Coordenadoria da Gestão da Informação Documental e de outros setores, além do integrante do Plantio Brasil, Carlos Humberto de Oliveira, e do ambientalista de Santa Teresa Nilton Broseghini, que doou as mudas.

A ideia partiu do coordenador de Gestão da Informação Documental do TJES, Fábio Buaiz de Lima, que cuida da destinação correta dos processos da Justiça Estadual que já podem ser eliminados, de acordo com a tabela de temporalidade do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Outro grande aliado para a redução de papel no Judiciário Estadual é o





SEI, Sistema Eletrônico de Informação, onde tramitam procedimentos, expedientes e documentos administrativos de todas as unidades da Justiça Estadual. O sistema se tornou obrigatório para os documentos administrativos da 2ª instância desde março de 2019, e da 1ª instância no mês de agosto. Servidores de todo o estado receberam treinamento para utilizar o SEI.

Foi também pensando na economia de recursos e agilidade na tramitação dos processos, que a Presidência do Tribunal de Justiça investiu na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Atualmente, o sistema já conta com mais de 121 mil processos peticionados em 99 unidades judiciárias, ou seja, esses processos tramitam apenas virtualmente, sem o uso de papel.

Outra frente de trabalho do Poder Judiciário do Espírito Santo em prol da sustentabilidade é o Plano de Logística Sustentável, o PLS, que é um instrumento vinculado ao planejamento estratégico com foco na eficiência do gasto público, com descrição das práticas de racionalidade, sustentabilidade e combate ao desperdício. Os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS estão disponíveis no Anexo I da Resolução nº 201/2015 do CNJ.

---

## **Biblioteca do TJES**

A Biblioteca Desembargador Homero Mafra, situada no andar térreo do Palácio da Justiça recebeu, em janeiro de 2019, cerca de 150 livros atualizados das mais diversas áreas do Direito. O acervo total conta com mais de 7 mil obras.

O empréstimo de livros é feito apenas para magistrados, servidores e estagiários autorizados. Mas, o espaço está aberto para toda a comunidade para estudo e consulta. O horário de atendimento da Biblioteca é de segunda a sexta-feira, das 12 às 19 horas.

# SEGURANÇA

---

## **TJES investiu em segurança durante o biênio**

A Assessoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), visando ampliar o sistema de segurança do Poder Judiciário, adquiriu 25 detectores de metal do tipo pórtico durante o biênio 2018/2019.

Os equipamentos foram instalados nos Fóruns de Afonso Cláudio, Alegre, Anchieta, Aracruz, Barra de São Francisco, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Guaçuí, Ibirapu, Itapemirim, Jaguaré, Linhares, Mimoso do Sul, Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, Piúma, Presidente Kennedy, Santa Maria de Jetibá, São Gabriel da Palha e Fórum Cível de Serra. A escolha das unidades judiciárias levou em consideração o fluxo de pessoas no local.

Outra medida adotada pelo TJES, em 2018, para reforçar a segurança nas unidades judiciárias foi a ampliação do sistema de videomonitoramento para 18 Fóruns de médio porte do Poder Judiciário do Espírito Santo.

Além disso, também foi celebrado um contrato com uma empresa de tecnologia para a instalação de equipamentos de alarmes e monitoramento de ambientes sensíveis. Ao todo, 50 sistemas de alarmes, com 350 sensores de presença, funcionam plenamente nos principais prédios da Grande Vitória e do Interior.

Em 2019, o TJES ainda concluiu a instalação de novos equipamentos de segurança adquiridos pela Assessoria de Segurança Institucional, como as cancelas eletrônicas para controle de fluxo de veículos e cercas concertinas para a garantia de segurança no perímetro externo. As cancelas foram instaladas na Corregedoria Geral, Fórum de Vila Velha (Boa Vista), Fórum de Cachoeiro de Itapemirim, Fórum de Colatina e Centro Administrativo do TJES. Já as cercas concertinas serão instaladas no Centro Administrativo, Fórum Criminal da Serra, Antigo Arquivo Geral de Vitória e Fórum de Vila Velha (Prainha).



1



2



3



4



5



6

# VISITAS & EVENTOS INSTITUCIONAIS

2018

1. Logo no início da gestão, 16 de janeiro, o desembargador Sérgio Luiz Teixeira Cama recebeu um grupo de 10 jovens advogados, todos com até cinco anos de registro na OAB que participavam de um programa gratuito de experiência profissional e vieram conhecer o Tribunal de Justiça.

2. Em 31 de janeiro, recebeu a visita do Prefeito de Vitória, Luciano Rezende, e do Procurador-Geral do Município, Rubem Francisco de Jesus. A reunião reforçou a importância das parcerias que o município mantém com o Poder Judiciário.

3. O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Cama, e o corregedor geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, receberam, no dia 02 de fevereiro de 2018, integrantes da OAB-ES e advogados do Norte do Estado.

4. O presidente recebeu, no dia 1º de fevereiro, a Defensora Pública-Geral do Estado, Sandra Mara Vianna Fraga.

5. O presidente do TJES recebeu, em 26 de fevereiro, o comandante-geral da Polícia Militar do Espírito Santo, coronel Nylton Rodrigues Filho, e o procurador-geral do Estado Alexandre Nogueira Alves.



6. Em 18 de abril de 2018, recebeu a visita do corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel Moreira, que é promotor de Justiça do Estado de Sergipe. Rochadel estava acompanhado do conselheiro do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) Fábio Stica, que é promotor de Justiça em Roraima, e pelo então futuro procurador-geral de Justiça do Espírito Santo, Éder Pontes, que tomou posse no cargo no dia 02 de maio.
7. No dia 26 de abril, recebeu a visita do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o Juiz de Direito Jayme de Oliveira, que veio acompanhado da Vice-presidente institucional da AMB, a Juíza Renata Gil.
8. A diretoria do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindijudiciário) foi recebida, no dia 27 de abril de 2018, pelo presidente do TJES, que anunciou o deferimento de cinco itens da pauta financeira e administrativa apresentada pelo Sindijudiciário à Presidência no início de 2018.

9. O desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama participou, em 02 de maio de 2018, da cerimônia de posse do procurador de Justiça Eder Pontes da Silva, no cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES).
10. O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu no dia 21 de maio de 2018, o Desembargador Mario Ribeiro Cantarino Neto, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.
11. Nos dias 16 de abril e 25 de maio de 2018, o presidente do TJES participou de uma reunião com a ministra Cármen Lúcia, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com os presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o País.
12. O desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama prestigiou a solenidade de abertura da Semana do Advogado, promovida pela Ordem dos Advogados



13



14



15



16



17



18

- do Brasil – Seccional Espírito Santo. A cerimônia aconteceu no dia 08 de agosto de 2018, no auditório do Centro de Convenções de Vitória.
13. Em 13 de agosto de 2018, participou da solenidade de posse do novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCES), o ex-deputado Estadual Rodrigo Coelho do Carmo.
14. O desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama prestigiou, na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 20 de agosto de 2018, da última reunião da Ministra Cármen Lúcia com os presidentes de Tribunal de Justiça, antes de deixar o cargo, em setembro do mesmo ano.
15. O presidente do TJES, acompanhado de juízas criminais, falou para comerciantes do efetivo trabalho do Poder Judiciário no combate à criminalidade, durante reunião realizada no dia 05 de setembro de 2018, na Federação do Comércio (Fecomércio), em Vitória.
16. No dia 13 de setembro de 2018, o presidente do Tribunal de Justiça participou da posse do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, em Brasília.

17. Os novos membros da mesa diretora da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), que tomaram posse no dia 22 de setembro de 2018, foram recebidos pelo desembargador Sérgio Gama no dia 03 de outubro do mesmo ano.
18. O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu, no dia 15 de outubro de 2018, a visita do governador eleito do Estado Renato Casagrande, acompanhado da vice-governadora eleita Jacqueline Moraes, e dos integrantes de sua equipe de transição, o delegado federal aposentado Álvaro Duboc, e o economista Tyago Hoffmann. Também estiveram presentes na reunião, o vice-presidente do TJES, desembargador Ney Batista Coutinho; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior; e o juiz assessor especial da Presidência do Tribunal de Justiça, Fábio Brasil Nery.
19. O desembargador Sérgio Gama recebeu, no dia 23 de outubro de 2018, a visita do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, e do presidente da OAB-ES, Homero Maфра. Entre os assuntos tratados no encontro, foi abordado o momento atual que o Brasil atravessa e o atendimento dos advogados pelos juízes.



19



20



21



22



23



24



25

20. Nos dias 03 e 04 de dezembro de 2018, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo participou, em Foz do Iguaçu-PR, da 12ª edição do Encontro Nacional do Poder Judiciário, quando foram aprovadas as metas nacionais e específicas do Judiciário para 2019. O desembargador foi acompanhado pelo juiz assessor especial da Presidência, Fábio Brasil Nery, e pela juíza Paula Ambrozim de Araújo Mazzei, uma das gestoras da meta 4 no TJES.

21. O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, que veio ao Espírito Santo para o lançamento do projeto Justiça Presente, se reuniu, no dia 10 de dezembro, com o presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, com os desembargadores do TJES e com os juízes criminais que atuam na execução penal e nas audiências de custódia.

## 2019

22. No dia 13 de janeiro de 2019, o desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama recebeu a visita de cortesia do novo presidente da Ordem

dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo (OAB-ES), o advogado e professor universitário, José Carlos Rizk Filho, que assumiu a presidência da Ordem no dia 01 de janeiro.

23. O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e o Supervisor das Varas Criminais e de Execução Penal, desembargador Fernando Zardini, receberam, no dia 15 de janeiro de 2019, a visita do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, desembargador do TJSP Carlos Vieira von Adamek, e do diretor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, juiz Luís Geraldo Lanfredi. Os representantes do CNJ vieram ao estado para acompanhar de perto os trabalhos de implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado, o SEEU.

24. O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebeu em seu gabinete, no dia 17 de janeiro, o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, Roberto Sá.

25. Na primeira reunião da Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) em 2019, realizada no dia 23 de janeiro, o



desembargador Sérgio Gama recebeu a diretoria do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado (Sindijudiciário).

26. O Presidente do Tribunal de Justiça integrou, 1º de fevereiro de 2019, a mesa de honra da solenidade de posse dos 30 deputados estaduais, que foram eleitos no mês de outubro de 2018. A sessão solene foi realizada no Plenário Dirceu Cardoso, na Assembleia Legislativa.

27. O ministro Humberto Martins, corregedor Nacional da Justiça, foi recebido no dia 20 de fevereiro, pelo desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e os demais desembargadores que integram a Corte de Justiça do Espírito Santo. O ministro veio ao Estado cumprir agenda dos trabalhos da inspeção de rotina que o CNJ realizou no Tribunal de Justiça.

28. O desembargador Sérgio Gama participou, nos dias 14 e 15 de março de 2019, do 116º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, que aconteceu no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA).

29. O desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama recebeu, no dia 15 de abril, uma visita de cortesia de membros da Diretoria e de Conselhos da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages).

30. No dia 22 de abril, representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vieram ao Espírito Santo apresentar o Programa Justiça Presente ao desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama e ao governador do Estado, Renato Casagrande. A visita fez parte de uma série de missões do CNJ às 27 unidades da Federação.

31. O Presidente do Tribunal de Justiça recebeu, no dia 14 de maio, a secretária de Gestão e Recursos Humanos (Seger) do Governo do Estado, Lenise Loureiro,



acompanhada do subsecretário de Inovação da Gestão, Marcelo Calmon, e do presidente do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest), Tasso Lugon. A secretária apresentou ao desembargador o programa PitchGovEs, que prevê a participação de startups de todo o País, na solução de desafios da administração pública.

32. O presidente do TJES recebeu, no dia 22 de maio de 2019, o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) e prefeito de Viana, Gilson Daniel, que convidou o Tribunal de Justiça a integrar um grupo de instituições para discutir estratégias eficazes de cobrança das dívidas ativas dos municípios do estado.

33. O desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama e o desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, corregedor geral da Justiça do ES, participaram no dia 15 de agosto, da solenidade de lançamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) em Brasília. A

plataforma teve como modelo o Sistema de Informação e Gerência da Adoção e do Acolhimento do Espírito Santo (SIGA-ES).

34. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Gama, recebeu, no dia 21 de agosto, a visita do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande. Desembargadores e outras autoridades também estiveram presentes no encontro.

35. No dia 29 de agosto, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo acompanhou a apresentação do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, feita pelo governador Renato Casagrande ao vice-presidente da República, General Hamilton Mourão, no Palácio da Fonte Grande. O programa é considerado referência para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta do Governo Federal e foi apontado pelo vice-presidente como exemplo para o Brasil.

# COORDENADORIAS ASSESSORIAS & SECRETARIAS DO TJES





## COORDENADORIA DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÕES PENAIS

### Expansão das Audiências de Custódia

O Programa Audiência de Custódia foi implantado no Estado do Espírito Santo em 22 de maio de 2015, através da Resolução TJES nº 013/2015, abarcando, inicialmente, os Juízos de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Em setembro de 2015, através do Ato Normativo Conjunto nº 015/2015, foram incluídas as Comarcas de Domingos Martins, Marechal Floriano e Afonso Cláudio e, em março de 2016, as audiências de custódia foram expandidas para a região Sul do Estado, alcançando todas as Comarcas da 4ª região do Plantão Judiciário, cuja sede é Cachoeiro de Itapemirim, incluindo, ainda, as Comarcas de Mimoso do Sul, Castelo, Muqui, Presidente Kennedy, Vargem Alta, Atílio Vivacqua, Guaçuí, Alegre, Ibitirama, Bom Jesus do Norte, Apiacá, São José do Calçado, Dolores do Rio Preto e Jerônimo Monteiro.

Durante o biênio 2018/2019, ocorreram novas e importantes expansões das Audiências de Custódia, quais sejam:

- ≡ **05/03/2018:** Inclusão das demais Comarcas da 1ª e 3ª região do Plantão Judiciário no Plantão de Flagrantes do Centro de Triagem de Viana, quais sejam, Fundão, Santa Leopoldina, Lúna, Ibatiba, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Muniz Freire, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Itarana, Itaguaçu e Laranja da Terra, conforme Ato Normativo Conjunto 02/2018, publicado no Diário da Justiça em 01/02/2018;
- ≡ **29/10/2018:** Implantação na 6ª região do plantão judiciário, cuja sede é Colatina, incluindo as Comarcas de Baixo Guandu, Marilândia, São Domingos do Norte,



Pancas, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis, Água Doce do Norte, Águia Branca, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Boa Esperança, Pinheiros, Montanha e Mucurici, conforme Ato Normativo nº 39/2018, publicado no Diário da Justiça em 09/10/2018;

- ≡ 29/10/2018: Implantação na Comarca de São Mateus, incluindo as Comarcas de Conceição da Barra, Pedro Canário e Jaguaré, conforme o Ato Normativo Conjunto nº 40/2018, publicado no Diário da Justiça em 09/10/2018;
- ≡ **13/12/2018**: Alteração da competência do serviço de Plantão de Flagrantes de São Mateus, para abarcar, também, as Comarcas de Nova Venécia, Boa Esperança, Pinheiros, Montanha, e Mucurici (incluindo Ponto Belo), conforme o Ato Normativo nº 241/2018, publicado no Diário da Justiça em 13/12/2018.

Com isso, atualmente **57** Comarcas do estado estão sendo atendidas pelo programa Audiência de Custódia, sendo que apenas no biênio 2018/2019 foram acrescentadas **33 Comarcas**.

---

### Implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0

O Conselho Nacional de Justiça, em 11/11/2018, editou a Resolução 251/2018, que instituiu e regulamentou o **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0**, para o registro de mandados de prisão e de outros documentos, nos termos do art. 289-A do CPP.

Esta nova versão do sistema BNMP 1.0, que já vigorava desde 2011, permitiu, além do monitoramento das ordens de prisão expedidas pelo Judiciário, o controle do cumprimento das ordens de prisão e soltura em âmbito nacional e em tempo real, permitindo a criação de um Cadastro Nacional de Presos.

Dessa forma, em março de 2018, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo foi escolhido pelo CNJ como o piloto, dentre os Tribunais da Região Sudeste, para a implantação do sistema do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0 e, neste sentido, foi editado o Ato Normativo Conjunto nº 06/2018, publicado no Diário da Justiça em 23/03/2018.

Além disso, foi editado o Ato Normativo Conjunto nº 05/2018, instituindo a Força Tarefa integrada por diversos servidores do Poder Judiciário, tendo como objetivo o cadastramento das pessoas presas no estado no referido sistema, seguindo os prazos definidos pelo CNJ.



Posteriormente foi instituída nova Força Tarefa, através do Ato Normativo Conjunto 29/2018, com objetivo de promover o cadastramento dos mandados de prisão em aberto no referido sistema. Essa segunda e última etapa, foi concluída em agosto daquele ano.

Houve grande mobilização e empenho por parte das diversas unidades judiciárias deste Estado, sendo concluída a implantação do BNMP 2.0 dentro do prazo estipulado pelo DMF/CNJ, ou seja, em 15/08/2018.

## Justiça Presente

O tamanho do desafio da questão criminal e penitenciária no Brasil impõe esforços coordenados e conjuntos. Com essa orientação e preocupado em oferecer soluções estruturantes e sustentáveis, o CNJ, através do DMF, iniciou um processo de formulação de propostas que sedimenta o Programa Justiça Presente. Trata-se de uma parceria inédita com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que coloca o Judiciário como protagonista no enfrentamento do estado de coisas inconstitucional apontado pelo Supremo Tribunal Federal em 2015 (ADPF nº 347/DF).



Solenidade de lançamento do Projeto Justiça Presente no Espírito Santo com a presença do Ministro José Antonio Dias Toffoli Presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça e de Paulo César Hartung Gomes, Governador do Estado (2015/2019)

O programa também é resultado do engajamento do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério de Justiça e Segurança Pública, que realizou um aporte financeiro para o desenvolvimento de estratégias que abordam as causas do problema de forma sistêmica, buscando resultados visíveis em curto e médio prazo.

No Espírito Santo, a solenidade de lançamento do Programa Justiça Presente aconteceu no dia 10 de dezembro de 2018 e foi presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama. A cerimônia contou com a presença do presidente do CNJ e do STF, ministro Dias Toffoli, do então governador do Estado, Paulo Hartung, de autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário, além de defensores públicos, advogados e membros do Ministério Público Estadual.

## Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU

O SEEU foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, e regulamentado pela Resolução CNJ nº 280/2019. O sistema possibilita uma tramitação processual mais eficiente e proporciona a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil.

Alguns benefícios do SEEU são: *visualização em uma única tela de informações como: processo, parte, movimentações e condenações; cálculo automático da pena, com explicitação de frações e agendamento automático dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal; acompanhamento eletrônico dos prazos de progressão, oferecendo em tempo real o quadro das execuções penais em curso; pesquisa com indicativos gráficos para demonstrar a situação do sentenciado; produção de relatórios estatísticos; e acesso através de qualquer computador ou telefone conectado à internet.*

Além disso, o juiz será avisado automaticamente dos benefícios que estão vencendo ou estão por vencer, admi-



*Integrantes da Força Tarefa do Sistema Eletrônico de Execução no Tribunal de Justiça do Espírito Santo.*

nistrando de maneira mais efetiva a execução das rotinas e fluxos de trabalhos. Promotores de justiça, defensores públicos, advogados, gestores prisionais e os demais atores que intervêm no processo de execução penal podem interagir com a nova ferramenta de trabalho, alcançando-se petições, esclarecimentos e o levantamento de informações quase que instantâneas, sem burocracia.

No Espírito Santo, o sistema começou a ser implantado no final de novembro de 2018, nas varas privativas de execução penal, mediante Força Tarefa instituída pelo Ato Normativo Conjunto nº 216/2018, prorrogada até o dia 19/12/2019 pelo Ato Normativo Conjunto nº 011/2019. A regulamentação do uso do SEEU está materializada através do Ato Normativo Conjunto nº 01/2019 do TJES, publicado no DJ de 08 de janeiro de 2019.

A implantação nas varas privativas de execução penal foi concluída em 31/05/2019, com exceção da 9ª Vara Criminal de Vitória, competente para processar o regime aberto e livramento condicional, com um total de 36.471 processos digitalizados, cadastrados e implantados no SEEU.

Atualmente, restam implantar processos da 9ª Vara Criminal de Vitória para que seja concluída esta fase de implantação, abrangendo, assim, a totalidade das varas privativas de execução penal.

## Mutirão Carcerário Eletrônico

No bojo do Programa “Justiça Presente”, o DMF/CNJ realizou o 1º Mutirão Carcerário Eletrônico, no período de 02 a 13 de setembro de 2019, quando atores do sistema de Justiça trabalharam de forma concentrada, com base em teses jurídicas pré consensualizadas, revisando aproximadamente 6 mil processos de execução penal.

O Mutirão Carcerário Eletrônico atualiza o modelo promovido desde 2008 pelo CNJ, que resultou na revisão de mais de 400 mil processos em todo o país. Além disso, a ação foi desenvolvida de forma inédita com o Defensoria sem Fronteiras, programa iniciado em 2014 pelo Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, que hoje conta com a parceria do Departamento Penitenciário Nacional, da Defensoria Pública da União, da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos e da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

## Escritório Social

Inaugurado em 2016, pelo Governo do Estado do Espírito Santo, em parceria com o TJES, o **Escritório Social**, sob a supervisão do CNJ, tem o objetivo de qualificar a porta de saída do Sistema Prisional Capixaba, articular e integrar diferentes políticas públicas e programas voltados para a reintegração social do egresso do sistema carcerário com vistas à superação das dificuldades encontradas no primeiro momento de contato com a liberdade, buscando evitar a reincidência criminal. A partir da atual gestão do

Conselho nacional de Justiça, o projeto foi incorporado ao Programa “Justiça Presente”.

Implantado de maneira pioneira no Espírito Santo, o Escritório Social conta com uma equipe multidisciplinar, integrada por psicólogos e assistentes sociais, responsável por fazer os atendimentos aos egressos e seus familiares. A orientação do CNJ é que todos sejam atendidos inicialmente para a identificação das demandas, as quais serão abordadas no PIAE – Plano Individual de Atendimento ao Egresso, buscando o resgate da cidadania como forma de facilitar a inclusão social, minimizando os entraves burocráticos nas mais diversas áreas.

Por meio do programa Justiça Presente, a metodologia do Escritório Social está sendo aprimorada e potencializada. A mobilização de pré-egressos, desenvolvida após estudo de caso no Chile, consiste na mobilização de equipes de atendimento a partir de seis meses antes da soltura ou da mudança de regime.

Outra inovação proposta pelo Justiça Presente é a singularização do atendimento para que o Estado contribua de maneira mais efetiva para o retorno do preso à sociedade após cumprir a pena, apoiando a retomada de vínculos que inibem a volta ao crime.

---

### **Serviço de Notificação, Citação e Intimação de Réus Presos**

O Serviço de Notificação/ Citação/ Intimação de réus presos foi criado através da Resolução nº 036/2013, objetivando oferecer às Varas Criminais uma rápida solução para a citação, intimação e notificação de réus presos em qualquer unidade prisional deste Estado, de modo a desburocratizar e contribuir para a celeridade dos processos envolvendo réu/adolescente preso/apreendido.

O serviço atende a todas as Comarcas do Estado do Espírito Santo, não só às Varas Criminais, mas também às Varas de Família, Infância e Juventude, Órfãos e Sucessões, Fazenda Pública, Varas Cíveis e Juizados Especiais.

Com a eliminação da necessidade de expedição de cartas precatórias para a cientificação de réus presos, o procedimento nas Varas Criminais foi abreviado, com redução, em média, de 04 meses, para a sua conclusão.

O serviço foi iniciado em 02 de agosto de 2012 e, atualmente, cumpre, em média, 2 mil mandados por mês. Em fevereiro de 2018, o Serviço de Notificação/ Citação/ Intimação de réus presos chegou a expressiva marca de 100 mil mandados cumpridos.

---

### **Depoimento Especial Criminal**

Em razão da entrada em vigor da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, a Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais atuou para oferecer, inicialmente aos juízes da Comarca da Capital, apoio de técnico capacitado para a colheita de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunha de violência, com o apoio do psicólogo Joel Fernando Brinco Nascimento.

Posteriormente, em razão do grande apelo dos magistrados do interior do Estado, foi disponibilizado, mediante agendamento, o apoio do referido servidor para a realização de audiências nas Varas criminais do interior. No biênio 2018/2019, foram realizadas 68 audiências de depoimento especial.

---

### **Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)**

O Método APAC é um sistema de encarceramento caracterizado pelo estabelecimento de uma disciplina rígida, baseada no respeito, na ordem, no trabalho e no envolvimento da família do recuperando. Uma das principais diferenças em relação ao sistema prisional comum é que, na APAC, os próprios presos, denominados “recuperandos”, são corresponsáveis por sua recuperação.



*Desembargador Fernando Zardini Antonio, supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais, fala durante seminário sobre a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, Apac*

O valor da contrapartida do Estado por recuperando é, em média, de R\$ 1.252,00 por mês, valor muito abaixo ao empregado no sistema prisional comum. Na unidade, eles recebem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica. A APAC é filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC).

Em setembro de 2018, O presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, e o supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Espírito Santo GMF/SC, desembargador Fernando Zardini Antonio, instituíram um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de promover o debate sobre o método APAC no âmbito do Poder Judiciário Estadual e perante outras instituições e sociedade civil organizada.

O GT, coordenado pela juíza de Direito em exercício na Vara de Execuções Penais de Vila Velha – VEP, Graciela de Rezende Henriquez, e composto pela coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais, Gisele Souza de Oliveira, e pela juíza da 2ª Vara Criminal de Cachoeiro

de Itapemirim, Rosalva Nogueira, concluiu pela viabilidade e conveniência da aplicação do método APAC no âmbito da Execução Penal do Estado, conforme instituído pelo Ato Normativo Conjunto nº 37/2018, publicado no DJ em 21/09/2018.

Em 29 de maio de 2019, depois de importantes estudos e debates, foi assinado o termo de fomento da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Cachoeiro de Itapemirim, em solenidade ocorrida no Palácio Anchieta, com a presença do governador do Estado, Renato Casagrande, e das juízas de Direito Gisele Souza de Oliveira, Graciela de Rezende Henriquez e Rosalva Nogueira Santos. A APAC de Cachoeiro será a primeira unidade a funcionar, porém já há estudos para que as próximas Comarcas sejam Vila Velha e São Mateus.

## Comissão Interinstitucional do Sistema Carcerário no Estado do Espírito Santo

A Comissão Interinstitucional do Sistema Carcerário no Estado do Espírito Santo foi criada pelo Governo do Estado, em janeiro de 2019, com o objetivo de aprimorar a gestão do sistema prisional capixaba e reduzir o déficit de vagas nos presídios. O desembargador Fernando Zardini Antonio, supervisor das Varas Criminais e de Execuções Penais, e a juíza de Direito Gisele Souza de Oliveira, coordenadora, representam o Poder Judiciário na referida comissão. As reuniões ordinárias são realizadas mensalmente, oportunidade em que se discutem as principais questões do sistema prisional capixaba.

## Mês Nacional do Juri

O CNJ, através da Portaria nº 69 de 11 de Setembro de 2017, instituiu a política judiciária de realização anual de esforço concentrado de julgamento dos crimes dolosos contra a vida (Mês Nacional do Júri), definindo diretrizes e ações para garantir a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

A fim de dar mais agilidade e desburocratizar a designação de júris, esta Coordenadoria expediu o Ofício SUEXP 393/2018, à Presidência, solicitando que fosse pleiteada junto ao Conselho da Magistratura a autorização para que todas as unidades com competência em crimes dolosos contra a vida do interior do estado, realizassem reunião extraordinária do Tribunal do Júri no mês de novembro. Em atendimento à referida solicitação e como forma de impulsionar a produtividade dos julgamentos do Tribunal do Júri foi editada, pelo Conselho da Magistratura, a Resolução nº 018/2019.

Além disso, neste ano de 2019, foram expedidos pela Coordenadoria das Varas Criminais e Execuções Penais três ofícios circulares aos Juízes Criminais de Varas com competência em crimes dolosos contra a vida, orientando os magistrados a designar o maior número possível de Júris para o Mês Nacional do Júri.

## Recebimento de denúncias de irregularidades no sistema carcerário

Após a extinção da Comissão Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Tortura, a Coordenadoria das Varas Criminais e Execuções Penais manteve o canal de atendimento direto aos cidadãos que possuem queixas em relação ao sistema prisional, procedendo ao atendimento pessoal dos solicitantes.

Uma vez reduzidas a termo, as declarações são levadas a conhecimento da juíza de Direito coordenadora, que realiza o encaminhamento pertinente. Em regra são acionadas a Subsecretaria de Estado da Justiça para Assuntos do Sistema Penal do Espírito Santo e a Corregedoria da Secretaria de Justiça do Espírito Santo, e com a obtenção das respostas, todo o expediente é encaminhado para o Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal do Ministério Público, para a adoção das providências cabíveis.

No biênio 2018/2019, foram realizados 65 atendimentos diretos na sala da Coordenadoria e foram recebidas outras 95 denúncias através de correio eletrônico, carta ou encaminhamento de outros órgãos. Com isso, no referido biênio, a Coordenadoria das Varas Criminais e Execuções Penais atuou em 160 expedientes contendo relatos de irregularidades no sistema prisional, que geraram 157 solicitações de informação à Subsecretaria de Estado da Justiça para Assuntos do Sistema Penal, 43 solicitações à Corregedoria da Secretaria de Justiça, 61 encaminhamentos à Defensoria Pública Estadual e 154 ao Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal do Ministério Público.

## COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Projetos e Principais Programas desenvolvidas pela Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude.

### Projeto Meu Pai é Legal

Realizado pela Supervisão/Coordenadoria das Varas da Infância e Juventude em parceria com as Escolas, Ministério Público, Defensoria Pública e Faculdades, o Projeto, em atendimento às diretrizes da Campanha “Pai Presente” do Conselho Nacional de Justiça, visa ao reconhecimento voluntário de paternidade e a consequente redução do número de crianças e adolescentes que não possuem o nome do pai em suas certidões de nascimento, bem como a promoção de escuta subjetivada, com a finalidade de favorecer a reconstrução dos laços afetivos. A base legal do Projeto se encontra na Lei Federal nº 8.560/92, bem como nos Provimentos nº 12 e 16, do Conselho Nacional de Justiça.

O Núcleo Permanente de Reconhecimento Voluntário de Paternidade, em funcionamento na Seção de Apoio à Coordenadoria das Varas da Infância e regulamentado por meio do Ato Normativo Conjunto nº 003/2015, é responsável pelo atendimento, no âmbito da Coordenadoria da Infância, das demandas espontâneas que visem assegurar o direito à paternidade das pessoas menores de 18 anos. No biênio 2018-2019, foram realizados 216 atendimentos, com mais de 184 reconhecimentos voluntários de paternidade até outubro/2019.

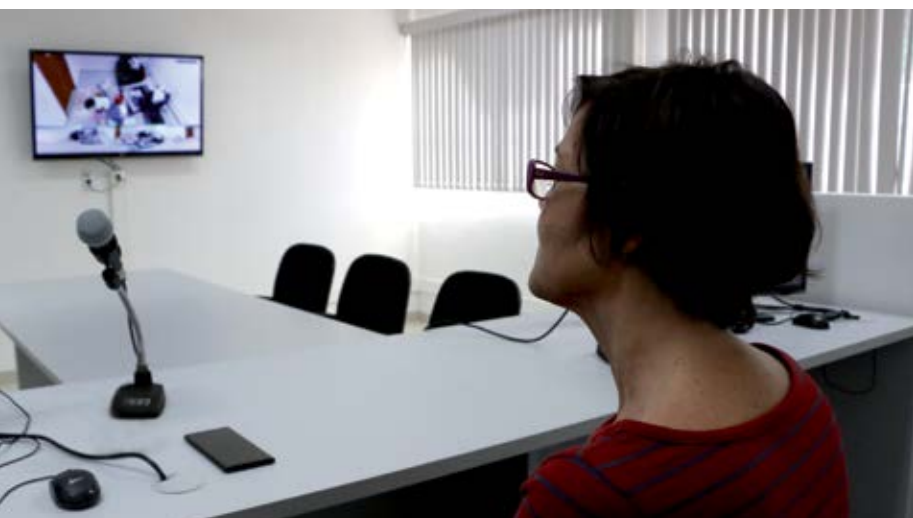




Ademais, o Tribunal de Justiça possui Termos de Cooperação Técnica celebrados com as Faculdades Doctum e Faesa, tendo por objetivo implementar ações conjuntas visando ao combate do sub-registro de paternidade. No biênio 2018-2019, foram realizados mutirões contando com a participação de estudantes do curso de Direito dessas Faculdades, aumentando o quantitativo de crianças e famílias beneficiadas. Ainda, há processo em curso no Tribunal de Justiça no sentido da ampliação do alcance do Projeto por meio da celebração de novos Termos de Cooperação Técnica com outras Instituições de ensino da Grande Vitória.

### Depoimento Especial

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Recomendação nº 33/2010, exortou os Tribunais de Justiça do País a criarem serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. A partir de 2018, o depoimento especial passou a ser obrigatório em virtude da publicação da Lei Federal nº 13.431/2017, que estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.



*Sala de depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Centro Avançado da Infância e da Juventude de Vitória*

Trata-se de uma técnica humanizada para oitiva de menores vítimas de violência e abuso sexual. Conforme a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança tem o direito de ser ouvida em processos judiciais ou administrativos que lhe dizem respeito. Além disso, tem o direito de

ser protegida de sofrimentos durante o processo de audiência. Na maioria dos casos, o depoimento da vítima é a única prova possível de ser produzida, ou seja, a forma mais eficaz de responsabilizar o agressor.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo, por meio do Ato Normativo nº 064/2019, designou a Comissão destinada à normatização da sistemática de implementação da Lei nº 13.431/2017, bem como instalou a Sala de Depoimento Especial nas dependências do Centro Avançado da Infância e Juventude, contendo ambiente separado da sala de audiências e oferecendo segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento. Neste biênio, já foram designadas 44 Audiências de Depoimento Especial, e já foram realizados cursos de capacitação para servidores e juízes em parceria com a Escola da Magistratura do Espírito Santo. Como iniciativa estratégica, o Tribunal trabalha com a previsão de instalação de 13 salas de Depoimento Especial em todo o Estado do Espírito Santo até 2020.

### Programa Reconstruir o Viver (Justiça Restaurativa)

A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visam à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado.



Idealizado pela Juíza Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Vila Velha e Coordenadora das Varas da Infância e da Juventude do TJES, Patrícia Pereira Neves, o então Projeto Reconstruir o Viver tornou-se um Programa do Poder Judiciário em nível estadual por meio do Ato Normativo Conjunto 028/2018.

Desde então, o Programa tem o objetivo de implantar a Justiça Restaurativa e a Comunicação Não Violenta no âmbito dos processos judiciais e da Mediação Escolar em todo o Estado, bem como promover a Mediação Comunitária e os Círculos de Construção de Paz e Conversação como ferramentas de solução pacífica de conflitos no seio da sociedade, em seara pré ou extrajudicial.

Em 2018, o Poder Judiciário firmou Protocolo de Cooperação Interinstitucional com o Governo do Estado do Espírito Santo, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e a Defensoria Pública, a fim de instituir e implantar no sistema socioeducativo as Justiça Restaurativa, Práticas Restaurativas e Mediação. Outrossim, o Tribunal de Justiça também firmou Acordos de Cooperação com a Prefeitura de Vila Velha, a Polícia Militar do Estado, a Prefeitura de Mimoso do Sul, a Prefeitura de Guarapari e ainda com o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – IASES, no intuito de instituir as Mediação Escolar, Mediação Comunitária, Comunicação Não-Violenta e Círculos de Construção de Paz como ferramentas a serem utilizadas nas Instituições signatárias.

Em 2019, o Tribunal de Justiça instalou, por meio do Ato Normativo Conjunto nº 007/2019, o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Poder Judiciário deste Estado, denominado CEJUSC JUSTIÇA RESTAURATIVA, para atuar realizando círculos restaurativos conflitivos e não-conflitivos.

A juíza coordenadora das Varas da Infância e Juventude, Patrícia Pereira Neves, recebeu a Medalha Zilda Arns de Boas Práticas para a Primeira Infância durante a 6ª Edição do Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância, como reconhecimento do trabalho a frente do Programa Reconstruir o Viver. Ainda, a juíza recebeu uma homenagem do Município de Vila Velha, que sancionou a Lei Municipal de nº 6.132/2019, denominada Lei Juíza Patrícia Neves, em referência ao projeto sobre Justiça Restaurativa desenvolvido pela magistrada.

---

### **Eventos, cursos, grupos de estudos e demais atividades:**

- ≡ **I Encontro Estadual de Juízes da Infância e da Juventude.** Objetivou discutir questões comuns da jurisdição da infância e juventude, bem como partilhar o conhecimento

das ações desenvolvidas individualmente, buscando a uniformização de ações.

- ≡ **I Congresso Internacional de Justiça Restaurativa.** Representação pelo Desembargador Supervisor, apresentando aos participantes ideias e métodos da Justiça Restaurativa desenvolvidos no Programa Reconstruir o Viver.
- ≡ **XXIV Fórum Nacional de Justiça Juvenil.** Unificação de medidas de meio aberto (liberdade assistida e unificação heterogênea).
- ≡ **VI Fórum Nacional de Justiça Protetiva.** Apresentação das boas práticas em projetos de Justiça Restaurativa na área protetiva.
- ≡ **Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz.** Realizado pelo Senado Federal, o Programa Reconstruir o Viver foi apresentado pela juíza coordenadora.
- ≡ **1º Encontro Anual dos Facilitadores dos Círculos de Construção de Paz, Mediadores Escolares e Comunitários.**
- ≡ **Mesa Redonda sobre Depoimento Especial – Realidades e Desafios.** Promoção de interlocução com a rede de atendimento para a garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
- ≡ **Seminário “Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes”.** Orientação voltada a magistrados, advogados e servidores da Justiça sobre os comportamentos que devem ser utilizados no momento da assistência às crianças e adolescentes submetidos a situações violentas.
- ≡ **Cumprimento da Decisão Liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator do HC 143.988 (Agravo Regimental no Habeas Corpus) nos autos do Habeas Corpus Coletivo impetrado pela Defensoria**

**Pública do Espírito Santo devido à situação de superlotação da Unidade de Internação Regional Norte (UNINORTE) em Linhares.**

- ≡ **Seminário em Escuta Especializada da Lei nº 13.431/2017.** Orientação voltada aos integrantes da rede de atendimento sobre os comportamentos que devem ser utilizados no momento da assistência às crianças e adolescentes submetidos a situações violentas.
- ≡ **Workshop de aprofundamento em práticas de Justiça Restaurativa com a ativista, professora norte-americana e criadora dos Círculos de Construção de Paz, Kay Pranis.** Capacitação de diversos profissionais para disseminarem os círculos em unidades judiciárias, escolas e comunidade.



- ≡ **1º Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares e Poder Judiciário.** Diálogo com o fim de qualificar a atuação dos profissionais que zelam pelos direitos de crianças e adolescentes de todo o Estado.
- ≡ **Seminário de Depoimento Especial para o Sistema de Justiça.** Capacitação de integrantes do sistema de justiça para a prática do depoimento especial, os aspectos legais, e as consequências psicológicas da revitimização e do abuso para crianças e adolescentes.

## COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA

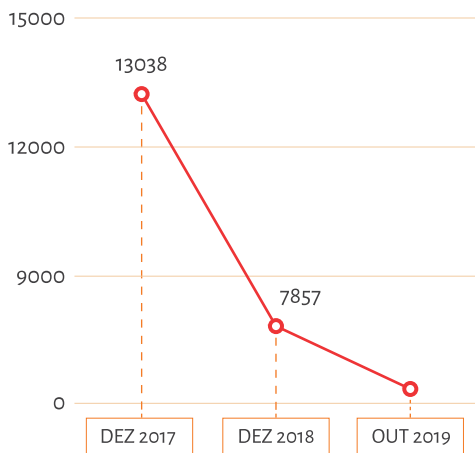
A Coordenadoria dos Juizados Especiais, supervisionada no biênio 2018-2019 pelo Desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy, desenvolveu diversas ações voltadas ao aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais, de modo a proporcionar, a um só tempo, uma melhor prestação de serviços públicos para os jurisdicionados e condições mais favoráveis de desempenho das atividades por parte dos magistrados e servidores integrantes do Sistema.

Em síntese, foram desenvolvidos e executados projetos relacionados à reformulação de competência de unidades judiciárias visando à homogeneização da demanda no Sistema, ao provimento das unidades com força de trabalho extraordinária para descongestionamento da tramitação processual, ao incentivo à adoção de mecanismos de desjudicialização de demandas e ao incremento dos meios eletrônicos de tramitação e julgamento de processos nos Juizados Especiais.

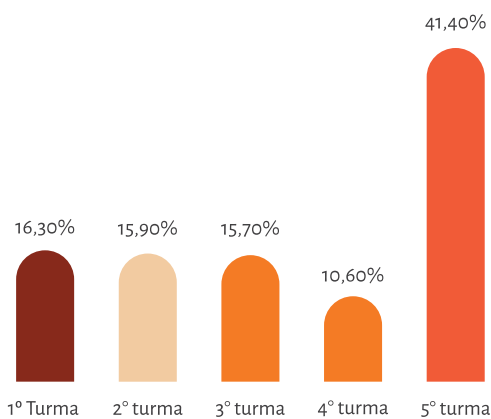
O impacto das medidas implementadas na atual gestão pôde ser observado já ao término do primeiro ano de trabalho, com a redução substancial na quantidade de feitos conclusos para julgamento nos Juizados Especiais e com a aprovação de modificações legislativas (Lei Complementar nº 900/2018) destinadas à equalização da carga de trabalho nas Turmas Recursais, conforme a seguir ilustrado:



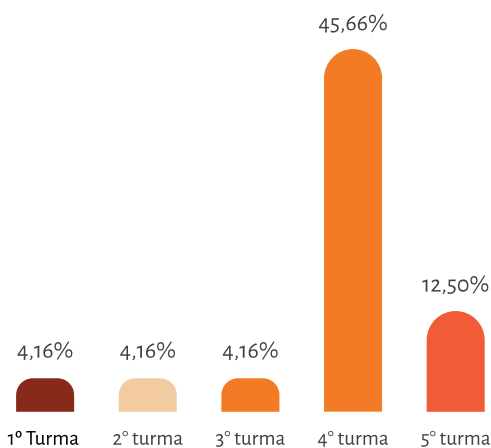
**Redução da quantidade de processos conclusos para julgamento de janeiro de 2018 a outubro de 2019 nos Juizados Especiais Cíveis da Grande Vitória.**



**Percentuais de distribuição de feitos às Turmas Recursais antes da aprovação da Lei Complementar nº 900/2018**



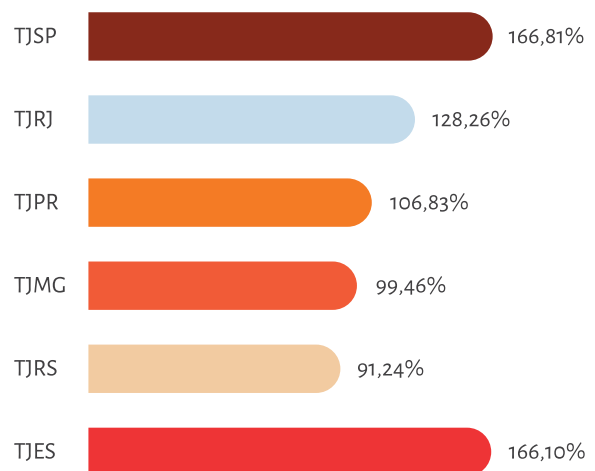
**Percentuais definidos no sistema PJE como critério de transição para a equalização dos acervos, de maneira prévia à distribuição concorrente e uniforme.**



Em 2019, verificou-se novamente a proficiência das ações em desenvolvimento pela Supervisão dos Juizados Especiais, a partir da constatação de que mais da metade das unidades integrantes do Sistema, 29 das 54 unidades, foi agraciada com a premiação anual por mérito jurisdicional denominada “Desembargador Willian Couto Gonçalves”, situação inédita desde a criação da cerimônia.

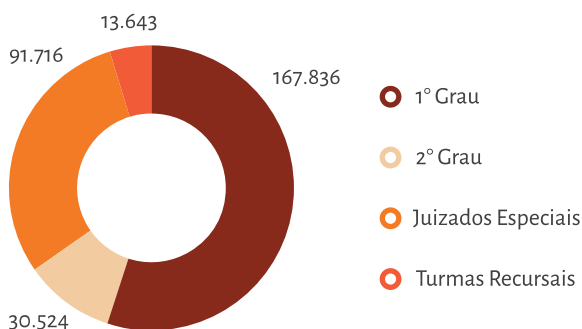
Graças ao esforço dos magistrados e servidores do Sistema, que compreenderam o modelo de gestão e o sentido das propostas de aprimoramento, os Juizados Especiais do Espírito Santo apresentaram resultados excelentes no indicador referente à taxa de atendimento à demanda, ocupando a 6ª posição dentre os Tribunais de Justiça Estaduais da Federação no relatório “Justiça em Números” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Índice de atendimento à demanda nos Juizados Especiais. TJES ocupa a 6ª posição, sendo melhor classificado dentre os Tribunais de médio porte.**

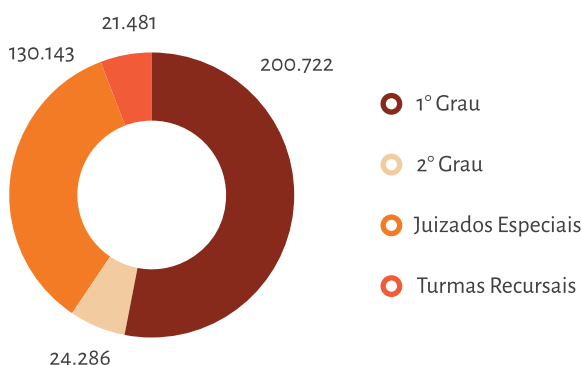


Importante ressaltar, ainda, que não obstante os Juizados Especiais tenham sido responsáveis por cerca de 35% por cento da demanda global do Poder Judiciário deste Estado no ano de 2018, a quantidade de julgamentos nas unidades do sistema alcançou o patamar de aproximadamente 40% de todos os processos julgados no PJES (Painel de resumo da gestão judiciária no relatório Justiça em Números 2019, do CNJ), reduzindo as taxas de congestionamento processual.

105.359 casos novos nos Juizados Especiais em 2018 (~35% da demanda global do PJES).



151.624 casos julgados nos Juizados Especiais em 2018 (~40% de todos os julgados do PJES)



Adiante, elenca-se os principais projetos e medidas adotadas durante a atual gestão da Supervisão dos Juizados Especiais, com descrição sumária de cada uma delas. É possível acessar, na página da Coordenadoria, o relatório analítico completo referente ao biênio 2018-2019:

- ≡ **Utilização da força de trabalho dos juízes leigos para a instauração de forças-tarefa de descongestionamento processal.** A força de trabalho extra proporcionada pelos juízes leigos é essencial para uma boa fluidez dos trabalhos nos Juizados Especiais, ela proporcionou uma queda vertiginosa na quantidade de feitos conclusos para sentença nas unidades do Sistema;

- ≡ **Incentivo à formulação de planejamentos estratégicos de enfrentamento da demanda para a redução do tempo de tramitação processual.** Como condição para a implementação de mutirões de julgamento, a Supervisão dos Juizados Especiais requisitou a elaboração de planos de gestão estratégica nos Juizados, a servirem de norte para o aprimoramento dos serviços judiciários;
- ≡ **Equalização da demanda e reforma regimental no Colegiado Recursal.** A partir da constatação de elevadas discrepâncias entre os índices de distribuição apresentados anualmente pelas Turmas Recursais, em decorrência da organização judiciária regionalizada, a Supervisão dos Juizados apresentou proposta de Lei Complementar contemplando a reestruturação de competência das Turmas Recursais, instituindo a competência concorrente para a apreciação dos feitos oriundos de todo o Estado e a possibilidade de unificação de Secretarias. Aprovada em dezembro de 2018, a Lei Complementar nº 900/2018 representou importante avanço para a uniformização da carga de trabalho no Colegiado Recursal, proporcionando a potencial otimização e modernização dos serviços cartorários nas Turmas Recursais. No ensejo das modificações, o Regimento Interno do Colegiado Recursal foi atualizado, com perspectiva de impacto positivo no índice de julgamentos, sobretudo os virtuais;
- ≡ **Fomento às medidas de desjudicialização de conflitos de consumo.** A Supervisão dos Juizados Especiais lançou o Programa de Soluções Pré-processuais, consistente na adoção de mecanismos de aproximação de consumidores e fornecedores para a solução dos litígios de consumo de maneira consensual, informal e fora do ambiente habitualmente belicoso que representa o processo judicial, com acompanhamento das tratativas e resultados pelo Poder Judiciário. Trata-se de medida perfeitamente adequada à política de tratamento adequado de conflitos (Resolução CNJ nº 125/2010) e que proporcionará redução de demanda e incremento de produtividade nos Juizados Especiais.

## COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJES realizou, nos anos de 2018 e 2019, três edições da Semana Justiça pela Paz em Casa, num esforço conjunto de todos os Tribunais do País para prevenir e combater a violência contra a mulher. A iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) teve início em 2015 com o objetivo de agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero.

No Espírito Santo, além de palestras e campanhas, a semana também é dedicada a mutirões de audiências e julgamentos de processos envolvendo vítimas do sexo feminino. E, ainda, como parte das atividades, o ônibus do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha estaciona em alguma praça popular para oferecer assistência jurídica e psicológica às vítimas de violência doméstica e materiais educativos à comunidade.

No ano de 2018 foram realizadas as 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> edições, que trouxeram temas importantes como Direito Trabalhista, apresentado pelo conselheiro do CNJ Luciano Frota; e Igualdade de Gênero, abordado pela Cônsul Geral do Canadá, Evelyne Coulombé. Já no ano de 2019, aconteceram a 13<sup>a</sup> Semana, com a presença da desembargadora e conselheira do CNJ Daldice Maria Santana de Almeida, e a 14<sup>a</sup> Semana, com palestra da secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, Roseane Estrela.

As ações do Tribunal de Justiça do ES foram além das Semanas Justiça Pela Paz em Casa. Ao longo dos dois últimos anos, as Varas Especializadas expediram mais de 15 mil medidas protetivas de urgência.



Em 2018, a equipe do Ônibus Rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha levou atendimento e ações educativas a centenas de moradores dos municípios de Vitória (30/06), Vila Velha (durante as Semanas Justiça pela Paz em Casa), São Mateus (04 a 06/06), Conceição da Barra (18 a 20/06), Pedro Canário (11 e 12/07), Aracruz (25 a 27/06) e Pancas (07/12), sempre com o apoio das Prefeituras, das Polícias e do Ministério Público.

Em Cachoeiro de Itapemirim, sul do Estado, o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha também participou, no dia 26/05/2018, da 25ª Ação Global; e no dia 15/09/2018, da Feira da Bondade. A Ação Global é uma iniciativa do Serviço Social da Indústria (Sesi) e da Rede Globo, que tem como objetivo promover educação, sustentabilidade, cidadania, saúde e diversão. Já a Feira da Bondade é organizada todos os anos pela Prefeitura do Município em parceria com diversas instituições. Dessa forma, o ônibus rosa esteve presente nesses importantes eventos de cidadania e pôde oferecer aos cidadãos orientações sobre o combate

à violência doméstica e familiar, além de atendimento jurídico, psicológico e social.

Diversos eventos realizados em 2018 também contribuíram para o envolvimento e a sensibilização da comunidade para a violência enfrentada pelas mulheres, como palestra realizada no dia 08 de março, no município de Aracruz, durante o Encontro de Mulheres Rotarianas, que buscou formar multiplicadoras da Lei Maria da Penha na região noroeste do estado.

Também no mês de março do último ano, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comvides) e o Rotary Club de Vitória realizaram, no Salão Pleno do Tribunal de Justiça, um evento com palestras para tratar do papel da mulher no contexto contemporâneo. E mais uma vez, no mês de junho, o Rotary abriu suas portas para palestra de divulgação da Lei Maria da Penha, em sua 26ª Conferência Distrital.

Servidores do Poder Judiciário ainda se atualizaram sobre a Lei Maria da Penha, em curso com duração de 12 horas, realizado em agosto de 2018, com o objetivo de promover um atendimento mais eficaz e célere às mulheres vítimas de violência pelos profissionais que atuam na Justiça estadual.

## Ação nas empresas

Em 2018, ações educativas dentro de empresas também ganharam força. No mês de abril, a Central de Apoio Multidisciplinar (CAM) da Comarca de Linhares promoveu palestras sobre violência doméstica para mais de 100 funcionários de uma empresa privada do município

*Comvides leva o ônibus rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha para ação de prevenção à violência doméstica e familiar na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Meio Ambiente (SipatMA) da ArcelorMittal Turbarão*





com o objetivo de refletir criticamente sobre a relação das desigualdades de gênero e o papel dos homens no combate à violência doméstica.

Já no mês de setembro, o TJES participou de uma ação de prevenção à violência doméstica e familiar, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Meio Ambiente (SipatMA) da ArcelorMittal Tubarão, quando mais de 5 mil pessoas tiveram a oportunidade de conhecer o ônibus do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, receber orientações e tirar dúvidas sobre as diversas formas de violência doméstica e familiar.

### **Maria da Penha vai...**

A 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Vitória, a Prefeitura de Vitória, o Ministério Público Estadual e a Polícia Civil realizaram, em 2018, duas edições da ação integrada de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher “Maria da Penha Vai...”

Os eventos, que tem como proposta levar a Lei Maria da Penha a todos os lugares, aconteceram na Praça dos Namorados no dia 25 de agosto e na Praça Regina Frigeri Furno, no bairro Jardim da Penha, no dia 23 de novembro, e contaram com uma rica programação cultural.

### **Mutirões**

Um mutirão com 131 audiências foi realizado na 2ª Vara da Comarca de Baixo Guandu, de 08 a 11 de outubro de 2018, para dar mais agilidade à pauta de audiências de instrução e julgamento dos feitos de competência da Lei Maria da Penha. Os trabalhos foram conduzidos pelo juiz André Guasti Motta, que responde

pela unidade judiciária, com a colaboração dos magistrados Dener Capaneda e Marcelo Bressan.

A 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Juízo de Vitória também realizou um mutirão, no mês de novembro, para regularizar as atividades cartorárias, como expedir mandados e juntar petições, entre outros atos.

### **Parcerias**

Diversas parcerias também foram firmadas em 2018 e fortaleceram o enfrentamento da violência doméstica e familiar no estado. No dia 25/04, a Comvides, o curso de Psicologia das Faculdades Integradas São Pedro (Faesa) e a Secretaria de Ação Social do Município de Vila Velha, assinaram um termo de compromisso que permitiu que mulheres vítimas de violência doméstica pudessem receber acompanhamento psicossocial gratuitamente, todas as quartas-feiras, no Fórum da Prainha, em Vila Velha.

A Comvides e a Prefeitura de São Mateus também assinaram um protocolo de intenções, no mês de junho, para implantar ações positivas no combate à violência doméstica na Comarca, visando à promoção de políticas públicas que deem suporte a essas mulheres.



As ações de combate e prevenção à violência doméstica do Poder Judiciário do Espírito Santo ainda ganharam, em 2018, o apoio do Sindipães (Sindicato da Indústria de Panificação do Estado) e da Aipães (Associação da Indústria de Panificação do ES). Por meio do termo de cooperação técnica, assinado no dia 30/10, as instituições se dispuseram a contribuir com o lanche servido na Semana Justiça pela Paz em Casa.

### Relacionamento interinstitucional

A Comvides participou, em 2018, de sessão plenária da Câmara Técnica pelo Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, promovida pela Subsecretaria Estadual de Políticas para Mulheres, a fim de padronizar a agenda de diversos órgãos do Estado que atuam nessa área.

A coordenadora estadual de enfrentamento à violência doméstica e familiar, juíza Hermínia Azoury, também visitou a sede técnica da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Aracruz, no dia 24/07, para conhecer melhor a realidade da mulher indígena do Espírito Santo e pensar como o Poder Judiciário pode trabalhar a seu favor, levando em conta a interculturalidade e autodeterminação dos povos.

A equipe da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJES recebeu ainda, no dia 02/10, as delegadas que atuam nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher da Grande Vitória, com o propósito de fortalecer a rede de atendimento às vítimas de violência.

### Ação nas escolas

A Comvides esteve, no dia 19/10/2018, no Colégio Marista, em Vila Velha, para uma conversa com 170 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental, sobre violência contra a mulher. E, no dia 06/12/2018, no município de Pancas, para uma ação educativa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher, que contou com a participação de 535 alunos de escolas da rede pública de ensino. Na mesma data, servidores do Poder Judiciário também promoveram um bate-papo, sobre a cultura de paz, com técnicos de saúde, assistência e educação do município.



*Em Mimoso do Sul (ES), estudantes participam de bate-papo sobre violência contra a mulher e seus diversos aspectos, com ênfase na cultura de paz*

As visitas às escolas continuaram em 2019. Nos dias 13 e 14 de junho, a Escola Estadual Emílio Oscar Hülle, em Marechal Floriano, recebeu uma ação de conscientização sobre combate à Violência Contra a Mulher, pela Comvides e pela Central de Apoio Multidisciplinar de Cariacica.

No dia 10/10/2019, a equipe do TJES também esteve em Montanha para uma conversa com cerca de 350 alunos da rede municipal e estadual de ensino sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevenção, assédio e preconceito.

Ainda no mês de outubro de 2019, nos dias 17 e 18, foi realizada uma ação de prevenção à violência nas escolas de rede pública de ensino de Mimoso do Sul para aproximadamente 300 alunos, que partici-

param ativamente do momento e puderam tirar suas dúvidas sobre a violência contra a mulher em seus diversos aspectos, com ênfase para o respeito e a cultura de paz.

---

## Dia Internacional da Mulher

No mês de março de 2019, a equipe da Comvides fez uma divulgação da Lei Maria da Penha no evento Sempre Vivas: Mulheres enriquecidas pela vida, em parceria com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, no Dia Internacional da Mulher (08/03).

Já no dia 17/03/2019, foi realizada uma ação educativa contra violência à mulher durante jogo de futebol dos times Vasco e Cabofriense, no Estádio Kleber Andrade, em Cariacica, quando servidores do Poder Judiciário andaram pelo campo com a faixa #NÃOSE CALE, e foram aplaudidos, demonstrando a preocupação da sociedade em denunciar esse tipo de violência.

O jeito mulher de liderar e empreender foi o tema debatido no dia 22/03/2019, no Salão Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. O Fórum, realizado pelo Rotary Club Vitória, com o apoio da Comvides, propôs um diálogo sobre a participação da mulher no mercado de trabalho por meio de temas relevantes, capazes de agregar valor a suas vidas, proporcionando conhecimento e incentivo.

---

## Eventos

O Grupo Mulheres do Brasil – Núcleo Vitória – e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar realizaram uma roda de conversa sobre “Violência Doméstica Contra a Mulher e Seus Aspectos”, no dia 27/06/2019, no Salão Nobre do Palácio da Justiça, com foco no empreendedorismo como fator importante para o rompimento do ciclo de violência.

Em uma outra perspectiva, o documentário “O Silêncio dos Homens” foi exibido no dia 29 de agosto, no Auditório da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ)-ES), com a presença de servidores, estudantes e representantes de outras instituições públicas. O vídeo, produzido pelo projeto Papo de Homem, retrata as dores, qualidades, omissões e processos de mudança dos homens, com o objetivo de incentivar o surgimento de mais pesquisas e projetos sobre masculinidades, e que essas iniciativas ajudem a construir um mundo cada vez mais equitativo, para todos e todas.

A Comvides do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) participou, nos dias 26 e 27/09/2019, de um encontro com representantes das coordenadorias de todo o País, para uma troca de experiências sobre as práticas exitosas em outros estados.

No Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher (10/10/2019), a equipe da Coordenadoria esteve em Montanha para participar de uma ação conjunta, com a Prefeitura do Município e o Sebrae, para promover a Lei Maria da Penha, com a presença do Ônibus Rosa do Juizado Itinerante.

A comunidade de Mimoso do Sul recebeu, nos dias 17 e 18/10/2019, diversas ações educativas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. No ônibus rosa, do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, que ficou estacionado em frente ao Fórum do município, psicólogos, assistentes sociais e representantes do Conselho Tutelar ficaram à disposição para tirar dúvidas sobre a rede de proteção e suporte à mulher.



## ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

Considerando o fim do biênio 2018/2019, a Assessoria de Precatórios elaborou relatório com os principais dados referentes à Gestão de Precatórios, conforme informações que seguem:

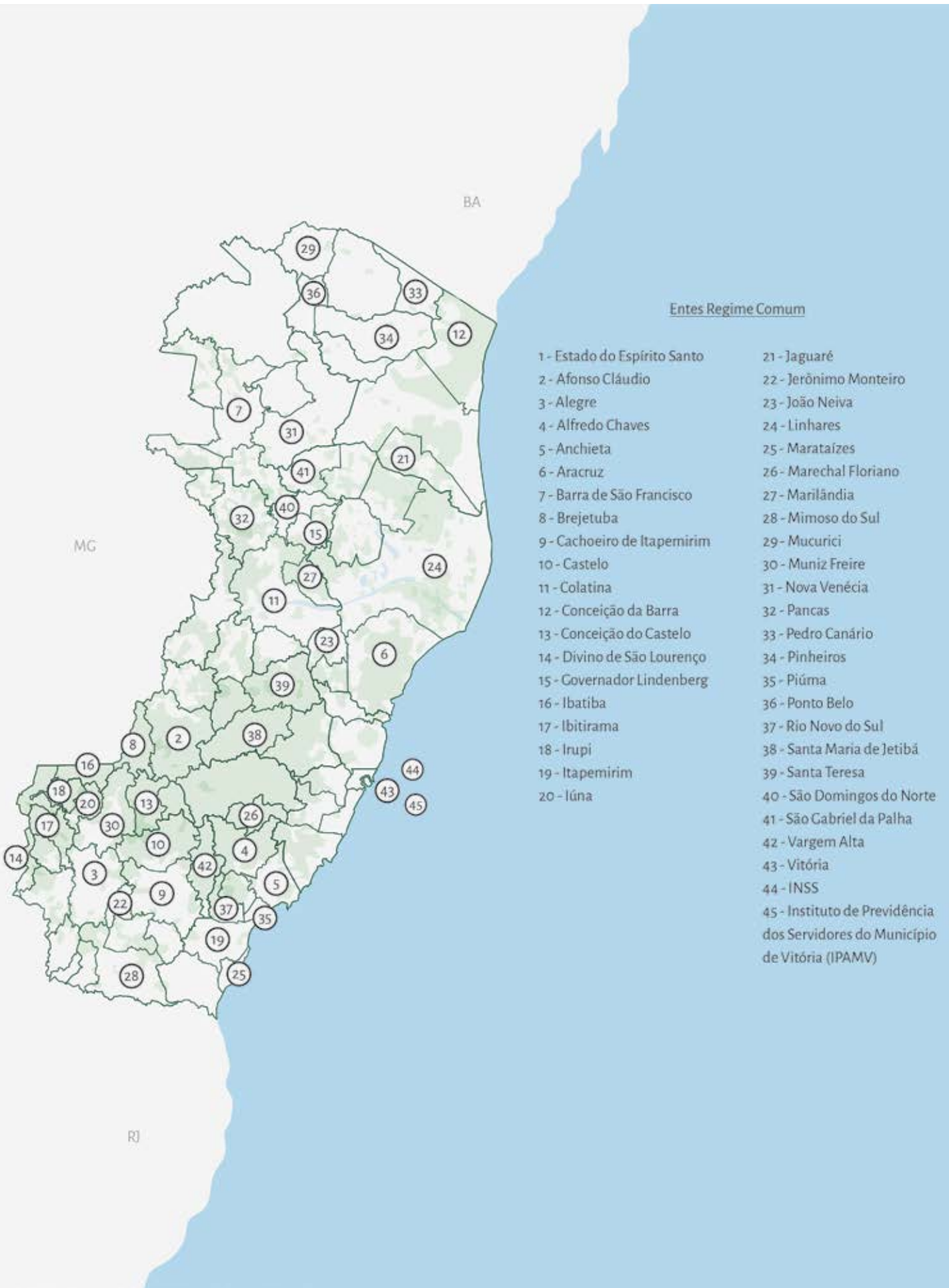
*Relação dos Entes que estão submetidos ao Regime Especial de pagamento de Precatórios:*

Entes em Regime Especial	Estoque de precatórios (em R\$)	Parcela anual 2019 (em R\$)	Parcela mensal (em R\$)	Percentual RCL	Previsão saída do regime especial (quitação até)
Alto Rio Novo	2.840.956,81	1.420.478,40	118.373,20	6,16%	2020
Baixo Guandu	4.349.606,98	2.174.803,49	181.233,62	2,80%	2020
Cariacica	26.382.048,16	13.191.024,08	1.099.252,01	2,30%	2020
Guaçuí	5.423.644,91	2.712.000,00	226.000,00	3,75%	2020
Guarapari	28.278.399,70	5.676.708,96	473.059,08	1,99%	2024
Muqui	2.004.171,38	1.002.085,69	83.507,14	2,85%	2020
Serra	46.053.351,77	23.026.675,88	1.918.889,65	2,12%	2020
Viana	5.578.047,16	2.789.023,58	232.418,63	1,63%	2020
Vila Velha	91.448.782,50	26.741.181,24	2.228.431,77	3,24%	2024

Os acervos das entidades devedoras podem ser consultados através do link: <http://www.tjes.jus.br/precatórios/consultas/listas-de-precatórios/>



Relação dos Entes submetidos ao Regime Comum de pagamento, conforme art. 100 da CF/88:



*Entes devedores que tiveram procedimento administrativo de Bloqueio instaurado; Entes que não realizaram pagamento no exercício de 2018, na forma do art. 33, da resolução nº 115/2010 do conselho nacional de justiça:*

Ente Devedor	Valor	Nº Precatórios	Procedimento Bloqueio
Barra de São Francisco	R\$ 494.865,50	02	aberto procedimento administrativo nº 2019.00.067.489 para bloqueio de valores.
Brejetuba	R\$ 119.554,22	02	aberto procedimento administrativo nº 2019.00.067.453 para bloqueio de valores.
Ibatiba	R\$ 290.602,62	07	aberto procedimento administrativo nº 2017.00.043.174 para bloqueio de valores.
Mimoso do Sul	R\$ 64.039,93	03	aberto procedimento administrativo nº 2019.00.067.338 para bloqueio de valores.
Mucurici	R\$ 325.769,23	41	aberto procedimento administrativo nº 2019.00.067.541 para bloqueio de valores.
Ponto Belo	R\$ 42.008,16	01	aberto procedimento administrativo nº 2019.00.067.365 para bloqueio de valores.

## Pagamentos realizados

A relação dos pagamentos de precatórios realizados nos exercício de 2018 e 2019 pode ser consultada no endereço eletrônico da página de precatórios: <http://www.tjes.jus.br/precatórios/consultas/precatórios-liquidados-por-ente-publico/>.

A Assessoria de Precatórios vem cumprindo rigorosamente o preceituado nas Emendas Complementares nº 62/2009, 94/2016 e 99/2017, exigindo dos entes públicos os repasses financeiros estipulados, conforme o Regime de pagamento que cada ente está submetido, com o objetivo de liquidação dos precatórios inscritos em seu acervo.

## ASSESSORIA DE CERIMONIAL E RELAÇÕES PÚBLICAS

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do TJES tem, atualmente, como principais atribuições:

- ≡ Interlocução com os Poderes e instituições públicas e privadas de interesse do Poder Judiciário;
- ≡ Planejamento e realização de solenidades de posse de desembargadores e da mesa diretora, incluindo elaboração de convites (em parceria com a Assessoria de Comunicação), emissão e envio dos mesmos, elaboração do roteiro, recepção a convidados, condução da solenidade;
- ≡ Planejamento e realização de inauguração de Fóruns e instalação de Varas do PJES;
- ≡ Organização de diversos eventos do Poder Judiciário Estadual;
- ≡ Gestão dos processos de contratação de produtos e serviços para a realização de eventos, inauguração de Fóruns e homenagens;
- ≡ Atualização de Mala Direta para correspondência;
- ≡ Comunicação interna de falecimento de magistrados ou servidores do Poder Judiciário;



- ≡ Encaminhamento a servidores e magistrados de e-mail referente a datas comemorativas relevantes para o Poder Judiciário;
- ≡ Elaboração, quando solicitado pelo Presidente, de mensagens de agradecimento ou congratulações;
- ≡ Envio de confirmação da participação ou justificativa de ausência do Presidente, ou de representante do Tribunal de Justiça, em eventos para os quais S. Ex<sup>a</sup> for convidado.
- ≡ Administração dos murais internos do TJES, atualmente utilizados para divulgação de eventos de interesse do Poder Judiciário;
- ≡ Acompanhamento do Presidente em eventos de outras instituições públicas, quando solicitado.

*Alunos de Direito da Universidade de Vila Velha (UVV) posam na escadaria da entrada principal do Palácio Renato de Mattos, sede do Tribunal de Justiça capixaba*



---

## Projeto Visita Monitorada

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas do Tribunal de Justiça do Espírito Santo promove, semanalmente, a Visita Monitorada ao Tribunal de Justiça, com alunos de escolas e faculdades, especialmente na área do Direito. As visitas monitoradas ao Tribunal de Justiça acontecem às quintas-feiras, a partir das 13 h.

A primeira parte da visita dura aproximadamente uma hora, quando os estudantes recebem informações sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e o trâmite dos processos, conhecem algumas das instalações do TJES, como o Centro de Memória, o Espaço Cultural e as salas de sessões e, em seguida, assistem a um vídeo institucional no salão nobre do Tribunal. Logo após, os estudantes se dirigem ao Salão Pleno para acompanhar a Sessão do Tribunal Pleno.





*Alunos de Direito do Centro de Ensino Superior de Vitória (CESV) acompanham as explicações sobre o funcionamento das câmaras do Tribunal de Justiça*

No ano de 2018, recebemos estudantes de 25 instituições, sendo 21 faculdades e 03 escolas, além da turma de residentes de Jornalismo da Rede Gazeta, totalizando 540 alunos.

No ano de 2019, recebemos estudantes de 23 instituições, sendo 21 faculdades e 02 escolas, totalizando 623 alunos até o dia 21/10/2019. A previsão é que até o fim de 2019, mais 04 faculdades e 02 escolas participem do projeto, somando 235 alunos.

As visitas são previamente agendadas, por professores ou coordenadores, através do e-mail [visitamonitorada@tjes.jus.br](mailto:visitamonitorada@tjes.jus.br).

Esperamos, nos próximos anos, estender o projeto para outras escolas e faculdades do estado.

---

### **Principais eventos realizados no exercício de 2018**

- ≡ Organização e realização da abertura da **10ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa** – em 05/03/2018 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Organização e realização da Instalação do **10º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e**

**Cidadania (Cejusc)** – em 13/03/2018  
(Fórum Desembargador Santos Neves, em São Mateus/ES);

- ≡ Solenidade de Abertura do **“XXII Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv)”** – em 22/03/2018 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Solenidade de **Inauguração do Arquivo Geral e Almoxarifado** do Poder Judiciário Estadual – em 20/04/2018 (em Jardim Limoeiro, Serra/ES);
- ≡ Organização e realização do Seminário **“Direito Penal e Processo: Influências da Lava Jato”** – em 24/05/2018 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Solenidade de **Inauguração das Novas Instalações do Fórum Desembargador O’Reily de Souza** – em 15/06/2018 (Fórum Desembargador O’Reily de Souza – em Mimoso do Sul/ES);
- ≡ Organização e realização da Roda de Conversa **“Laços de Família”** – em 15/06/2018 (Salão Pleno do TJES);

≡ Solenidade de **Instalação do 11º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc)** – em 18/06/2018 (Fórum Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa, Serra/ES);

≡ Solenidade de Premiação **Mérito Jurisdicional Desembargador William Couto Gonçalves** – em 27/07/2018 (Salão Pleno do TJES);

≡ Organização e realização do evento **“Conciliação e Mediação: É Conversando que a gente se entende”** – em 03/08/2018 (Salão Pleno do TJES);

≡ Organização e realização do evento **“Seminário de Depoimento Especial para o Sistema de Justiça”** – em 17/08/2018 (Salão Pleno do TJES);

≡ Organização e realização da abertura da **“11ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa”** – em 20/08/2018 (Salão Pleno do TJES);

≡ Organização e realização da solenidade de lançamento do **Sistema de Depósitos Judiciais para Emissão de Alvará Eletrônico** – em 31/08/2018 (Salão Nobre do TJES);

≡ Organização e realização da Audiência Pública sobre **“A possi-**

**bilidade de transfusão de sangue em pacientes capazes que manifestarem discordância por motivo de crença religiosa”** – em 17/09/2018 e 19/09/2018 – (Salão Pleno do TJES);



≡ Organização e realização do Seminário **“Escuta especializada da Lei 13431/17”** – em 21/09/2018 – (Salão Pleno do TJES);

≡ Solenidade de expansão do projeto **“Audiência de Custódia para a Região Norte”** – em 29/10/2018 (Penitenciária Regional de São Mateus/ES);



≡ Organização e realização do **Edital de Licitação para a construção da nova sede do Fórum da Comarca de Alegre** – em 09/11/2018 (Fórum Levin Chacon, Alegre/ES);

≡ Solenidade de Instalação da **12º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc)** – em 12/11/2018 (Fórum Cível Desembargador Moniz Freire, Vitória/ES);

- ≡ Organização e realização da abertura da **“12ª Semana Justiça pela Paz em casa”** – em 26/11/2018 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Solenidade de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo ao Projeto **“Penas Inteligentes”** – em 10/12/2018 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Organização e realização do **Encontro Anual de Facilitadores de Círculos** – em 17/12/2018 (Salão Pleno do TJES).

### Principais eventos realizados no exercício de 2019

- ≡ Solenidade de abertura da **Inspeção do Conselho Nacional de Justiça ao TJES** – em 18/02/2019 (Salão Nobre do TJES);
- ≡ Organização e realização do Seminário **“O Jeito Mulher de Liderar e Empreender”** – em 22/03/2019 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Solenidade de abertura do 1º Seminário **“Maria da Penha vai às Empresas: possibilidade e parcerias entre Instituições Públicas e Privadas”** – em 29/03/2019 (Salão Nobre do TJES);
- ≡ Solenidade de Inauguração do 9º **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc)** –



em 26/04/2019 (Fórum Desembargador Mendes Wanderley, em Linhares/ES);

- ≡ Realização do Seminário **“A adoção e o direito de ser filho: Aspectos Psicossociais”** – em 27/05/2019 (Corregedoria Geral da Justiça);
- ≡ Solenidade de premiação **Mérito Jurisdicional Desembargador William Couto Gonçalves** – em 07/06/2019 (Salão Pleno do TJES);



- ≡ Organização da **Reunião de Trabalho e Apresentação de Diagnóstico do Sistema Prisional do Espírito Santo** – em 29/07/2019 (Auditório da Corregedoria da Justiça);
- ≡ Organização e realização do Seminário: **“A Cooperação no Sistema Multiportas: diálogos”** – em 02/08/2019 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Organização e realização da **“14ª Semana Justiça pela Paz em Casa”** – em 19/08/2019 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Organização e realização do **“II Congresso Brasileiro de Direito de Família e Psicanálise”** – em 22 e 23/08/2019 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Solenidade de **Inauguração da Sala de Audiência em Homenagem à Desembargadora Catharina Maria Novaes**



**Barcelos** – em 23/08/2019 (Fórum Desembargador Horta Araújo – Cachoeiro de Itapemirim/ES);

- ≡ Organização e realização do **“Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito”** – em 29/08/2019 e 30/08/2019 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Organização e realização do **1º Mutirão Carcerário** – em 02/09/2019 (Auditório da Corregedoria da Justiça);
- ≡ Solenidade de **Ampliação do Fórum da Comarca de Santa Maria de Jetibá** – em 10/09/2019 (Fórum de Santa Maria de Jetibá/ES);
- ≡ Organização da palestra e lançamento do livro **“Mandado de Segurança Individual e Coletivo”** – em 13/09/2019 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Organização do evento **“A Escola na Socioeducação – Alinhamentos necessários e horizontes possíveis”** – em 18/10/2019 (Auditório da Corregedoria Geral da Justiça);
- ≡ Organização do evento **“Promoção de justiça social: o enfrentamento às desigualdades de gênero no Espírito Santo”** – em 21/10/2019 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Organização e realização do evento **“15ª Semana da Justiça pela Paz em Casa”** – em 25/11/2019 (Salão Pleno do TJES);
- ≡ Organização e realização da **Posse da nova Mesa Diretora do Biênio 2020/2021** – em 12/12/2019 (Salão Pleno do TJES).



## ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social é setor vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e desenvolve uma política de comunicação a fim de prestar contas à sociedade sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário Estadual, por meio da divulgação de informações pelos canais institucionais e do atendimento à imprensa, de forma transparente e ágil.

---

### **Atividades realizadas no Exercício 2018/2019**

Além de realizar todas as atividades relatadas anteriormente, durante o biênio 2018/2019, a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social contabilizou os seguintes resultados em suas atividades.

#### **Aquisição de novos equipamentos para a TV Justiça**

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social iniciou em 2018, e concluiu em 2019, a aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto e armazenamento digital para aperfeiçoar a prestação dos serviços do setor na área audiovisual.

A aquisição dos equipamentos e demais acessórios garante a continuidade dos trabalhos da TV Justiça ES, auxiliando na publicidade e visibilidade das ações do Poder Judiciário do Espírito Santo, dando mais condições de trabalho e qualidade ao produto final, além de atualizar o material existente, já que os equipamentos se encontravam obsoletos, deteriorados pelo uso





intenso, e com impossibilidade de manutenção, pois vários tiveram o modelo descontinuado pela fábrica.

#### Contratação de empresa de clipping

Para deixar magistrados e servidores mais bem informados sobre o que o noticiário brasileiro divulga a respeito do Poder Judiciário e seus integrantes, a Assessoria de Imprensa e Comunicação do TJES realizou a contratação de empresa especializada para prestação de clipping jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão da informação e análise de conteúdo.

Dessa forma, em abril de 2019, um novo formato do Clipping de notícias do Poder Judiciário foi disponibilizado na área da intranet (rede interna) do sítio do Tribunal de Justiça que, além das informações dos principais jornais e sites de notícias do Brasil, passou a trazer notícias de rádio e televisão.

#### Atendimento à Imprensa

2036 demandas da imprensa local e nacional foram atendidas de janeiro de 2018 a outubro de 2019, como solicitação de informações, requisição de dados estatísticos, acesso a processos e pedidos de entrevista.

Além disso, o “Informe TJES”, com todas as matérias postadas na página do TJES, é enviado diariamente para toda a imprensa, estadual e nacional.

Em novembro de 2018, a Comunicação também recebeu os estudantes do Curso de Residência em Jornalismo da Rede Gazeta, que conheceram a estrutura do Poder Judiciário e puderam compreender na prática a atuação dos magistrados. A apresentação foi conduzida pela Assessora de Imprensa do TJES, Andréa Resende, pela desembargadora Janete Vargas Simões e pelo juiz presidente da Amages, Daniel Peçanha.



## Produção de Releases

Durante esse mesmo período, a Comunicação Social divulgou para a imprensa, ou seja, postou na página da Internet e enviou via Informe TJES, 1740 releases, que são os textos produzidos com as notícias de interesse do Poder Judiciário;

Os releases versam sobre decisões judiciais de juízes e desembargadores, ações e projetos institucionais desenvolvidos pelo Poder Judiciário Estadual, entre outros assuntos que sejam de interesse da administração.

Os releases também são enviados para a Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde nossos textos, com reportagens institucionais, são publicados com frequência.

## Cobertura Jornalística

O setor realizou a cobertura jornalística e fotográfica de mais de 400 eventos durante o biênio 2018/2019, como a Semana Justiça pela Paz em Casa, Mérito Jurisdicional William Couto, Fonajuv, lançamento do projeto “Penas Inteligentes” com o ministro Dias Toffoli; Audiência Pública sobre Transfusão de Sangue e Congresso

de Magistrados Capixabas. Além da instalação de Cejuscs, inauguração do Fórum de Mimoso do Sul, palestras como a do ministro Luiz Fux e do professor de Havard Scott Brewer.

O acompanhamento e a divulgação de seminários, palestras, apresentações, semanas, entre outros, exigem uma mobilização e um planejamento especial da equipe da Assessoria de Imprensa, que com um olhar diferenciado e atento, busca contribuir para que a área responsável pelo evento alcance os seus objetivos, sejam eles relacionados à prestação jurisdicional ou ligados a uma maior aproximação com a população.

## TV Justiça

Ao todo, durante o biênio, foram produzidos 44 vídeos pela TV Justiça/ES, entre reportagens, vídeos institucionais, programas especiais publicados na Internet (YouTube), posses, registros de cursos e palestras, entre outros.

Grande parte da produção da TV Justiça/TJES é veiculada na TV Justiça do STF, em Brasília, que é o nosso principal foco de trabalho, cujo empenho da equipe do TJES é reconhecido pela equipe de comunicação do Supremo Tribunal Federal.



## Comunicação Interna

Todos os informes, referentes ao Judiciário e à carreira, que são imprescindíveis para magistrados, servidores e estagiários, são enviados por meio de um informativo eletrônico personalizado, denominado “Última Hora”. Ao todo, durante o biênio, foram enviados 83 boletins até outubro de 2019.

Orientações sobre o sistema de Anotações Financeiras para os servidores do PJES também ganharam, em 2018, um formato especial, em comunicação interna direcionada a todos os integrantes da Justiça Estadual. O material foi preparado a pedido da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal/Secretaria de Gestão de Pessoas, para facilitar o acesso a informações sobre os procedimentos de créditos e débitos por magistrados e servidores.

No último ano, a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social começou a utilizar, ainda, um aplicativo de mensagens instantâneas para a transmissão de informações curtas, rápidas e relevantes para magistrados, secretários e coordenadores do TJES.



Por meio de listas de transmissão para desembargadores, juízes e servidores, que se mostraram muito eficientes, foram enviadas notas, informações técnicas, e notícias produzidas pelo setor. Durante o biênio, foram direcionadas 91 mensagens para o grupo de desembargadores, 84 mensagens para o grupo de juízes e 64 mensagens para o grupo de servidores (até outubro de 2019).

E em outubro de 2019, a Comunicação criou uma identidade visual para a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), que passou a utilizar um correio eletrônico próprio como canal de direto com os usuários de TI, com o apoio desta Assessoria. Assim, a STI ganhou autonomia para gerar os comunicados e informativos técnicos, além de dicas de segurança para os integrantes do Poder Judiciário, fortalecendo a comunicação interna do órgão.

## Redes Sociais

A Comunicação é responsável por alimentar e gerenciar todas as páginas do Poder Judiciário Estadual nas redes sociais. Durante os anos de 2018 e 2019 foram feitas 535 postagens no Facebook, dando publicidade às decisões do PJES, além de informar sobre temas de relevância institucional e social.



Para a cobertura jornalística do evento de entrega do Prêmio Mérito Jurisdicional William Couto, que aconteceu no dia 07/06/2019, foi criada uma conta específica no Instagram, onde foram feitas postagens e transmissões por stories em tempo real. A premiação foi entregue para mais



de 500 servidores e 90 magistrados pelas boas práticas de gestão e pela eficiência no exercício de suas atividades jurisdicionais e administrativas desenvolvidas no ano de 2018.

### Publicidade & Editoração

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social é responsável pela criação e desenvolvimento gráfico da identidade visual de todas as publicações e eventos organizados e realizados pelo Poder Judiciário Estadual.

Podemos destacar como produtos desenvolvidos pela Assessoria nos anos de 2018 e 2019: *Semanas da Justiça pela Paz em Casa*; *Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv) 2018*, *Cartilha da Comvides (Coordenadoria das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher) “Violência doméstica é crime...”*, *Ementários de Jurisprudência trimestrais*, *Convites para inaugurações, palestras e cursos*; *I Seminário de Saúde Mental e Justiça*, *Livreto sobre a Central de Apoio Multidisciplinar de Vitória*, *Encontro sobre Solução de Conflitos na Comarca de Mimoso do Sul*, *Filipeta Comvides “Ação Global”*, *Evento “Laços de Família” sobre alienação parental*, *Selo de comemoração dos 10 anos do Sistema de Informação e Gerência da Adoção e Acolhimento do Estado (SIGA/ES)*, *Ações do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha nas Comarcas do estado*, *Evento “Mediação & Conciliação - É conversando que a gente se entende” do Nupemec,*

*Convites para eventos da Corregedoria - CGJ-ES*, *Peças de divulgação do evento Prêmio William Couto 2018 e 2019*, *Apresentação em slides para a Revisão do Planejamento Estratégico*, *Identidade visual para o sistema de Mandados Judiciais Online*; *Campanha de Segurança da Informação (STI)*, *Cartilha sobre Softwares Pirata (versão 2019)*; *Jogo da Memória (1ª Vara de Violência Doméstica – Vitória)*, *Manual de expedição de guias de Execuções Criminais*, *Cartaz Violentômetro*, *Certificados para evento “Oficina de Pais” (Vara de Família de Serra)*, *Convite para o Fórum “O jeito mulher de liderar e empreender” (Parceria Comvides e Rotary)*, *Peças de divulgação do seminário “A Lei Maria da Penha vai às Empresas” (1ª Vara de Violência Doméstica – Vitória)*, *Peças de divulgação*



*do seminário “Entrega Voluntária” (Central de Apoio Multidisciplinar – Guarapari)*, *Peças de divulgação da 3ª Jornada Científica, incluindo uma revista de artigos científicos (FASP-ES)*, *Cartaz Assediômetro*, *Painel para o Núcleo Socioambiental com informações sobre consumo consciente utilizado na Semana do Meio Ambiente*, *Convite para inauguração do Cejusc (Linhares)*, *Cartaz Recadastramento de Servidores 2018 e 2019*, *Peças de divulgação do “1º Seminário Intersetorial - Dialogando sobre o trabalho em rede” (Central de Apoio Multidisciplinar – Vitória)*, *Peças de divulgação de eventos com a temática “Entrega Voluntária” em várias Comarcas do Estado,*



*publicação dos Ementários Trimestrais, Peças de divulgação dos cursos de adoção de diversas Comarcas do Estado, Peças de divulgação do evento “II Congresso de Direito de Família e Psicanálise”, Identidade Visual para o Centro de Inteligência Artificial da CGJ-ES; Livreto sobre o projeto “Livro que te quero Livre”.*

## Campanhas

A Campanha Esperando por Você foi idealizada pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) e realizada em parceria com a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social com o intuito de quebrar paradigmas e trazer um novo olhar, a campanha dá voz a esses meninos e meninas por meio de vídeos gravados pela equipe de comunicação do TJES. As imagens são sensíveis e positivas.

Participam do projeto apenas aqueles para os quais não foram encontrados pretendentes nas buscas estaduais, nacionais e internacionais. E todos foram devidamente autorizados pelos magistrados da infância, coordenadores das instituições de acolhimento e guardiões legais.

Em dois anos e meio, 49 crianças e adolescentes já participaram da campanha. Ao todo, foram produzidos 23 vídeos, alguns com grupos de irmãos. Somente neste biênio, 12 crianças entraram no projeto e 08 vídeos foram produzidos.

O material foi divulgado nas redes sociais e no Cinejardins. Apenas no youtube foram quase 30 mil visualizações. E, graças ao projeto, 08 dos participantes já estão vivendo com suas novas famílias e 09 estão em processo de aproximação para adoção.



*Após participarem da campanha, os irmãos Jhenifer e Krauzemberg estão em fase de aproximação com uma nova família*



## ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

### Atividades Anuais – Planejamento Estratégico

2018

No ano de 2018 foram realizadas duas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), objetivando o acompanhamento do Planejamento Estratégico (PE) 2015 -2020. Na pauta da primeira reunião foi incluída a apresentação dos resultados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça, por meio do questionário eletrônico “Avaliação da Estratégia Nacional – 2016/2017”, o qual ficou disponível entre os dias 11 de dezembro de 2017 e 8 de fevereiro de 2018 aos 90 tribunais que integram a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

Como parte integrante da “Avaliação da Estratégia Nacional – 2016/2017”, o Conselho Nacional de Justiça publicou, no mês de março de 2018, a avaliação do grau de aderência aos Macrodesafios do Poder Judiciário, previstos na Resolução CNJ n. 198/2014. O Relatório pode ser acessado por meio do seguinte link: <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/estrategia-nacional-do-poder-judiciario-2015-2020/2016-2017>.

A segunda RAE durante o ano de 2018 deu início ao processo de revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020. Dentre os fundamentos para a revisão estão:

- ≡ A necessidade de ampliação do Planejamento Estratégico para sanar a ausência de iniciativas claras relacionadas com todas as áreas do Poder Judiciário;



- ≡ A necessidade de exclusão das iniciativas estratégicas que não serão executadas ou que perderam sentido em face do tempo transcorrido;
- ≡ A necessidade do alinhamento obrigatório entre as iniciativas estratégicas e os Macrodesafios fixados na Estratégia Nacional 2015-2020.

A revisão do Planejamento Estratégico respeitou a metodologia de sua concepção, conforme instalada no ano de 2015. O processo revisional foi iniciado formalmente no dia 10 de agosto de 2018 com a 1ª Reunião de Trabalho para a Revisão do Planejamento Estratégico. Participaram da reunião magistrados e servidores e, naquela oportunidade, foi aprovado o cronograma de trabalho e definidas as atividades inerentes.

## 2019

No ano de 2019 foram realizadas três Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). A primeira, realizada no dia 20 de maio de 2019, teve como um dos pontos de pauta a apresentação da Revisão do Planejamento Estratégico, conforme aprovada pela Resolução nº 12 de 09/04/2019.

Acompanhamento e coordenação dos trabalhos relacionados à compilação dos dados para informação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referentes ao Premio CNJ de Qualidade.

Participação no Comitê Gestor de Tabelas Processuais Unificadas, obje-

tivando a atualização dos sistemas de 1º Grau (eJud) e de 2º Grau (Segunda Instância), conforme TPUs editadas até 19/09/2019.

Participação de reuniões do Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau.

## 2018-2019

Acompanhamento e coordenação das atividades do Núcleo de Processamento de Estatística, conforme supervisão funcional instituída pelo Ato Normativo nº. 134/2016;

Coordenação dos trabalhos revisionais no âmbito do Núcleo de Processamento e Estatística das variáveis Justiça em Números, com vistas a proceder as correções necessárias em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação.

---

## Atividades Anuais – Orçamento

Acompanhamento da execução orçamentária e financeira - unidades Tribunal de Justiça e Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNEPJ (receita e despesa) – exercícios de 2018 e 2019:

- ≡ Controle de repasses e arrecadações próprias;
- ≡ Controle das disponibilidades orçamentárias/saldos para execução de despesas;
- ≡ Alterações orçamentárias internas (anulações/suplementações via ato/ movimentação direta no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES – alterações do Quadro de Detalhamento de Despesas);
- ≡ Alterações orçamentárias via decretos autorizativos do Poder Executivo.

Preparação das propostas orçamentárias anuais - exercícios de 2019 e 2020 – unidades Tribunal de Justiça (despesa) e FUNEPJ (receita e despesa).

Lançamento dos resultados físicos do Plano Plurianual de Aplicações 2016-2019 (exercícios de 2017 e 2018) no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES).

Acompanhamento mensal dos percentuais de gastos com pessoal e dos resultados da Receita Corrente Líquida estadual, para fins de cumprimento das disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Estudos, cálculos, despachos e pareceres relacionados a aspectos orçamentários, financeiros e fiscais gerais.

Elaboração de minutas, conforme demandas ou necessidades da Administração.

Participação em reuniões e grupos de trabalho internos e externos com pautas/objetos com repercussão orçamentária, financeira e fiscal.

## Resultados dos exercícios

Ano 2018

Unidade	Orçamento Originário	Suplementações	Autorizado
Tribunal de Justiça	R\$ 990.717.494,00	R\$ 48.000.000,00	R\$ 1.038.717.494,00
Fundo Especial	R\$ 164.640.000,00	R\$ 77.721.000,00	R\$ 242.361.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.155.357.494,00</b>	<b>R\$ 125.721.000,00</b>	<b>R\$ 1.281.078.494,00</b>

### Unidade Tribunal de Justiça

#### Despesa

Categoria de Despesa	Autorizado Final	Valor Empenhado*	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 912.539.297,00	R\$ 845.643.048,96	92,67%
Outras Despesas Correntes	R\$ 126.178.197,00	R\$ 102.154.799,63	80,96%
Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.038.717.494,00</b>	<b>R\$ 947.797.848,59</b>	<b>91,25%</b>

\* 1. Incluído o movimento extraorçamentário de R\$ 79.450.399,00 em pessoal e encargos sociais (aporte previdenciário); 2. Inscrição em restos a pagar processados: R\$ 76.664,47 (pessoal), R\$ 3.689,50 (outras despesas correntes); 3. Inscrição em restos a pagar não processados: R\$ 50.684,96 (outras despesas correntes).

## Unidade Fundo Especial do Poder Judiciário

## Despesa

Categoria de Despesa	Autorizado Final	Valor Empenhado*	%
Outras Despesas Correntes	R\$ 219.053.840,00	R\$ 167.265.927,90	76,36%
Despesas de Capital	R\$ 23.307.160,00	R\$ 6.463.426,66	27,73%
<b>Total</b>	<b>R\$ 242.361.000,00</b>	<b>R\$ 173.729.354,56</b>	<b>71,68%</b>

\* 1. Inscrição em restos a pagar processados: R\$ 167.615,32 (Outras despesas correntes) e R\$ 125.368,30 (Despesas de capital);  
2. Inscrição em restos a pagar não processados: R\$ 19.862.740,79 (Outras despesas correntes) e R\$ 2.740.536,73 (Despesas de capital).

## Receita

Receitas	Previsão Inicial	Realizado	%
Receita tributária	r\$ 82.314.000,00	R\$ 79.158.899,55	96,17%
Receita patrimonial	r\$ 66.206.000,00	R\$ 19.201.588,83	29%
Receita de serviços	r\$ 1.251.000,00	R\$ 1.212.868,51	96,95%
Outras receitas correntes	r\$ 14.869.000,00	R\$ 15.091.504,56	101,50%
<b>Total</b>	<b>r\$ 164.640.000,00</b>	<b>R\$ 114.664.861,45</b>	<b>69,65%</b>

## Ano 2019 (até setembro)

Unidade	Orçamento Originário	Suplementações	Autorizado Final
Tribunal de Justiça	R\$ 1.058.988.867,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 1.061.488.867,00
Fundo Especial	R\$ 125.985.000,00	R\$ 33.500.000,00	R\$ 159.485.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.184.973.867,00</b>	<b>R\$ 36.000.000,00</b>	<b>R\$ 1.220.973.867,00</b>

## Unidade Tribunal de Justiça

## Despesa

Categoria de Despesa	Autorizado Final	Valor Liquidado (até setembro/2019)	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 922.305.993,00	R\$ 654.226.367,46*	70,93%
Outras Despesas Correntes	R\$ 139.182.874,00	R\$ 96.131.588,27	69,07%
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.061.488.867,00</b>	<b>R\$ 750.357.955,73</b>	<b>70,69%</b>

\* 1. Incluído o movimento extraorçamentário de R\$ 58.450.399,00 em pessoal e encargos sociais (aporte previdenciário);  
2. Montante empenhado e ainda não liquidado: R\$ 255.693.547,04 (Pessoal e encargos sociais) e R\$ 39.712.935,59 (Outras despesas correntes).

## Unidade Fundo Especial do Poder Judiciário

### Despesa

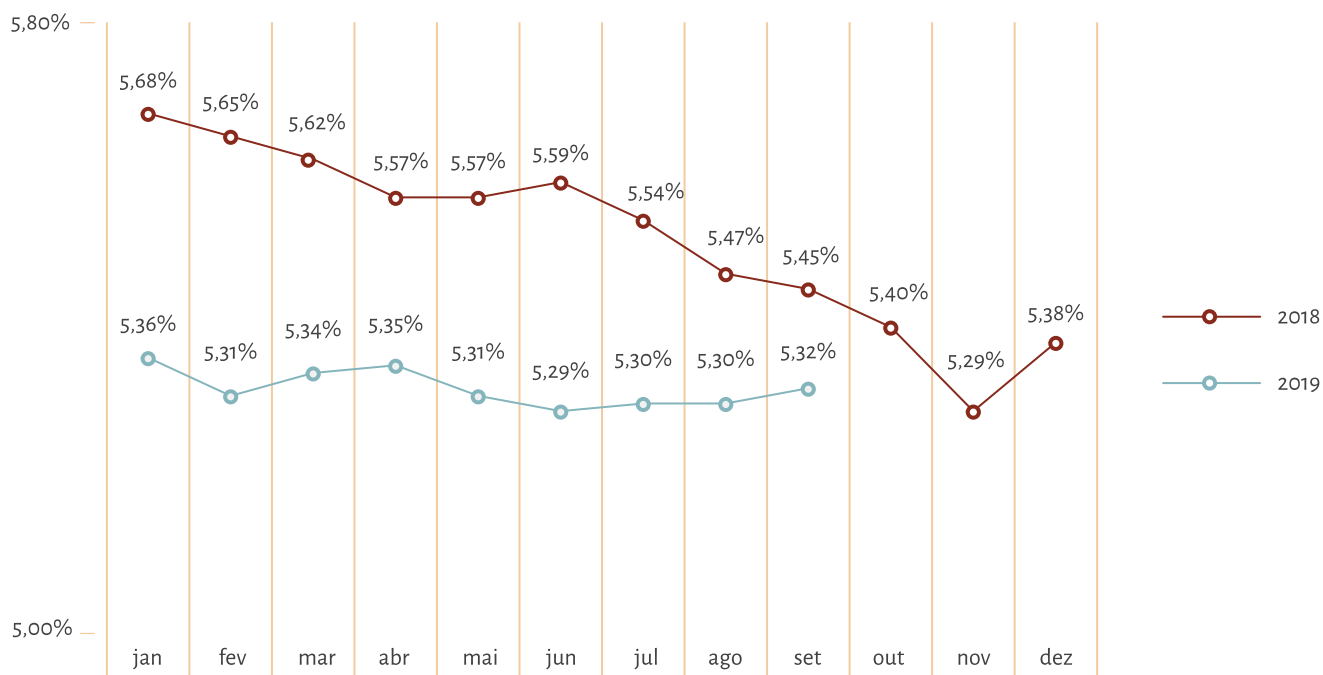
Categoria de Despesa	Autorizado Final	Valor Liquidado (até setembro/2019)	%
Outras Despesas Correntes	R\$ 149.231.780,00	R\$ 79.875.346,44	53,52%
Despesas de Capital	R\$ 10.253.220,00	R\$ 1.589.017,32	15,50%
<b>Total</b>	<b>R\$ 159.485.000,00</b>	<b>R\$ 81.464.363,76</b>	<b>51,08%</b>

\*1. Montante empenhado e ainda não liquidado: R\$ 45.508.006,36 (Outras despesas correntes) e R\$ 3.129.324,46 (Despesas de capital).

### Receita

Receitas	Previsão Inicial	Realizado	%
Receita Tributária	R\$ 86.263.000,00	R\$ 62.832.889,19	72,84%
Receita Patrimonial	R\$ 21.331.000,00	R\$ 4.860.839,78	22,79%
Receita de Serviços	R\$ 1.348.000,00	R\$ 795.280,54	59%
Outras Receitas Correntes	R\$ 17.043.000,00	R\$ 18.701.905,21	109,73%
<b>Total</b>	<b>R\$ 125.985.000,00</b>	<b>R\$ 87.190.914,72</b>	<b>69,21%</b>

### Despesas com pessoal (% gastos – LRF)



## ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

### Processos de segurança implementados pela Assessoria de Segurança Institucional no biênio 2018/2019

#### Sistemas de videomonitoramento por câmeras

##### DESCRIÇÃO

Em 2018, foi contratada empresa para fornecimento e instalação de sistemas de câmeras a serem instalados nos Fóruns de médio porte do Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES), a fim de aumentar a segurança das unidades forenses do Estado do Espírito Santo.

##### QUANTITATIVO



Foram instaladas **625 câmeras Full HD** em **18 Fóruns** do PJES.


##### LOCALIDADES

Os Fóruns contemplados neste processo de implantação de sistemas de câmeras foram: Anchieta, Vila Velha (Prainha), Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins, Alegre, Itapemirim, Castelo, Ibatiba, Piúma, Presidente Kennedy, Ibiraju, Jaguaré, Conceição da Barra, Pedro Canário, Pinheiros, Rio Bananal e São Gabriel da Palha.





Este sistema veio complementar o atual parque tecnológico de sistemas integrados, anteriormente composto por 616 câmeras instaladas em 2016 nas maiores unidades do PJES, a saber, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, a Corregedoria Geral de Justiça, o Centro Administrativo do TJES, além dos Fóruns de Vitória (tanto o Fórum Criminal quanto o Cível), Vila Velha (Boa Vista), Serra, Cariacica, Viana, Fundão, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Marataízes, Lúna, Linhares, São Mateus, Colatina, Aracruz, Barra de São Francisco, Nova Venécia, e Afonso Cláudio.

Sistema de alarme monitorado	
<p><b>DESCRIÇÃO</b></p>  <p>No início de 2018 foi celebrado contrato para instalação de equipamentos de alarme e monitoramento de ambientes sensíveis 24h por dia, todos os dias, para aumento da segurança dos prédios do PJES.</p>	<p><b>QUANTITATIVO</b></p> <p>Inicialmente, foram contratados <b>50 sistemas de alarmes</b>, com 350 sensores de presença, além de 100 botões de pânico para proteção dos juízes e assessores e 50 fechaduras eletrônicas para segurança de salas de armazenamento de armas. <b>Posteriormente</b>, em 11 de fevereiro de 2019, foi assinado termo aditivo para instalação de <b>mais 14 centrais de alarmes</b> e 153 sensores de presença. Desta forma, atualmente <b>64 unidades do PJES</b> contam com sistema de alarme monitorado 24h.</p>

Sistema de detector de metais	
<p><b>DESCRIÇÃO</b></p> <p>Foram adquiridos no biênio 2018/2019 detectores de metais do tipo portal, para realização dos procedimentos de controle de fluxo de pessoas, de acordo com a Resolução TJES nº 31/2018.</p>	<p><b>QUANTITATIVO</b></p>  <p>Foram adquiridos <b>25 detectores de metais do tipo portal</b>, a fim de complementar o quantitativo anterior de 18 portais detectores.</p>
<p><b>LOCALIDADES</b></p> <p>Foram contemplados os seguintes Fóruns: Afonso Cláudio, Alegre, Anchieta, Aracruz, Barra de São Francisco, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Guaçuí, Ibiracú, Itapemirim, Jaguaré, Linhares, Mimoso do Sul, Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, Piúma, Presidente Kennedy, Santa Maria de Jetibá, São Gabriel da Palha e Fórum Cível de Serra.</p>	



### Sistema de controle de fluxo de veículos

#### DESCRIÇÃO

Foram adquiridas em 2019 cancelas para controle de fluxo de veículos nos estacionamentos dos prédios do PJES. Os conjuntos de cancela são compostos pelo braço físico, além de sensores infravermelhos e detectores de massa metálica, a fim de impedir o fechamento do braço sobre veículos ou pedestres.

#### QUANTITATIVO



Foram adquiridas **10 cancelas de estacionamento** para instalação em **09 prédios do PJES**.

#### LOCALIDADES

Foram contemplados a Corregedoria Geral de Justiça, o Centro Administrativo e os Fóruns de Colatina, Serra (Cível e Criminal), Vila Velha (Boa Vista), Cariacica e Cachoeiro de Itapemirim. Anteriormente, apenas o Tribunal de Justiça possuía cancelas de estacionamento instaladas.

### Instalação de concertinas

#### DESCRIÇÃO

Em 2019, foram adquiridas e instaladas concertinas em muros de imóveis do PJES, a fim de proporcionar maior segurança para as unidades. Tratam-se de espirais com lâminas cortantes, cuja função é proteger o perímetro dos imóveis de invasões.

#### QUANTITATIVO



Foi adquirido um total de **1.000 metros** lineares de concertinas.

#### LOCALIDADES

Foram instaladas concertinas no Centro Administrativo, no Fórum Criminal de Serra, no Fórum de Vila Velha (Prainha) e no prédio do antigo Arquivo Geral de Vitória, no bairro de Curigica.

### Fornecimento de coletes balísticos

#### DESCRIÇÃO



Em 2019, foi assinada Ata de Registro de Preços com o objetivo de adquirir **coletes balísticos com Proteção nível III-A**, que serão disponibilizados a magistrados e servidores que atuam em situação de risco.

#### QUANTITATIVO

Há a previsão de compra de **26 unidades** de coletes balísticos até o fim do ano de 2019, serão substituídos os Coletes anteriormente utilizados por magistrados e servidores por coletes novos, que possuem prazo de validade de 05 anos.

### Aquisição de veículo blindado

#### DESCRIÇÃO

Está em trâmite a aquisição de um veículo blindado com o objetivo de atender a Comissão de Segurança Institucional e garantir a segurança de magistrados em situação de risco.

#### QUANTITATIVO

Há a previsão de compra de um veículo blindado até o fim do ano de 2019.



### Sistema de videoportaria para os gabinetes dos desembargadores

#### DESCRIÇÃO

Foram instalados **11 sistemas de câmeras para monitoramento** do fluxo nas antessalas ou salas de esperas dos gabinetes de desembargadores, que solicitaram os equipamentos à Assessoria de Segurança Institucional (ASI). O sistema é composto por uma câmera instalada na antessala, que transmite imagens em tempo real para um monitor no gabinete do desembargador e outro monitor na sala dos assessores.



#### QUANTITATIVO

Foram instalados 11 sistemas de câmeras nos gabinetes dos Desembargadores Manoel Alves Rabelo, Sergio Luiz Teixeira Gama, José Paulo Calmon Nogueira da Gama, Namyr Carlos de Souza Filho, Dair José Bregunze de Oliveira, Eliana Junqueira Munhos Ferreira, Robson Luiz Albanez, Jorge do Nascimento Viana e Ewerton Schwab Pinto Júnior, além das salas da Presidência, da Vice-Presidência e da Comissão de Segurança Institucional. O quantitativo foi obtido após consulta individual a todos os Gabinetes de Desembargadores do TJES. Além destes, 08 Desembargadores já contavam com o sistema de portaria por vídeo.

## Programa e-Crachá

### DESCRIÇÃO

Durante o biênio 2018/2019, a Assessoria de Segurança Institucional (ASI) manteve a confecção de crachás para magistrados, servidores e estagiários. A confecção dos crachás, em conjunto com o Procedimento de Controle de Acesso, proporciona maior segurança para os usuários das unidades do PJES.

### QUANTITATIVO:



No biênio 2018/2019, **foram impressos pela ASI mais de 1.000 crachás.**

Desde 2016, quando o programa e-Crachá foi implementado, o número de crachás impressos passa de 6.000.

Através do sistema e-Crachá, cada funcionário da Justiça Estadual realiza a sua própria requisição de crachá, sendo estes **impressos por duas impressoras próprias presentes na Assessoria de Segurança Institucional.**



## Vigilância Armada

### DESCRIÇÃO



Vigilantes patrimoniais armados terceirizados que atuam nas portarias, garagens e áreas externas com o intuito de garantir a segurança necessária para a atuação jurisdicional.

### QUANTITATIVO

O Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES) atualmente possui **162 postos de vigilantes armados** terceirizados, sendo 53 postos distribuídos nos Fóruns da Grande Vitória e **89 nas unidades do interior do Estado.**

## Portaria

### DESCRIÇÃO

Porteiros que atuam realizando o controle de acesso de pessoas e veículos nas unidades forenses.

### QUANTITATIVO



O PJES conta com **121 porteiros atuantes.**

## ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Emes) está inserida no contexto das escolas judiciais brasileiras, que têm por atribuição institucional a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário. Como cada vez mais se potencializam as demandas direcionadas à Justiça, as escolas judiciais conquistam significativa importância estratégica dentro dos tribunais, tendo em vista que são essenciais à consecução dos objetivos e metas estabelecidos com vistas à efetivação de uma Justiça mais célere, efetiva e cidadã.

A Emes foi criada pela Resolução nº 04/85, de 20 de junho de 1985 (DJ de 22.06.85) e ratificada pela Resolução nº 276-86. Já são 34 anos dedicados à formação de magistrados e servidores.

Inicialmente, a Emes funcionava em regime de convênio com a Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), cuidando mais especificamente da formação de magistrados, enquanto a formação de servidores do PJES era de responsabilidade do Serviço de Treinamento e Aperfeiçoamento do Pessoal da Justiça (Sestaju). Contudo, no momento, a Escola é subordinada à Presidência do TJES, conforme a Lei nº 566/10, sendo responsável pela capacitação e pelo aperfeiçoamento tanto dos magistrados quanto dos servidores, para o exercício de suas funções no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

A escola está localizada no 1º andar do prédio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-ES) e atua prioritariamente em duas frentes: oferece cursos de formação inicial e continuada para os magistrados estaduais, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como oferta cursos para os servidores do Poder



Judiciário Estadual, observando, para tanto, as diretrizes estabelecidas pelo CNJ e especificamente pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud), órgão este também vinculado ao CNJ.

Sob a gestão do Desembargador Manoel Alves Rabelo, a Emes sempre se pautou na busca constante da excelência, visando ao desenvolvimento pleno e ao aperfeiçoamento contínuo e progressivo dos magistrados e servidores, no contínuo intuito de formar um quadro de profissionais altamente qualificados. Na certeza de que as pessoas são o maior patrimônio do Poder Judiciário e de que as mesmas precisam ser constantemente aperfeiçoadas e aprimoradas, a Emes se propõe a trabalhar sempre de forma decidida pela disseminação dos saberes e conhecimentos próprios da Justiça estadual e a buscar constantemente o fortalecimento da atuação dos servidores, magistrados e consequentemente de toda a Justiça capixaba.

## Missão e Visão da Emes

### MISSÃO

*Promover ações e estratégias de formação inicial e continuada de magistrados e servidores.*

### VISÃO

*Ser reconhecida como escola de referência no contexto das escolas judiciais brasileiras.*

## Linhas de Atuação da Emes

- ≡ **Cursos para magistrados.** Desenvolve os Cursos de Formação Inicial, de Formação Continuada e de Vitaliciamento para Magistrados, todos em conformidade com os normativos estabelecidos pela Enfam;

- ≡ **Cursos para servidores.** Desenvolve os Cursos de Formação Inicial e Continuada direcionados aos Servidores do PJES, todos de acordo com o estabelecido na Resolução nº 192/2014, do CNJ;
- ≡ **Eventos.** Desenvolve eventos diversos (seminários, workshops, fóruns, colóquios, mesas-redondas, debates, etc.) que podem ser direcionados exclusivamente aos magistrados ou aos servidores ou que podem vir a integrar os dois públicos, a depender dos objetivos do evento realizado.

## Resultados Obtidos em 2018 e 2019

Em 2018 e 2019, a Emes desenvolveu diversas atividades formativas para os magistrados e servidores, dentre cursos de formação continuada e eventos. Muitas destas ações contaram com a participação de visitantes, que em sua maioria são servidores públicos de outros órgãos municipais, estaduais e federais, advogados e estudantes.

Ano	Total de participações de Servidores	Total de participações de Magistrados	Total de participações de Visitantes
2018	1881	505	1943
2019*	1848	267	973

\*Até 1º de outubro de 2019.

É importante destacar que uma mesma pessoa pode ter participado de mais de uma ação formativa ao longo do ano, podendo ser contabilizada mais de uma vez, de acordo com o número de participações.

## Atividades de destaque desenvolvidas pela Emes no Biênio 2018/2019

2018

**Palestra Internacional: Analysing the strengths and weaknesses of legal arguments (Analisando as forças e fraquezas dos argumentos legais).** Esta palestra foi ministrada por Gabriel Maria Lentner, professor da Universidade de Viena, no dia 21 de fevereiro de 2018. Durante aproxi-



O professor Gabriel Maria Lentner ministrou palestra na Emes em fevereiro de 2018.

madamente duas horas, o palestrante abordou questões relacionadas à prática argumentativa, classificando os tipos de argumentos e suas forças e fraquezas e a aplicação desses conceitos no âmbito jurídico. Gabriel Maria Lentner é diplomado em Direito e Lógica pela Faculdade de Direito de Harvard e PhD em Direito Internacional pela Universidade de Viena, na Áustria.

**Palestra “Judicialização da Saúde”.** Esta destacada atividade foi ministrada pelo Dr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Jr., Conselheiro do CNJ, no dia 18 de maio de 2018. Estiveram presentes no evento magistrados, servidores do Poder Judiciário e das prefeituras, advogados, profissionais da saúde, etc. O tema é dos mais relevantes, em face das inúmeras demandas surgidas para os Poderes Executivo e Judiciário. Assim sendo, a palestra se configurou em um momento muito significativo de discussões e aprendizagens.

**Palestra “Sistema Acusatorio Penal Y Litigación Oral”.** Esta relevante ação formativa foi realizada no dia 20 de julho de 2018. O palestrante foi o Dr. José Antônio Neyra Flores, Juiz da Suprema Corte Peruana. Além de magistrado da Corte Peruana, o palestrante é também professor da Universidade de San Martín de Porres, com 34 anos de experiência em docência. Ele também é Mestre em



O Juiz da Suprema Corte Peruana, Dr. José Antônio Neyra Flores, durante palestra na EMES.

Política Jurisdicional e Doutor em Direito, com três livros lançados sobre Processo Penal.

**Palestra “O CPC e os Procedimentos Especiais”.** Esta palestra marcou a abertura do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Processo Civil da Emes. Foi ministrada pelo Dr. Fredie Souza Didier Jr., livre-docente em Direito Processual, professor da Universidade Federal da Bahia e advogado. Esta ação formativa foi uma parceria entre a Emes e o Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGDIR/UFES) e ocorreu no dia 2 de agosto de 2018.



A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo promoveu diversas palestras e eventos durante o biênio 2018-2019

### **Palestra “Taxonomia Processual para Magistrados e Gestão de Processos”.**

Esta importante ação foi desenvolvida pela Juíza de Direito do TJSP, Dra. Ana Rita de Figueiredo Nery, no dia 31 de agosto de 2018. Participaram do curso os juízes gestores de Metas do Conselho Nacional de Justiça, os juízes de direito Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, da Infância e Juventude, das Varas Criminais e de Execuções Penais e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, além dos juízes de direito do Comitê Gestor de Tabelas Processuais Unificadas e demais integrantes. O evento também foi aberto a outros membros do Poder Judiciário estadual, alunos e professores da Ufes, e demais profissionais e estudantes.

2019

### **Aula Magna do Ano Letivo de 2019.**

As atividades letivas de 2019 da Emes foram oficialmente abertas no dia 15 de fevereiro, com a presença de autoridades as mais ilustres do meio jurídico.

Este evento de abertura contou com a presença do Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que ministrou a palestra “Judicialização dos Contratos de Plano de Saúde e segurança Jurídica”. Além dele, esteve também presente o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Dr. Arnaldo Hossepian, que abordou o tema “Judicialização da Saúde e atuação do CNJ”.

Atuaram ainda como debatedores do evento o Desembargador Manoel Alves



*O Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro João Otávio de Noronha, ministrou palestra na Aula Magna do Ano Letivo de 2019 na EMES.*

Rabelo, Diretor-Geral da EMES e o Conselheiro do CNJ, Dr. Fernando Cesar Baptista de Mattos.

O evento foi muito concorrido, com a presença de magistrados, servidores, estudantes, advogados, etc.

**Workshop Tutela Executiva.** Ao longo de todo o 1º semestre de 2019, a Emes realizou este workshop com o propósito de explorar e debater ao máximo o tema “Tutela Executiva”. Foram realizadas nove edições do evento, de fevereiro a maio. Esta ação foi uma parceria entre a Emes e o Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGDIR/UFES). Atendeu os alunos tanto da Pós-Graduação Lato Sensu da EMES quanto do Mestrado em Processo Civil da UFES.

O Workshop foi enriquecido com palestras dos seguintes profissionais: Dr. Cássio Scarpinella Bueno, Dr. Marcelo Abelha Rodrigues, Dr. Elias Marques de Medeiros Neto, Dra. Trícia Navarro Xavier Cabral, Dr. Fernando da Fonseca Gajardoni, Dr. Marcos Youji Minami, Dra. Flávia Pereira Ribeiro, Dr. Thiago Ferreira Siqueira, Dr. Antônio do Passo Cabral, Dr. Rodrigo Reis Mazzei, Dr. Gilberto Gomes Bruschi e Dr. Gilberto Gomes Bruschi.

### **Curso Temas Contemporâneos em Direito Penal e Processual Penal.**

Este curso foi realizado nos dias 22 de fevereiro e 15 de março de 2019, por meio de parceria entre a Escola Nacional da Magistratura (ENM), vinculada à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Emes.



O referido curso foi ministrado pelo Dr. Américo Bedê Freire Jr. (Juiz Federal), pelo Dr. Marcelo Batlouni Mendroni (Promotor do MPSP), pelo Dr. Rogério Greco (Procurador de Justiça do MPMG) e pelo Dr. Thiago Colnago Cabral (Juiz de Direito do TJMG).

Este curso foi muito importante, tendo em vista a emergência dos temas em destaque. Cabe ressaltar ainda que esta ação formativa foi credenciada pela Enfam.

**Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Judiciária.** Esta ação formativa atendeu os magistrados e servidores do PJES. Foi ministrado pelo Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, do TJRO, pelo Dr. Cássio Jorge Tristão Guedes, Juiz do TJES, e pela Dra. Gisele Souza de Oliveira, também Juíza do TJES. Este curso foi credenciado junto à Enfam. Consistiu em uma parte teórica e outra parte prática. Foi muito bem avaliado pelos participantes.

**Palestras e Lançamento de Livro.** No dia 13 de setembro de 2019, a Emes realizou no Salão Pleno do TJES as palestras “Colaboração Premiada no Processo Penal” com o Dr. Rodrigo Capez, Juiz de Direito do TJSP e “10 anos da Lei do Mandado de Segurança – Lei nº 12.016/2009”, com o Dr. Leonardo José Carneiro da Cunha, que é Procurador do Estado de Pernambuco e docente da UFPE. Ao final do evento, foi feito o lançamento do Livro “Mandado de Segurança Individual e Coletivo”, de autoria do Dr. Aylton Bonomo Jr, Juiz Federal do TRF-2 e de Hermes Zanetti Jr., Promotor de Justiça do MPES e professor da Ufes.

O evento foi realizado em parceria com a Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF-MPES) e a Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado (ESPG-ES).



*Palestra do Dr. Rodrigo Capez, do TJSP, durante o evento de palestras e lançamento de livro realizado pela Emes no dia 13 de setembro de 2019.*

## NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) foi criado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo através da Resolução 003/2011, modificada pela Resolução 019/2012, com o objetivo de estimular e implementar projetos voltados para a sistematização da utilização dos meios alternativos de solução de Conflitos, principalmente a conciliação e a mediação, que são importantes instrumentos na prevenção e solução de litígios.

### Avanços do Nupemec durante o biênio 2018/2019

2018

- ≡ Requerimento à Corregedoria Geral da Justiça, que originou a publicação do Ato nº 14/18, publicado no Diário da Justiça de 05/11/18, que, dentre outras providências, incluiu a rubrica “Homologação de Transação Extrajudicial” e autorizou a cobrança de custas nas rubricas “Pedido de Mediação Pré-Processual”, “Reclamação Pré-Processual” e “Homologação de Transação Extrajudicial”;
- ≡ Alteração e adequação da minuta da Resolução que regulamenta a competência do Nupemec no âmbito do TJES, remuneração, cadastro, exclusão e metodologia de avaliação de mediadores e conciliadores, bem como o credenciamento das instituições formadoras. A referida minuta encontra-se em análise pelos setores competentes;
- ≡ Envio de solicitação à Corregedoria Geral da Justiça para estudo sobre a remuneração dos mediadores judiciais;



- ≡ Certificação pelo CNJ de três instrutores capacitados para formar mediadores judiciais;

2019

- ≡ Reconhecimento da Emes, em conjunto com o Nupemec, como instituição formadora do Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores, por prazo indeterminado, através da Portaria do Superior Tribunal de Justiça nº 07, de 07 de agosto de 2019;
- ≡ Instalação do Cejusc Justiça Restaurativa, através da Interlocução entre o Nupemec e o Projeto Reconstruir o Viver (Coordenadoria da Infância e da Juventude), propiciando a aplicação de técnicas de Justiça Restaurativa;
- ≡ Introdução de metodologia de avaliação dos mediadores e conciliadores atuantes no ano de 2019, através da compilação dos dados constantes nos formulários de satisfação dos usuários, cujas informações estarão acessíveis a todos os interessados através do site do TJES, a partir de janeiro de 2020;
- ≡ Captação de convênios para instalação de Cejusc pré-processual nas dependências das instituições de ensino públicas e privadas;

- ≡ Autorização do CNJ para realização do Curso de Formação de Instrutores de Mediação Judicial, com previsão de formação de 16 novos instrutores, aumentando significativamente a formação de mediadores judiciais. O curso será realizado em março de 2020.

## Projetos de cidadania iniciados no biênio 2018/2019

### Oficinas de divórcio e parentalidade

Data	Cejusc	Famílias Atendidas
22/09/18	Faculdade Vale do Cricaré – 10º Cejusc São Mateus/ES	21
26/10/18	Faculdade Vale do Cricaré – 10º Cejusc São Mateus/ES	10
30/11/18	Faculdade Vale do Cricaré – 10º Cejusc São Mateus/ES	27
09/05/18	2º Cejusc Colatina/ES	16
29/06/18	2º Cejusc Colatina/ES	27
26/04/19	11º Cejusc Serra/ES	42
31/07/19	7º Cejusc Cariacica/ES	25
16/09/19	7º Cejusc Cariacica/ES	25
27/09/19	11º Cejusc Serra/ES	25
31/10/19	7º Cejusc Cariacica/ES	25

### Cejuscs e Mediadores no Estado

**Cejuscs instalados:** 12, sendo quatro em Vitória (Cejusc de 2º Grau - TJES, 1º Cejusc de Justiça Restaurativa, 3º Cejusc Itinerante e 12º Cejusc); um nos Juízos de Serra, Vila Velha, Cariacica (com competência para Viana, Santa Leopoldina, Domingos Martins e Marechal Floriano), Colatina, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e São Mateus;



**Cejuscs a serem instalados até dezembro de 2019:** Guarapari e Itapemirim (com competência para Maratáizes);

**Ampliação de espaço físico de Cejuscs já existentes:** 3º Cejusc Itinerante Cachoeiro de Itapemirim (2018) e Vila Velha (2019);

**Mediadores Judiciais cadastrados no Nupemec:** 175 mediadores judiciais.

### Prêmios

O Nupemec recebeu o Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça, no dia 05 de fevereiro de 2019, pelo projeto “Técnica de Acolhimento”, selecionado na categoria Instrutores de Mediação e Conciliação, com as instrutoras Jussiara dos Santos Martins de Souza, Lavinia Vieira de Andrade Waichert Lyrio e Paula Morgado Horta Monjardim Cavalcanti.



*Novos mediadores judiciais recebem certificados de conclusão de curso no salão do Tribunal Pleno do TJES*

## NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

O Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES), motivado pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 201/2015, criou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), o Núcleo Socioambiental, por meio do Ato Normativo nº 128/2015, e a Comissão Gestora do PLS-PJES, por meio do Ato Normativo 130/2015.

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PLS-PJES) foi instituído por meio do Ato Normativo nº 248/2015, ad referendum do Egrégio Tribunal Pleno, e disponibilizado no Diário de Justiça no dia 15 de outubro de 2015.

Inicialmente, o PLS-PJES visava contribuir com o objetivo estratégico institucional de “desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade”, com a estratégia de redução do custo da tramitação, e foi organizado de forma a atender a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social. Em 2019, com a revisão do Planejamento Estratégico, dada a importância da sustentabilidade, foi acrescentado o objetivo “Implantar a cultura de Responsabilidade Social: sustentabilidade, acessibilidade e qualidade de vida no ambiente de trabalho”. Para o alcance desse objetivo, foram sugeridos, inicialmente, instituir a Política de Responsabilidade Social do PJES; cumprir as metas estabelecidas no PLS-PJES; e instituir a Semana de Responsabilidade Social do PJES.

Em 2018 e 2019, o Núcleo Socioambiental continuou o monitoramento mensal dos indicadores de desempenho do PLS-PJES junto com as áreas envolvidas e informou ao CNJ por meio do “Formulário do Plano de Logística Sustentável do Judiciário”, disponibilizado no site [www.cnj.jus.br/corporativo](http://www.cnj.jus.br/corporativo). Além do monitoramento mensal, ao final de cada ano, dentro dos cinco





*Equipe de terceirizados encarregados da limpeza do Palácio Renato de Mattos assiste a palestra sobre descarte de resíduos*

eixos (uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos sólidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação do corpo funcional; e licitações sustentáveis) são desenvolvidos projetos pelas áreas responsáveis, conforme as metas e o cronograma definidos coletivamente no PLS-PJES.

Desse monitoramento, resultaram os Relatórios de Desempenho Anual do PLS-PJES, enviados em fevereiro (2018/2019) ao Conselho Nacional de Justiça e disponibilizado no Portal da Transparência do PJES.

Em 2019, as áreas também iniciaram uma avaliação das ações propostas no PLS-PJES para o período 2015-2020 (Protocolo SEI nº 7005397-58.2019.8.08.0000).

As ações de sensibilização e capacitação de servidores e terceirizados que se destacaram no período foram: a demonstração de Compostagem durante a Feira de Saúde do TJES e o novo treinamento da Coleta Seletiva – TJES, com a participação da Amariv – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória. Além disso, houve participação de membro do Núcleo no “Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário” (2018 e 2019) e no “1º Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão” (2019), realizados em Brasília-DF.

*Duante a Feira de Saúde do TJES ações como a troca de pilhas usadas por mudas de plantas reforçou a importância da reciclagem*



## OUVIDORIA JUDICIÁRIA

A Ouvidoria Judiciária foi criada pela Resolução nº 11/99, de novembro de 1999, e, desde então, vem atuando como canal de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, exercendo suas atribuições de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 103/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

No cumprimento de sua missão, cabe à Ouvidoria Judiciária prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do Poder Judiciário Estadual, receber reclamações, críticas, elogios, sugestões e pedidos de informações sobre os serviços prestados pela instituição, na busca pela melhoria da qualidade dos trabalhos prestados à sociedade.

Este relatório apresenta dados quantitativos e qualitativos referentes às atividades compreendidas entre 01/01/2018 e 30/09/2019.

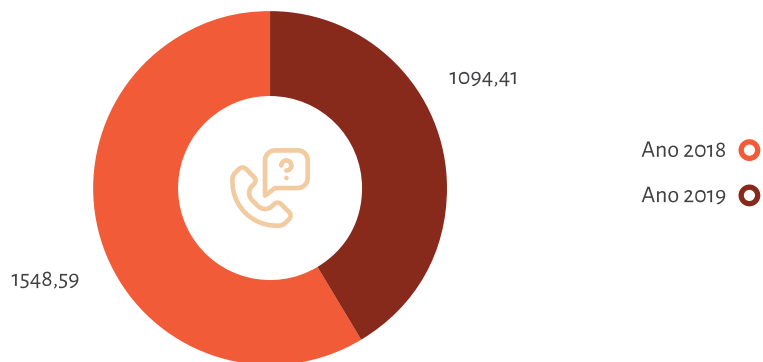
---

### Registros efetuados

No ano de 2018, a Ouvidoria Judiciária efetuou 1548 registros dentre sugestões, elogios, pedidos de informações e reclamações diversas. Por sua vez, até 30/09/2019 tais registros alcançaram o montante de 1094. O gráfico a seguir demonstra a distribuição desses registros no período deste relatório.



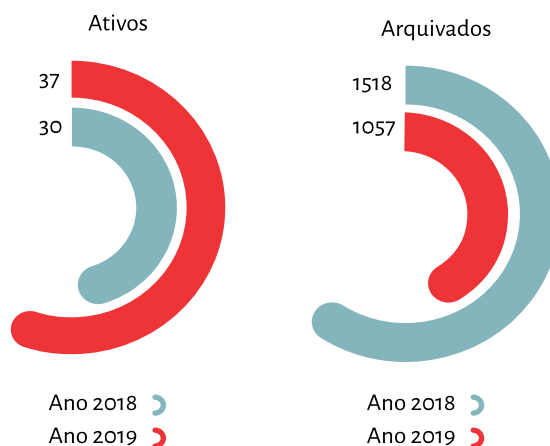
### Registro efetuados



### Registros ativos e arquivados

Do total de registros formalizados em 2018, 1057 (96,6%) encontram-se arquivados e 37 (3,4%) ativos. Já com relação aos registros efetuados entre janeiro e setembro de 2019, 1018 (98,1%) encontram-se arquivados e 30 (1,9%) ativos.

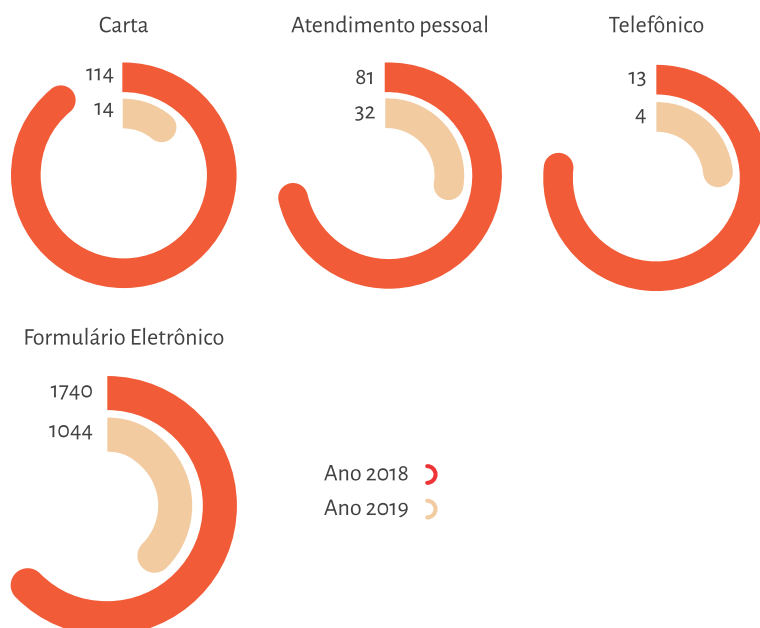
### Registro ativos e arquivados



### Meios de contato utilizados para formalizar os registros

Dentre os meios utilizados para formalizar os registros, destaca-se o acesso por meio eletrônico: em 2018 foram 1740 registros e em 2019 foram 1044. Por carta foram registradas 114 manifestações em 2018 e 14 até setembro de 2019. O atendimento pessoal gerou 81 registros em 2018 e 32 no ano de 2019. Provenientes de contatos telefônicos foram registradas 04 manifestações em 2018 e 13 no ano de 2019.

### Meios de contato utilizados para formalizar os registros





## Outros contatos não registrados no sistema

Diariamente, a Ouvidoria presta atendimento ao público, recebe inúmeros telefonemas, e-mails e correspondências, contudo, somente parte desse atendimento é efetivamente convertido em reclamação, sugestão, elogio ou pedido de informação e levado a registro no banco de dados do órgão. Isso porque a maioria dos atendimentos é voltada a orientações sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, fornecimento de endereços e telefones dos Fóruns e Varas, identificação de links e informações junto ao portal do Poder Judiciário e orientações sobre outros órgãos.

A Ouvidoria recebeu 4699 ocorrências eletrônicas em 2018, das quais 1439 foram convertidas em registros, outras 2593 tratavam de solicitações diversas, outras 142 versaram sobre sugestões, críticas e agradecimentos e, 525 eram spam. Além disso, em resposta aos interessados foram emitidos 6278 e-mails pela Ouvidoria.

No ano de 2019 (até setembro), o montante de ocorrências eletrônicas totalizou 4012, das quais 1081 foram convertidas em registros, 2121 tratavam de solicitações diversas, 88 versaram sobre sugestões, críticas e agradecimentos e, 722 eram spam. Além disso, em resposta aos interessados foram emitidos 502 e-mails pela Ouvidoria.

## Meios de contato utilizados para formalizar os registros

Recebidos no semestre



Informações prestadas



Spams



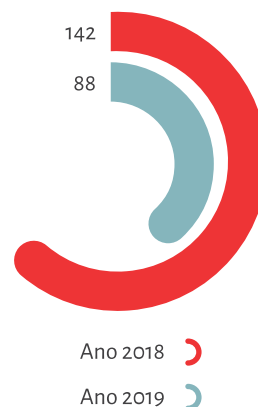
Solicitações diversas



E-mails convertidos em registros



Questões, críticas e agradecimentos



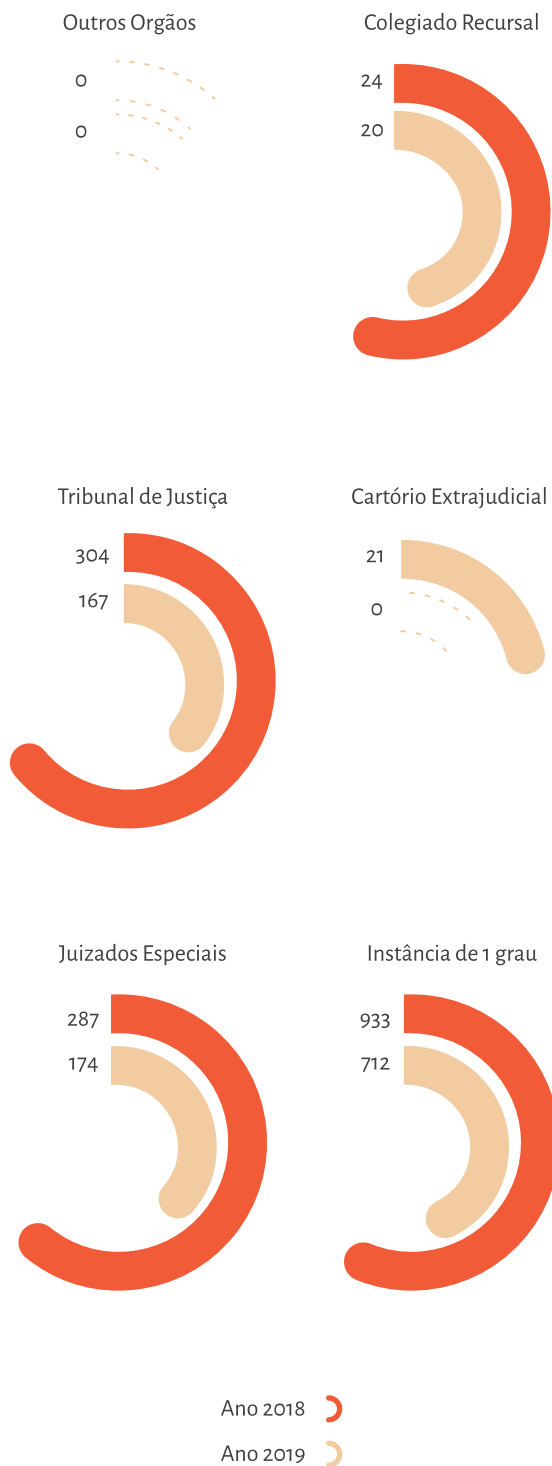
## Encaminhamento dos registros

Após análise do Desembargador Ouvidor, o registro é encaminhado ao órgão/setor competente, para ciência e/ou prestação de informações acerca dos problemas apontados. Dessa forma, em 2018, à instância de 1º grau foram encaminhadas 933 manifestações, por abordarem assuntos diversos envolvendo servidores, cartórios ou morosidade processual. O Tribunal de Justiça foi destinatário de 304 manifestações, aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais foram encaminhadas 287 e ao Colegiado Recursal dos Juizados Especiais 21 manifestações.

No ano seguinte, foram encaminhadas à instância de 1º grau 712 manifestações. Aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais foram encaminhadas 287 manifestações, ao Tribunal de Justiça 167 manifestações e, ao Colegiado Recursal dos Juizados Especiais 24 manifestações. Além disso, como a partir do 4º relatório trimestral do biênio de 2018-2019 as manifestações afetas às serventias extrajudiciais passaram a ser agrupadas em categoria distinta, a partir de então foram computadas 21 manifestações com este objeto.

Tendo em vista que as matérias afetas a órgãos externos ao Poder Judiciário Estadual, (MP, Polícias, OAB/ES, Defensoria) ultrapassam a competência deste Poder Judiciário Estadual, não são registradas manifestações destinadas a outros órgãos, e a atuação da Ouvidoria limitou-se a prestar orientações e encaminhamentos aos órgãos adequados.

### Encaminhamento dos registros

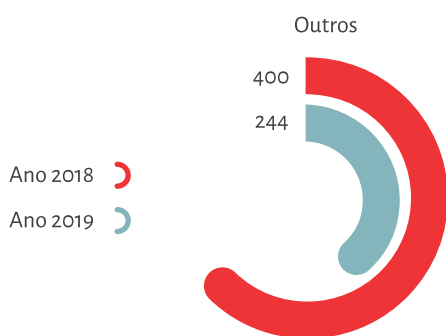


## Assuntos abordados

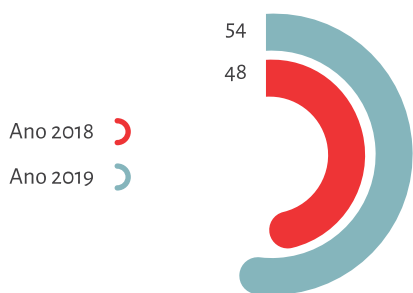
A morosidade no andamento dos processos tradicionalmente é o problema mais abordado. Em 2018 foram 1100 reclamações (75,45%), contra 400 (27,43%) de outras manifestações e 48 (3,29%) das manifestações de pedido de informação (Lei nº 12.527/2011).

Em 2019, foram 796 reclamações de morosidade (72,76%), contra 244 (22,3%) de outras manifestações e 54 (4,94%) das manifestações de pedido de informação (Lei nº 12.527/2011).

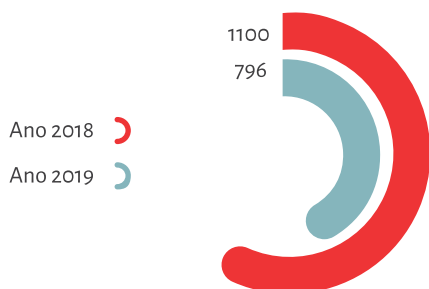
Assuntos abordados



Pedidos de informação (Lei nº 12.527/2011)



Morosidade



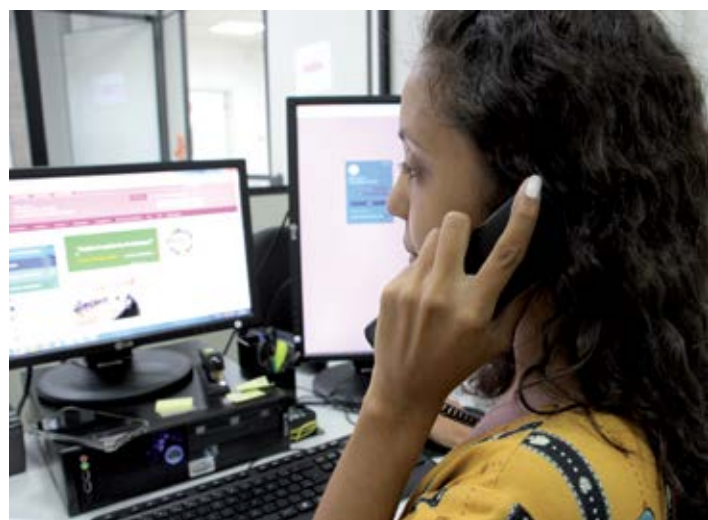
## Considerações finais

A Ouvidoria Judiciária tem sido um importante canal de comunicação à disposição dos jurisdicionados, prestando relevante serviço como órgão auxiliar no encaminhamento e solução dos problemas afetos ao Poder Judiciário Estadual, bem como nas sugestões de medidas tendentes a otimizar os serviços da instituição, ressaltando-se a crescente responsabilidade que vem recebendo dos que utilizam seus serviços.

Nossa preocupação tem sido a de imprimir maior transparência às ações praticadas pela instituição, orientando os interessados sobre as providências adotadas na solução dos problemas tratados por este órgão, com destaque para a atuação conjunta com diversos setores deste Tribunal, auxiliando no encaminhamento e apuração das manifestações.

Ao longo do ano de 2019 foram feitas diversas alterações no site da Ouvidoria e no procedimento de interação com os manifestantes, de modo a facilitar o acesso à informações públicas e aprimorar a interação entre Ouvidoria e usuários.

Além disso, encontram-se em andamento estudos para implantação da Carta de Serviços instituída pela Lei nº 13.460/2017, bem como de mecanismo de avaliação, também instituído por tal dispositivo legal.



## SECRETARIA GERAL

De acordo com o art. 11 da LC nº 566/2010 e art. 43 da Resolução nº 75/2011, estão subordinados à Secretaria Geral do Tribunal de Justiça:

### Subsecretaria Geral

Assessoria de Gestão

### Assessoria Jurídica da Secretaria Geral

### Secretarias

- ≡ Judiciária
- ≡ Engenharia, Gestão Predial e Equipamentos
- ≡ Infraestrutura
- ≡ Tecnologia da Informação
- ≡ Gestão de Pessoas
- ≡ Finanças e Execução Orçamentária



## Projetos e atividades da Secretaria Geral

Compete à Secretaria Geral, nos termos do art. 44 da Resolução nº 75/2011, dirigir suas atividades administrativas, bem como das unidades que lhe são subordinadas. Assim como, coordenar outras atividades e projetos do PJES que estejam relacionados à área administrativa; aprovar programas de trabalho, diretrizes e planos de ação gerais para o Tribunal, além de assessorar o Presidente na elaboração de diretrizes para a administração do Poder Judiciário; coordenar e executar os programas de trabalho; coordenar as atividades jurisdicionais e a realização de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração, em relação às Secretarias do Tribunal; desenvolver estudos sobre a estrutura organizacional do Tribunal, com o fim de propor à Presidência medidas de aperfeiçoamento; praticar atos administrativos que importem na aplicação de recursos orçamentários; deliberar sobre questões administrativas referentes a servidores do PJES; emitir pareceres jurídicos e administrativos em matérias de sua atribuição; cumprir e fazer cumprir determinações da Presidência do Tribunal e demais instâncias superiores, no âmbito de sua atribuição; cumprir e fazer cumprir planejamento apresentado pela Presidência; analisar matéria administrativa levada a exame e decisão do Presidente; secretariar as sessões solenes do Tribunal; submeter ao Presidente proposta orçamentária do Tribunal para o exercício imediato, pedidos de créditos adicionais, balancetes, demonstrações contábeis e tomadas de contas para encaminhamento aos órgãos competentes, planos de ação, programas de trabalho e pedidos de afastamento de servidores; receber oficialmente autoridades em visita ao Tribunal; manter contato com autoridades de igual nível em outros Poderes; manter contato com magistrados em relação a assuntos administrativos referentes a seus gabinetes; acompanhar procedimentos licitatórios; propor a constituição de comissões de licitações, de inventários, de bens patrimoniais e outras, para realizar as atividades previstas em lei e no regulamento do Tribunal; emitir ordens de serviço, instruções e outros instrumentos de comunicação para serem observados pelos órgãos subordinados; coordenar a localização dos servidores das unidades do Tribunal; coordenar a elaboração do Relatório Anual de Atividades do Tribunal; apresentar relatórios periódicos de todas as atividades desenvolvidas pela Secretaria à Presidência; apreciar e encaminhar projeto básico relativo às atividades desenvolvidas pela Secretaria; assinar os termos de abertura e encerramento dos livros de poses dos servidores e magistrados; expedir atos de elogios a servidores; coordenar incentivos que tratem sobre adaptação das condições de trabalho ao que está estabelecido em Normas Regulamentadoras; atuar como fator de integração entre as Secretarias; dentre outras atribuições descritas no supramencionado artigo.

Esta Secretaria controla, como gestora, os processos administrativos referentes à concessão de passagens aéreas a servidores e magistrados (processos SEI nº 7000247-96.2019.8.08.0000, 7000911-30.2019.8.08.0000 e 7000910-45.2019.8.08.0000), tendo efetuado a emissão de **175 PASSAGENS** no ano de 2018, e **131 PASSAGENS** até o mês de setembro do ano de 2019.

Também é gestora dos processos administrativos que tratam de serviços de hospedagem, nas Comarcas do interior e da capital, para jurados, oficiais de Justiça e testemunhas (processos SEI nº 7000435-89.2019.8.08.0000, 7003719-08.2019.8.08.0000, 7002131-63.2019.8.08.0000, 7000276-83.2018.8.08.0000, 7001295-90.2019.8.08.0000, 7000277-68.2018.8.08.0000), nos quais foram feitas **22 ORDENS DE SERVIÇO** no exercício de 2019.

Além dos processos de passagem aérea e de hospedagem para jurados, oficiais de Justiça e testemunhas, a Secretaria Geral trata da concessão de diárias a servidores, magistrados e terceirizados. No exercício de 2018, foram concedidas aproximadamente 875 diárias e, em 2019, até o dia 17 de outubro, esse número chega a cerca de **1079 DIÁRIAS**.

Cuida, ainda, de assuntos relativos a estagiários, servidores e magistrados no que diz respeito a análise de questões de estágio probatório, promoção de servidor, lotação e reposição estatutária. Em relação à quantidade de demandas de servidores, foram cerca **365 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS** no biênio 2018/2019. O número de processos que trata de assuntos de magistrados gira em torno de **223** nesse mesmo período. Os processos referentes a assuntos de estagiários são menos numerosos, tendo chegado à Secretaria Geral **11 PROCEDIMENTOS** durante todo o biênio 2018/2019.

Faz análise da tramitação de convênios que venham a ser celebrados com este Tribunal, dos quais, dentre os diversos objetos, destacam-se os convênios de cessão de estagiários e servidores. No total, este Tribunal possui **65 CONVÊNIOS VIGENTES**, tendo sido firmados **62 ADITIVOS EM 2018** e **48 EM 2019**, até a data da assinatura deste Relatório. Além disso, foram celebrados **11 NOVOS CONVÊNIOS EM 2018, E 06 EM 2019**.

Quanto aos atos administrativos que importam na aplicação de recursos orçamentários, tratam-se, aqui, dos procedimentos relativos a suprimento de fundos, restituição de custas, além das análises de empenho. No último biênio, tramitaram pela unidade cerca de **493 PROCEDIMENTOS RELATIVOS A SUPRIMENTO DE FUNDOS**; aproximadamente **453 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS** em matéria de restituição de custas; e centenas de análises de empenho em processos administrativos diversos.

Nos processos de licitação, acompanha as fases iniciais, inclusive desde o primeiro documento em alguns tipos de licitações, além de todas as etapas que necessitarem de chancela do Secretário Geral. Designa e controla o quadro de gestores de contratos, além de designar fiscais dos contratos e convênios, para acompanhar as contratações já formalizadas, bem como aplica penalidades a inadimplementos praticados por parte das empresas contratadas por este Tribunal. Neste biênio, tramitaram pela unidade cerca de **205 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS** que versavam sobre penalizações.

Através da gestão do cartão “Vale Mais” e, em parceria com a Secretaria de Infraestrutura, providencia lanches para sessões e audiências, para os detentos a serviço do tribunal, toda vez que houver mudança de setores, e aos policiais militares, quando houver necessidade destes permanecerem na sede do Tribunal em horário diferente do expediente. Ademais, é utilizado para suprir itens do gênero alimentício e bebidas não alcoólicas para o Tribunal de Justiça quando da ausência do fornecimento por meio de contratação. Ao fim, também é responsabilidade desta unidade realizar a prestação de contas das despesas realizadas.

Secretaria as sessões administrativas do Tribunal Pleno, tendo a incumbência de receber os pedidos relacionados a questões administrativas que devem ser incluídos em pauta, elaborar

a Pauta Administrativa e, após a realização das Sessões, conclui os requerimentos e dá outras providências necessárias, a depender da demanda. No ano de 2018 foram realizadas **44 SESSÕES** e, em 2019, até a data de elaboração deste relatório, foram realizadas **37 SESSÕES**, com número total de **604 EXPEDIENTES** no biênio.

É responsável por instaurar, realizar a análise da tramitação, além de proferir decisões em Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e Sindicâncias relativas aos servidores da Segunda Instância. No período compreendido entre 2018 e 2019, tramitaram por esta Secretaria **11 PROCESSOS RELATIVOS A ESTA MATÉRIA**.

Por fim, também são de nossa atribuição questões classificadas como “assuntos gerais”, isto é, demandas residuais relacionadas à administração do Poder Judiciário, como, por exemplo, requerimentos relativos à infraestrutura. Estão nessa categoria, também, demandas externas, como pedidos de informações por órgãos que não são subordinados ao Tribunal de Justiça, além de atender a eventuais diligências de órgãos de controle externo e interno.

**A Secretaria Geral tem desempenhado suas funções, visando sempre ao seu aprimoramento, agindo com dedicação e transparência, para assim melhor atender ao interesse público e aos cidadãos em geral, apesar de todo o cenário de dificuldades econômica e financeira pelo qual atravessa o País e que atingiu diretamente este Poder.**

Desta forma, ao encerrar as atividades do biênio 2018/2019, reitera seu compromisso de prestar com eficiência seus serviços, visando contribuir para o cumprimento da função social do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo junto à sociedade.

## SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No biênio 2018/2019, a STI dedicou seus esforços em ações focadas:

- ≡ No desenvolvimento de projetos que geram valor efetivo;
- ≡ Na otimização de custos de TI;
- ≡ No gerenciamento adequado do ambiente tecnológico;
- ≡ Na cultura de inovação;
- ≡ Na melhoria das rotinas de trabalho dos magistrados e servidores do PJES.

### O que mantemos





## Governança e Gestão de TIC

No dia 26 de março de 2018, o presidente do Tribunal de Justiça designou novos membros para compor o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC).

O CGTIC é responsável por direcionar, monitorar e avaliar continuamente a atuação da gestão da STI, com vistas a maximizar os benefícios ao PJES.

### Composição do CGTIC

#### **Desembargador Fabio Clem de Oliveira**

*Presidente do Comitê*

#### **Fábio Brasil Nery**

*Juiz Assessor Especial da Presidência*

#### **Marcelo Feres Bressan**

*Juiz de Direito*

#### **Adriano Corrêa de Mello**

*Juiz Corregedor*

#### **Rita de Cássia Barcellos Almeida**

*Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica*

#### **Aldary Nunes Júnior**

*Juiz de Direito*

#### **Marcelo Tavares de Albuquerque**

*Secretário-Geral*

#### **Lyrío Régis de Souza Lyrío**

*Juiz de Direito*

#### **Cintia Simões Varejão**

*Secretária de Gestão de Pessoas*

#### **Paula Ambrozim de Araújo Mazzei**

*Juíza de Direito*

#### **Carlos Vinicius de Arimatéa**

*Secretário de Tecnologia da Informação*

## Gestão de Demandas

Desenvolvido com base em critérios objetivos e com intuito de auxiliar o CGTIC na tomada de decisão, a Gestão de Demandas, que trata das prioridades de tempo, recursos e equipes nos projetos e demandas do PJES, foi aprovada pelo CGTIC em 05/10/2018, conforme Ata de Reunião N° 019/2018.

### Plano de Capacitação

Em atendimento à Resolução n° 211/15 do CNJ, a STI elaborou o plano visando ao desenvolvimento de novas competências, tanto operacionais como gerenciais, necessárias ao quadro de servidores da secretaria. A iniciativa foi aprovada pelo CGTIC em 05/10/2018, conforme Ata de Reunião N° 019/2018 e diversas capacitações já foram realizadas no biênio, como Itil 4, Imersão Ágil, Zabbix, Pentaho e Oracle.

### Plano de Contratação

Instrumento de planejamento e acompanhamento dos investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com objetivo de alcançar as metas do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), além do atendimento a Resolução no 182/13 do CNJ, foi provado pelo CGTIC em 05/10/2018, conforme Ata de Reunião N° 019/2018.

## Normas e Resoluções

Durante o biênio, a Secretaria contribuiu para a normatização de diversas questões relacionadas à tecnologia da informação:

- ≡ **Ato Normativo n° 06/18**  
Norma de Controle de Acesso aos Sistemas de Informação
- ≡ **Ato Normativo n° 42/18**  
Norma de Utilização de Recursos de Tecnologia da Informação
- ≡ **Resolução n° 06/18**  
Política de Segurança da Informação
- ≡ **Resolução n° 19/18**  
Padrão de distribuição dos computadores, scanners, impressoras e leitores ópticos

## Parcerias

Buscando superar desafios, durante os anos de 2018 e 2019, a STI consolidou parcerias com diversas instituições, como CNJ, Banestes e Prodest. O apoio técnico e os serviços contratados nessas parcerias tornaram possíveis a implantação do Sistema de Depósito Judicial, a migração para o SIARHES, a evolução do PJe e o ingresso do PJES na rede metropolitana de alta velocidade.

### Economia Gerada

Com a implantação do projeto piloto de telefonia VOIP e a otimização dos requisitos do serviço de fornecimento de links de dados para as localidades do PJES, estima-se uma economia de aproximadamente **29 milhões** de reais nos próximos 5 anos.

## PJe

Em 2019, a STI iniciou a expansão do PJe (Processo Judicial Eletrônico) para o 2º Grau, com o objetivo de tornar a tramitação dos processos mais ágil, inicialmente para a interposição e tramitação de

Agravos de Instrumento Cível, seus incidentes e recursos dele decorrentes.

O projeto está sendo conduzido pelos **desembargadores Fabio Clem de Oliveira, Eliana Junqueira Munhós Ferreira e Fernando Estevam Bravin Ruy**, além dos demais membros do **Grupo de Trabalho Multidisciplinar** instituído pela Portaria nº 22/2019.

## Novo Painel de Gestão

O Painel de Gestão, ferramenta desenvolvida em colaboração com os magistrados designados pelo CGTIC e com o Núcleo de Estatística, permite a análise, de forma rápida, das demandas de trabalho e produtividade, auxiliando no gerenciamento das unidades judiciárias.

Com a plataforma, lançada em setembro de 2019, os magistrados e servidores poderão identificar os pontos de congestionamento de processos e definir estratégias para aprimorar a prestação jurisdicional, bem como, o acompanhamento das Metas do CNJ.



## SNA (SIGA-CNJ)

O SIGA/ES recebeu melhorias em 2018, e foi migrado para o CNJ, em 2019, quando foi expandido para outros Tribunais, passando a ser o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). A equipe do PJES continua atuando no aprimoramento do sistema, principalmente na integração com o PJe.

## SEEU

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado, desenvolvido pelo CNJ, foi implantado no PJES por equipe multidisciplinar, liderada pela Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais e apoiada pela STI, com o cadastro de quase 40 mil processos, permitindo o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário.



*A Força Tarefa liderada pela Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais e apoiada pela STI cadastrou mais de 30 mil procesos no ambiente do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)*

## Projeto piloto de Telefonia Digital VoIP

Com a instalação e expansão do VoIP, a STI registrou em 2018, 8,26% de economia em contas telefônicas. Até setembro de 2019, a economia é de 14,93%. Com as supressões de linhas telefônicas previstas para 2020 a economia prevista será de aproximadamente 30%.

## Expansão do SEI

O Sistema Eletrônico de Informação (SEI) foi expandido para todo o PJES, trazendo mais economia e celeridade nos trâmites de processos administrativos, bem como segurança e qualidade na prestação dos serviços.

## Selo Digital

Atendendo à Meta 7 da Corregedoria Nacional de Justiça, a CGJ-ES autorizou, por meio do Provimento nº 09/2018, a STI a implantar código de barras bidimensional (QR Code) nos atos praticados pelos cartórios extrajudiciais, possibilitando ao público atestar a validade do ato e de seu conteúdo.

## Plantão 2G

Viabilizado o controle de processos distribuídos em plantões do 2º grau de jurisdição, a solução, implantada em julho de 2018, possibilita rastreabilidade e emissão de relatórios dos atos proferidos durante o plantão.

## Migração dos Precatórios

Implantada em outubro de 2018, a atividade apoiada pelo Banestes provê aos Precatórios as ferramentas do EJUD, como assinatura eletrônica, modelos de documentos, movimentação em escaninhos, controle de prazos, publicação automática no Diário e relatórios estatísticos, resultando em melhor gerenciamento dos processos e eficiência na tramitação dos Precatórios.

## Telefones de Plantão

O contrato de serviço de telefonia móvel, visando atender às necessidades do PJES quanto à realização do plantão judiciário nas 69 comarcas, foi assinado no dia 23 de abril de 2018.

## Sistema Depósito Judicial

A parceria técnica entre a STI e o Banestes tornou possível o desenvolvimento do Sistema de Depósito Judicial, lançado em agosto de 2018. Através da abertura de conta e alvará eletrônico, o sistema trouxe mais segurança e celeridade processual, reduzindo a burocracia e o fluxo de papéis entre os órgãos.

## Sistema BNMP 2.0

O Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, cujo objetivo é controlar o cumprimento das ordens de prisão e soltura em âmbito nacional e em tempo real, foi alimentado pela Força Tarefa liderada pela Coordenadoria das Varas Criminais e de Execuções Penais, tendo o suporte da STI. A inclusão integral dos dados dos presos e foragidos foi feita entre os meses de março e maio de 2019.



*Servidores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo recebem treinamento para operar o sistema do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), versão 2.0*

## Melhoria de Infraestrutura

Durante o biênio 2018/2019, foram realizadas diversas atividades no ambiente de infraestrutura que suporta os sistemas e as localidades do PJES, com o objetivo de melhorar a confiabilidade e disponibilidade dos serviços:

- ≡ Substituição da solução de proteção de redes de computadores
- ≡ Aumento na capacidade de internet
- ≡ Aumento na capacidade da rede de dados de diversas localidades Otimização dos bancos de dados do PJES
- ≡ Implantação de ambiente de alta disponibilidade para suportar a expansão do PJe
- ≡ Substituição dos equipamentos de rede do datacenter (implantação no recesso 19/20)
- ≡ Suporte à infraestrutura de informática das novas localidades
- ≡ Celebração de contratações de suporte às seguintes soluções/infraestruturas:
  - ≡ Armazenamento (storage)
  - ≡ Datacenter Soluções de segurança da informação
  - ≡ Redes de dados.
- ≡ Atualização de soluções:
  - ≡ Anti-spam
  - ≡ Filtro de conteúdo web
  - ≡ Virtualização de servidores
  - ≡ Central de serviços Controle de acessos (em andamento)
  - ≡ Gerenciamento de estações de trabalho

---

## Ferramenta de Prazo Prescricional

Criada em fevereiro de 2019 para auxiliar magistrados e servidores no controle dos prazos das ações penais em 2º Grau, conforme previsto na Resolução 112/2010 do CNJ.

---

## Cadastro de Delegatarios

Atendendo ao Provimento nº 77 de 2018 do CNJ, o sistema, implantado pela Corregedoria Geral de Justiça, trouxe mais agilidade ao processo de recadastramento das serventias extrajudiciais.

---

## Plantão 1º Grau

O Plantão 1º Grau é uma melhoria do sistema EJUD para que o registro dos casos apreciados em regime de plantão judiciário de 1º grau seja feito no sistema, em substituição ao registro manual. O objetivo é automatizar o registro dos casos atendidos em plantão, em conformidade com o Ato Normativo nº 221/2018 do TJES. O Ato Normativo Conjunto nº 23/2019, que regulamentou o uso do sistema eletrônico nos plantões judiciários, foi disponibilizado no Diário da Justiça no dia 14 de outubro de 2019.

---

## Atualização do EJUD (Chrome)

O sistema EJUD passou por atualizações tecnológicas, em maio de 2019, tornando-o compatível com o navegador Google Chrome. Tal alteração proporcionou o aumento da usabilidade do sistema, a segurança do ambiente e mais celeridade das atividades realizadas pelos usuários.

---

## Ferramenta de consulta pública: Lista de Processos Aptos para Julgamento (Art. 12 CPC)

Em maio de 2019, atendendo ao parágrafo primeiro, art. 12, do Novo Código de Processo Civil, foi disponibilizada a nova ferramenta, que dispõe sobre a ordem que os magistrados e Tribunais devem seguir para proferir sentenças e acórdãos, dando mais transparência às ações do PJES.

---

## Metodologia Ágil para Gerenciamento das Contratações

Utilização da Metodologia Ágil nas contratações, resultando em maior produtividade nas contratações de TI, desde maio de 2019.

---

## Instalação de Projetores e Telões Retrátéis

Em 2019, houve a entrega de 33 projetores de imagens multimídia, 15 telões retrátéis fixos motorizados (automatizados) e 18 telões com tripé, propiciando melhoria na logística e suporte aos eventos e atividades correlatas.




---

## Expansão da Central de Mandados

Com as melhorias implementadas, os Oficiais de Justiça da Grande Vitória não precisam mais se deslocar para outra Comarca para cumprir e devolver mandados. Tudo é feito eletronicamente e de forma intuitiva, conforme o Ato Normativo Conjunto Nº 014/2019, disponibilizado em 11 de junho de 2019.

---

## **Siarhes**

O Sistema de Recursos Humanos do Governo do Espírito Santo (Siarhes), ferramenta consolidada na gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos, está em fase de implantação no PJES, com previsão de utilização em produção para janeiro de 2020.

O Termo de Cooperação Técnica, que estendeu a utilização do Siarhes ao Tribunal de Justiça foi assinado pelo governador do Estado, Renato Casagrande, e pelo presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, no dia 01 de julho de 2019.

---

## **Sistema de Arquivo Geral**

Realiza o controle dos documentos enviados ao Arquivo Geral da Grande Vitória, bem como realiza a gestão de galpões, blocos, estantes e prateleiras, possibilitando a requisição de processos que estão em guarda com o arquivista, desde outubro de 2019.

---

## **Aquisição de Computadores**

Modernização do parque tecnológico, mediante a substituição dos computadores e notebooks de todo o PJES. Processo em fase de cotação de preços e resposta a fornecedores em outubro de 2019.

---

## **Gravação de Audiência**

Aquisição de solução para gravação audiovisual de audiências e sessões de julgamento, bem como expansão das salas de depoimento especial, trazendo celeridade na prestação jurisdicional e cumprimento à legislação vigente. Processo em fase de empenho e reserva orçamentária, em outubro de 2019.

## SECRETARIA DE ENGENHARIA, GESTÃO PREDIAL E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A essa Secretaria compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obra, reforma e manutenção de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no art. 59 da Resolução nº 75/2011.

---

### Entregas realizadas no biênio 2018/2019:

- ≡ **Obra de acessibilidade** no Fórum de João Neiva;
- ≡ **Reforma no Fórum Criminal da Serra**, ampliando as áreas dos cartórios, Assessorias e Gabinetes, com a utilização de mão de obra de apenados;
- ≡ **Construção de três novas celas** no Fórum de Vila Velha – Boa Vista, com a utilização de mão de obra de apenados;
- ≡ Obra para **substituição de subestação do Fórum de Marataízes**;
- ≡ Obra para instalação de gradil em torno dos geradores e do **novo Data Center do TJES** para promover a segurança dos equipamentos;
- ≡ Obra de **construção do muro de contenção do Fórum de Guarapari**;
- ≡ Obra para **instalação de cisterna e conjunto de bombas** no Fórum de Viana;





- ≡ **Construção do muro no Fórum de Itarana;**
- ≡ Obra para **reformulação do layout das Varas de Família no prédio do Fórum Cível de Vitória**, após mudança das Varas da Fazenda;
- ≡ Entrega de projeto de **reforço estrutural no Fórum de Vila Velha;**
- ≡ Entrega dos Projetos Arquitetônicos de **reforma geral dos prédios do Complexo de Vitória** (Fórum Criminal, Fórum Cível, Ed. das Fundações e Ed. Jerônimo Monteiro);
- ≡ Entrega dos Projetos de **Modernização dos elevadores do Fórum Criminal da Serra, do Fórum de Vitória** (Cível, Criminal e Ed. Jerônimo Monteiro) e do Tribunal de Justiça;
- ≡ Entrega dos Projetos de Fundação e Estrutural para a **Construção do Fórum de Alegre;**
- ≡ Entrega de **Projeto de Prevenção de Combate a Incêndio para a Construção do Fórum de Alegre;**
- ≡ Entrega de **Projeto Arquitetônico para a Construção do imóvel que abrigará a 2ª Vara da Infância e da Juventude da Serra;**
- ≡ Entrega de **Projeto Arquitetônico** para a ampliação do **Fórum de Santa Maria de Jetibá;**
- ≡ **Entrega do imóvel** locado para as novas instalações do **Arquivo do Fórum de Cachoeiro de Itapemirim;**





- ≡ **Entrega do imóvel** locado para as novas instalações do **Arquivo Geral de Vitória;**
- ≡ **Entrega do imóvel** locado para as novas instalações do **Arquivo do Fórum de Castelo;**
- ≡ **Entrega do imóvel** locado para as novas instalações do **Fórum de Mimoso do Sul;**
- ≡ **Instalações de placas de sinalização** em diversos Fóruns e **instalação de letreiros** nas fachadas do **Fórum de Vila Velha, Fórum de Serra, Fórum de Pedro Canário e Fórum de Águia Branca;**
- ≡ Elaboração de orçamento para contratação de **troca da Cobertura no Fórum de São Mateus;**
- ≡ Elaboração de orçamento para contratação da **reforma do Salão Nobre, Memorial, Espaço Cultural e marquise do TJES;**
- ≡ Elaboração de orçamento para contratação de **troca da cobertura no Fórum de Linhares;**
- ≡ **Emissão de Alvará** do Corpo de Bombeiros de 37 imóveis;
- ≡ Aprovação de **Projeto de Acessibilidade** e regularização do imóvel do **Fórum de João Neiva;**
- ≡ Cadastro sincronizado na PMV para **obtenção do alvará de funcionamento:** *TJES, Corregedoria, Varas da infância e da Juventude de Vitória e SECRENG;*
- ≡ **Vistorias dos Fóruns** para atualização do Plano de Obras;
- ≡ **Dimensionamento do Escoramento do Salão do Júri de Baixo Guandu,** para liberação do mesmo pela Defesa Civil;
- ≡ Entrega de **marcenarias** de gabinetes e diversas Varas;
- ≡ Aprovação de projeto para **regularização de imóveis** junto à Prefeitura de Serra - Fórum Cível;
- ≡ Elaboração de **novo layout** para o **Fórum de Santa Teresa;**
- ≡ **Elaboração de layouts** para os **Fóruns de Piúma, Vitória (Criminal), Vila Velha (Boa Vista) e TJES;**
- ≡ **Persianas instaladas - 1.115,49 m<sup>2</sup> distribuídos em unidades de todo o Poder Judiciário;**
- ≡ **Substituição de 16.028 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED;**

- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Alfredo Chaves**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Nova Venécia**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Presidente Kennedy**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Pinheiros**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Rio Bananal**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Ibiraçu**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Colatina**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Santa Leopoldina**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Rio Novo do Sul**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **Marataízes**;
- ≡ **Manutenção Predial** no Fórum de **São Gabriel da Palha**.




---

### Entregas a realizar no biênio 2018/2019:

- ≡ **Entrega do imóvel** locado para as novas instalações da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Serra (previsão dezembro/2019);
- ≡ **Reforma no Fórum Criminal de Serra**, ampliando a áreas dos Cartórios, Assessorias e Gabinetes, com a utilização de mão de obra de apenados (previsão dezembro/2019);
- ≡ **Impermeabilização da fachada do Fórum de Cariacica** (previsão dezembro/2019);
- ≡ **Manutenção do antigo Prédio da Vara da Infância e da Juventude de Vitória** (previsão dezembro/2019);



## SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade administrativa do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, subordinada à Secretaria Geral, tem suas atribuições definidas na forma do art. 91 da Resolução TJES nº 075/2011.

Integram a Secretaria de Gestão de Pessoas: a Coordenadoria de Recursos Humanos, a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal e a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde e suas Seções respectivas:

<b>Coordenadoria de Pagamento de Pessoal</b>	<b>Coordenadoria de Recursos Humanos</b>	<b>Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde</b>
Seção de Análise, Preparação e Conferência de Dados	Seção de Registro Funcional de Servidor	Seção de Saúde
Seção de Processamento de Folha de Pagamento	Seção de Registro Funcional de Magistrado	Seção de Serviços Psicossociais
-	Seção de Legislação e Benefícios	-
-	Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio	-
-	Seção de Estágio Probatório e Movimentação de Servidor	-

Um dos princípios da Secretaria de Gestão de Pessoas é realizar uma boa gestão dos elementos que compõem a organização. Para isto, são desenvolvidas ações que colaboram para o cresci-



mento da instituição e do próprio profissional, visando à evolução contínua, onde todos contribuem para um ambiente de eficiência e eficácia.

Nesse sentido, se tem buscado ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes para com os nossos colaboradores, promovendo meios para motivá-los.

As pressões do mundo do trabalho e os avanços científicos e tecnológicos aumentaram as demandas de relações interpessoais saudáveis e colaborativas, pautando-se em equipes com grande diversidade humana.

Nesse sentido, a Secretaria de Gestão de Pessoas procura aplicar modelos de gestão adequados às oportunidades e desafios.

No biênio 2018/2019, trabalhou-se estruturando, sistematizando e gerenciando as rotinas, aplicando ferramentas de desenvolvimento de pessoas, por meio de capacitações e treinamentos visando à qualificação e ao desenvolvimento das competências profissionais desejadas pela organização. Procurou-se, ainda, traçar um plano de gestão de pessoas alinhado à estratégia organizacional.

As Coordenadorias, como unidades integrantes da Secretaria de Gestão de Pessoas, tiveram importante papel na coordenação, organização, controle e supervisão dos projetos realizados pela área.

## Projetos realizados no Biênio 2018/2019

A Secretaria de Gestão de Pessoas, juntamente com a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, unidade administrativa responsável pela análise, preparação e conferência de dados que possuem repercussão financeira para servidores, magistrados, juízes leigos, estagiários e PM'S, definiu como prioridade para o biênio a transferência da folha de servidores inativos ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), órgão responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

Assim, foi dada maior celeridade, em conjunto com a Coordenadoria de Recursos Humanos, à migração de dados e encaminhamento dos processos de aposentadoria ao órgão gestor de previdência. No mês de outubro de 2019, 95% das ações abrangidas pelo projeto já haviam sido realizadas.

A previsão é que no mês de dezembro do exercício de 2019 a Folha de Servidores Inativos passe para a gestão do IPAJM.

Outro projeto importante realizado refere-se à regulamentação do procedimento de consignação em folha de pagamento de servidores e magistrados instituído através da Resolução nº 23/2018, com posterior retificação através da Resolução nº 29/2018.

Com a edição de Resolução específica para tratar do assunto, obteve-se uma definição mais objetiva dos tipos de consignações (compulsória, facultativa por prazo determinado, por prazo indeterminado e de longo prazo), bem como se definiu a prioridade de descontos em caso de ausência de margem, critérios para melhoria no credenciamento da consignatária, redução do ressarcimento das consignatárias pelas despesas com processamento de 0,5 para 0,15%.

Também no ano de 2018 foi transferido o processamento da folha de pagamento dos Juízes de Paz ao Poder Executivo, conforme expressa previsão legal.

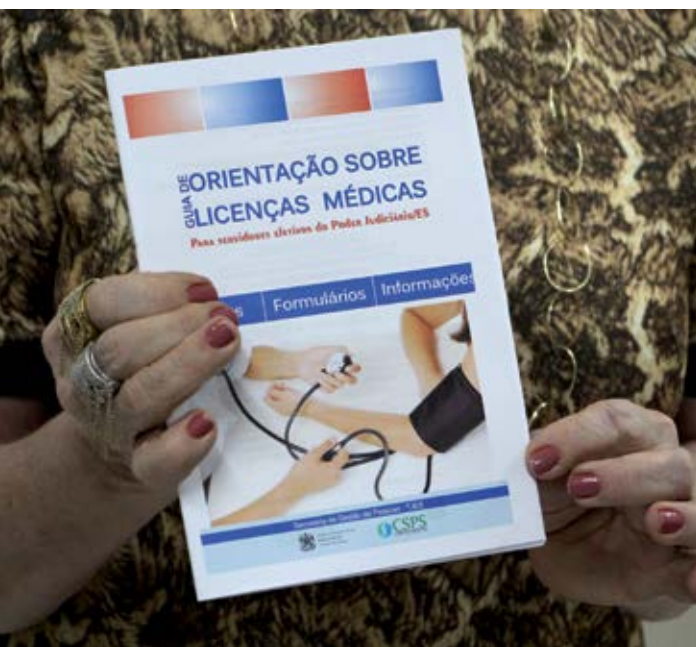
Outra implementação realizada foi a apuração do valor de pensão alimentícia sobre a remuneração líquida, conforme regras estabelecidas na Solução de Consulta nº 354 – Cosit da Receita Federal.

Ainda no exercício de 2018, foram contratados serviços especializados de consultoria, assessoria, auditoria e planejamento com

vistas ao fiel cumprimento/envio das obrigações impostas no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e outras informações fiscais (EFD-REINF), obrigações acessórias fiscais, previdenciárias e trabalhistas instituídas pelo Decreto nº 8.373/2014.

Tal contratação teve a duração de 12 meses. Neste período foram apresentadas soluções de consultas onde foi vislumbrada a possibilidade de adoção de procedimentos com vistas a ajustar as rotinas diárias, otimizando os resultados, e melhorando a qualidade e controle das informações.

Pensando, ainda, em otimização de resultados, foi desenvolvido o Guia do Servidor, o qual se encontra disponibilizado na página da Secretaria de Gestão de Pessoas, acessível a todos os colaboradores do Poder Judiciário.



Dando continuidade às iniciativas estratégicas, considerando o papel da Administração Pública na construção de uma sociedade mais inclusiva, a Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou

Minuta de Resolução a fim de regulamentar, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, a concessão de jornada especial de trabalho de 20 horas semanais ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência. A minuta foi aprovada pelo egrégio Tribunal Pleno, conforme Resolução nº 026/2018, e publicada em 03/07/2018.



Com vistas à melhoria da gestão e distribuição dos recursos humanos no Poder Judiciário, também foram realizados estudos e apresentada proposta de alteração para atualizar a distribuição da força de trabalho dos estagiários regulamentada através da Resolução nº 07/2016, alterada pela Resolução nº 13/2016, ao egrégio Tribunal Pleno, observando-se critérios semelhantes aos estabelecidos pela Resolução nº 219/16 do Conselho Nacional de Justiça.

Mais uma vez, a fim de melhorar a gestão de recursos humanos, foi publicada a Resolução nº 21/2018, por meio da qual foi alterada a Resolução nº 036/2015, que regula o Programa de Serviço Voluntário no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, com vistas a um melhor registro, controle e fiscalização daqueles que prestam serviços voluntários nas unidades deste Poder.

## Sistema Informatizado

Também teve início neste biênio, um suntuoso projeto de implantação de Sistema Informatizado que atenda de modo satisfatório esta Secretaria.



Esta é uma demanda antiga, de grande necessidade para a área, uma vez que atualmente são utilizados sistemas diversos com plataformas tecnológicas diferentes tanto em relação ao banco de dados quanto à linguagem de programação.

**Assim, foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado de Gestão e de Recursos Humanos (Seger), o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo,** cujo objeto é, em forma de parceria, estender a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (SIARHES) a este órgão.

A implantação de um sistema unificado vai totalmente ao encontro das diretrizes do planejamento estratégico deste Poder Judiciário. Além disso, a padronização dos dados existentes entre os Poderes e o Instituto de Previdência (IPAJM) torna muito mais fácil a gestão das informações em nível estadual, possibilitando uma tomada de decisões mais rápida e assertiva por parte dos poderes relacionados.

O projeto está sendo executado em três fases:

- ≡ **Fase 1** – Implantação da Folha de Pagamento de forma centralizada;
- ≡ **Fase 2** – Recuperação de dados históricos de servidores e descentralização das rotinas de alimentação do Siarhes;
- ≡ **Fase 3** – Informatização e automação de processos para gestão de pessoal.

A previsão é que a folha de pagamento de Janeiro de 2020 seja gerada pelo Siarhes.

Importante pontuar as ações de relevância que foram realizadas por esta Secretaria de Gestão de Pessoas como: *enquadramento dos servidores falecidos para fins do correto ajuste dos benefícios aos pensionistas, enquadramento dos servidores efetivos e magistrados ao fundo previdenciário respectivo, Financeiro ou Previdenciário, conforme disciplinado pela Lei Complementar Estadual nº 282/04, dentre outras*, as quais visavam ao correto cumprimento das exigências contidas no eSocial, e na Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017, que determina a remessa da folha de pagamento mensal por meio do Sistema CidadES, bem como para transferência de folha de servidores inativos e para implantação do Siahres .

Em julho de 2019, foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo os relatórios de folha de pagamento dos meses de janeiro a junho de 2019, os quais continuam sendo encaminhados mensalmente na forma prevista pela IN TCE/ES nº 43/2017.

No biênio 2018/2019, esta Secretaria de Gestão de Pessoas procurou concluir o

Programa de Aposentadoria Incentivada do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, afastando 21 servidores que aderiram ao programa e se encontravam ainda aguardando liberação para afastamento. O programa instituído através da Lei Estadual nº 10.551/2016, foi realizado em duas etapas que foram abertas através das Resoluções nº 21/16 e 03/17, nas quais aderiram e tiveram seu pedido deferido 128 servidores.

Em se falando de iniciativas estratégicas realizadas, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde deu continuidade ao Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA), direcionado aos servidores e magistrados que estão próximos a encerrar suas atividades laborais, objetivando trabalhar a qualidade de vida e o bem-estar social nos períodos pré e pós-aposentadoria.

acompanhamento individualizado de 45 servidores que se afastaram para aposentadoria ao longo do ano.

Foram realizadas também reuniões de monitoramento dos participantes dos grupos de PPA (Programa de Preparação para Aposentadoria) de 2017 e 2018, visando acompanhar o processo pós-aposentadoria.

Além disto, na área de sua atuação, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde, desenvolveu continuamente o Programa de Acompanhamento ao Trabalhador (PAT), por meio do qual é realizado o monitoramento dos afastamentos para a própria saúde dos servidores, oferecendo acompanhamento psicossocial



Neste projeto são formados grupos compostos por servidores e magistrados com o objetivo de realizar trabalhos envolvendo temas como saúde, gestão financeira, projeto de vida, questões funcionais, entre outros. É também realizado o acompanhamento individual dos participantes por assistentes sociais e psicólogos da equipe da Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde.

Nos anos de 2018 e 2019 foram formados grupos na Grande Vitória, contemplando um total de 51 servidores, além do

e de enfermagem para aqueles acometidos por enfermidades e que requerem afastamentos mais longos, selecionados de acordo com as categorias de doenças mais recorrentes. Os servidores são atendidos e acompanhados pela equipe técnica da Coordenadoria durante o processo de afastamento, recebendo orientações e auxílio no processo de retorno ao trabalho.

Nos exercícios de 2018 e 2019, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais realizou, outrossim,

mediante parceria com universidades, feiras com estandes de atendimento para a realização de teste de glicemia capilar, aferição de pressão arterial, verificação de peso/altura e circunferência abdominal, com o objetivo de identificar fatores de risco para doenças crônicas, além de alertar sobre hábitos saudáveis de vida.

Ainda falando em ações que promovam a saúde e qualidade de vida, foi realizada parceria com o curso de fisioterapia do Centro Universitário Católico de Vitória (UCV) para o desenvolvimento do Projeto Ginástica Laboral na sede do Tribunal de Justiça, o qual foi executado na modalidade de estágio supervisionado.

Neste ano de 2019, com a intenção de esclarecer e sensibilizar sobre a possibilidade de prevenção do suicídio, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde aderiu à campanha nacional “Setembro Amarelo de Prevenção ao Suicídio”, adotando uma série de ações que aconteceram durante o mês da campanha.

Foram distribuídas três cartilhas. A primeira, intitulada “Desmistificando o Suicídio”, traz informações sobre como identificar sinais, buscar ajuda e oferecer apoio a um amigo ou familiar. A segunda aborda a “Saúde Mental do Trabalhador”, e a terceira divulga lista dos “Psicólogos Credenciados ao Poder Judiciário ES”, que oferecem atendimento psicoterápico particular com desconto a trabalhadores e familiares. Além da distribuição das cartilhas, foi realizada sensibilização in loco na

Comarca da Grande Vitória e afixados panfletos de conscientização nos elevadores.

No exercício de 2019, teve início o projeto piloto “Roda de Conversa”, que conta com espaços de diálogo nos quais os servidores podem trocar experiências, informações e refletir acerca de temas relevantes que afetam suas condições de vida e de trabalho. Os encontros possuem periodicidade mensal, realizados na última sexta-feira de cada mês com duração de uma hora e meia e são divulgados via e-mail funcional.

As temáticas discutidas até o momento foram:

- ≡ 31/05/2019 – **Como produzir saúde no trabalho?**
- ≡ 28/06/2019 – **Trabalho oposto de prazer... Será?**
- ≡ 26/07/2019 – **Modernidade: Como a tecnologia influencia nossas relações?**
- ≡ 23/08/2019 – **Como lidar com relações de hierarquia?**
- ≡ 27/09/2019 – **Um olhar para si mesmo. Você já se olhou no espelho hoje?**
- ≡ 31/10/2019 – **Saúde é ausência de doenças? Resignificar, superar e seguir.**

Referido projeto gerou a apresentação do artigo “Rodas de Conversa como Promoção da Saúde no Poder Judiciário” na III Jornada Científica do Poder Judiciário, realizada na UFES em 29 e 30 de agosto de 2019.

Importante ressaltar que ações como essa são necessárias e contribuem para a definição de políticas de gestão de pessoas, subsidiando a tomada de decisões da Secretaria, proativa e preventivamente.





## Informações Adicionais

### Força de Trabalho do PJES (Setembro/2019)

Descrição	Quantidade
<b>Cargos Efetivos Ocupados (Primeira Instância + Segunda Instância)</b>	<b>2.838</b>
Primeira Instância	2.406
Segunda Instância (considerando o quadro suplementar, exceto os optantes, pois estão considerados em "Optantes do Regime Único)	432
<b>Cargos Comissionados Ocupados (Primeira Instância + Segunda Instância)</b>	<b>701</b>
Primeira Instância	450
Segunda Instância	251
<b>Servidores Estabilizados (Primeira Instância + Segunda Instância)</b>	<b>37</b>
Primeira Instância	21
Segunda Instância	16
<b>Optantes do Regime Jurídico Único (Primeira Instância + Segunda Instância)</b>	<b>10</b>
Primeira Instância	02
Segunda Instância	0
<b>Total geral de cargos ocupados</b>	<b>3.586</b>

### Redução da força de trabalho

Descrição	Quantidade
Servidores cedidos	09
Aguardando aposentadoria	328
Afastados para trato de interesses particulares	12
Licenciados para mandato classista	10
Licença maternidade	28

### Magistrados e Servidores aposentados

Descrição	Quantidade
Magistrados Inativos	121
Servidores Inativos	8

## COMISSÃO ESPECIAL DE PROMOÇÃO

A Comissão Especial de Promoção e Enquadramento (Cepro) realizou, no ano de 2018, a promoção de servidores de 2017, conforme publicação do Ato nº 348, de 08/08/2018, que suspendeu, contudo, os efeitos financeiros com base no art. 1º, da Lei Estadual nº 10.470, de 18/12/2015, enquanto não houver o reequilíbrio da gestão fiscal deste Poder, na forma da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0020606-60.2017.8.08.0000.

Por meio desse Ato de Promoção, subscrito pelo presidente do Tribunal de Justiça, foram promovidos 992 servidores efetivos do Poder Judiciário de diversas carreiras.

Já no ano de 2019, a Cepro realizou a promoção de 2018, conforme publicação do Ato nº 354, de 10/06/2019, que suspendeu, contudo, os efeitos financeiros com base no art. 1º, da Lei Estadual nº 10.470, de 18/12/2015, enquanto não houver o reequilíbrio da gestão fiscal deste Poder, na forma da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0022611-21.2018.8.08.0000.

Por meio do Ato de Promoção supracitado, subscrito pelo presidente do Tribunal de Justiça, foram promovidos 1.424 servidores efetivos do Poder Judiciário de diversas carreiras.



## SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Infraestrutura possui a seguinte composição:

- ≡ **Secretaria de Infraestrutura**
  - ≡ **Coordenadoria de Serviços Gerais**
    - ≡ Seção de Zeladoria
    - ≡ Seção de Transporte
  - ≡ **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos;**
    - ≡ Seção de Compras
    - ≡ Seção de Contratação
  - ≡ **Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial.**
    - ≡ Seção de Material de Consumo
    - ≡ Seção de Patrimônio



## Atividades desenvolvidas no biênio 2018/2019

### Coordenadoria de Serviços Gerais

- ≡ Mudança do Arquivo de Cachoeiro de Itapemirim para as novas instalações;
- ≡ Mudança das Varas da Fazenda Pública de Vitória para o Edifício Vértice na Enseada do Suá;
- ≡ Mudança das Varas da Infância e da Juventude de Vitória para o Centro Avançado em Santa Martha;
- ≡ Mudança da Secretaria de Tecnologia da Informação do Prédio Sede para o Edifício Vértice;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de locação de veículos com economia de 50%, além de implantação de rastreamento para todos os veículos locados;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de seguro total da frota de veículos do Poder Judiciário;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato para prestação de serviços terceirizados de motoristas;
- ≡ Gestão e fiscalização do contrato de abastecimento de todos os veículos da frota do Poder Judiciário;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de manutenção de veículos e sistema de gerenciamento de manutenções e revisões;
- ≡ Gestão e fiscalização de contrato de central de cópias no Prédio Sede;
- ≡ **Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de fornecimento de água mineral em galões de 20 litros para todas as instalações do Poder Judiciário;**
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de fornecimento de frutas para as sessões do 2º Grau, Secretaria Geral e Presidência;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contratos de fornecimento



- de gás para as instalações que têm central de gás - Prédio Sede, Corregedoria, Fórum de Cariacica e Vila Velha;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contratos de prestação de serviços terceirizados de limpeza e jardinagem de todas as instalações do Poder judiciário;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de prestação de fornecimento de carimbos para todo o Poder Judiciário Estadual;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de prestação de serviços de mensageria postal para o Prédio Sede e diversos Fóruns, com recebimentos, envio, distribuição e recolhimento interno de todos os processos e documentos, além de registro e tratamentos de todas as correspondências do Poder Judiciário em sistema personalizado;



- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados de copeiragem e garçons;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados de operadores de fotocopadoras para diversos Fóruns;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados de telefonistas para diversos Fóruns e Prédio sede;
- ≡ Elaboração, celebração, gestão e fiscalização de contrato de serviços postais, utilizado por todo o Poder Judiciário para envio de intimações, citações, cartas precatórias para o Brasil e exterior;
- ≡ Operação e gravação de todas as sessões, audiências e eventos ocorridos nas salas do Prédio Sede;
- ≡ Disponibilização de veículos com acessibilidade;
- ≡ Estudo preliminar entregue para contratação de serviços de transporte por intermediação de aplicativo;
- ≡ Confecção de cartilha para orientação quanto à correta utilização do Sistema de Gerenciamento de Postagens (SIGEP), visando maior economicidade e melhor aproveitamento dos serviços postais.

## Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos:

As atividades realizadas pela Seção de Compras de pesquisa de preços de mercado para fins licitatórios, análises de vantajosidade e procedimentos pertinentes para contratação direta, sejam por dispensa ou inexigibilidade de licitação, negociações de locação de imóveis, totalizaram 540 processos/expedientes.

Esta unidade, em razão de ser o primeiro contato direto com o mercado (futuros e pretensos contratados), consegue detectar como o mercado está trabalhando com determinado objeto e, conseqüentemente, orientar e sugerir à unidade demandante melhores formas da contratação.

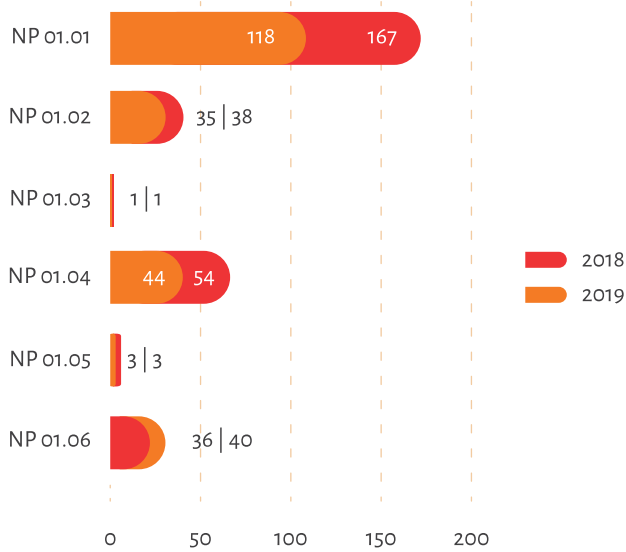
Acrescente-se, ainda, que aludida unidade, sempre que solicitada, auxilia a Seção de Contratação e a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos, e dá o suporte necessário na pesquisa, estudos e elaboração das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

### Pesquisas de preços realizadas

Norma	Assunto	2018	2019
NP nº 01.01	Licitação (e ressarcimento de peças, por analogia)	167	118
NP nº 01.02	Dispensa e inexigibilidade de licitação (exceto incisos I, II e IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	38	35
NP nº 01.03	Dispensa de licitação (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	01	01
NP nº 01.04	Contratação por registro de preços (execução da ARP)	54	44
NP nº 01.05	Contratação emergencial (inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	03	03
NP nº 01.06	Aditivo contratual/Apostilamento	36	40
<b>Total de processos/expedientes:</b>		<b>299</b>	<b>241</b>



### Pesquisas de preços



**Notas:**

No PJ/ES, as Normas de Procedimentos aplicáveis aos trabalhos da Secretaria de Infraestrutura estão reunidas em Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres, disponíveis na intranet (<http://www.tjes.jus.br/publicacoes/normas-de-procedimentos-intranet/>);

A pesquisa de preços de mercado é realizada em conformidade com o art. 2º; Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, do MPOG, art. 2º, alterada em parte pela Instrução Normativa nº 7, de 29 de agosto de 2014 (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-27-de-junho-de-2014>), alinhada com entendimento do TCU (Acórdão 2816/2014 e Acórdão 555/2005);

Para o preço estimado, a metodologia utilizada pela Seção para elaboração do Formulário III (NP 01) com resultados da pesquisa de preços de mercado é a Estatística Descritiva com utilização da distribuição normal da probabilidade para a determinação do campo de arbítrio. O indicador estatístico empregado na validação do preço referencial é o Coeficiente de Variação (CV), que exprime a dispersão dos preços utilizados no cálculo, em relação ao seu valor médio. A literatura estatística sugere um CV de até 25%. Assim, se  $CV \leq 25\%$  o preço referencial será a média. Se  $CV > 25\%$ , o preço de referência será a mediana dos valores apresentados. Assim, alguns itens podem ter seus preços referenciais calculados pela média e outros pela mediana;

As dispensas decorrentes de contratações processadas pela NP 10.01 (inscrição em curso) estão contabilizadas na NP 01.0.

Já a Seção de Contratação realizou diversas atividades relacionadas às suas atribuições, tais como, elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, termos aditivos, entre outros. Os servidores da referida Seção ainda atuaram efetivamente em processos de contratações relacionados à área de tecnologia da informação, em atendimento à NP 09.01, bem como contratação de serviços previstos na IN 05/2017 (MPOG).

### Licitações realizadas

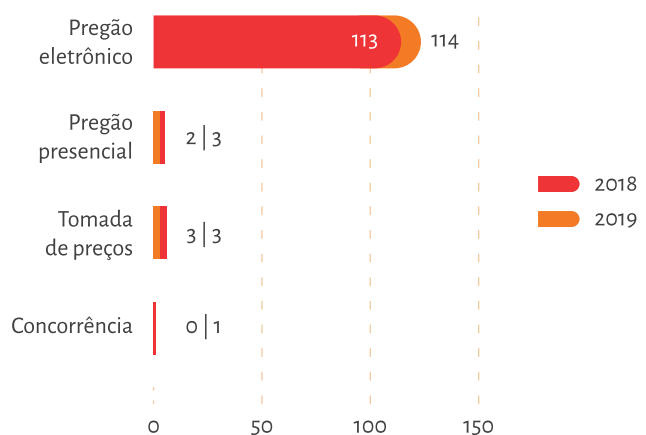
Modalidade		2018	2019
Pregão	Na forma Eletrônica	113	114
	Na forma Presencial	03	02
Tomada de Preços		03	03
Concorrência		01	00
<b>Total</b>		<b>120</b>	<b>119</b>

**Notas:**

As modalidades “Concorrência” e “Tomada de Preços” foram realizadas pela Comissão Permanente de Licitação, que é diretamente vinculada à Presidência;

Em consonância com o princípio da eficiência, o PJES não realiza licitação na modalidade “convite”

### Licitações realizadas



**Instrumentos celebrados**

Instrumento	2018	2019
Contrato	54	43
Ata de registro de preços	114	120
Aditivo contratual	75	61
Convênio e instrumentos congêneres	22	20
<b>Total</b>	<b>265</b>	<b>244</b>

**Penalidades aplicadas**

Penalidade	2018	2019
Advertência	02	01
Multa	27	29
Suspensão	03	02
Impedimento	07	03
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>35</b>

**Demais procedimentos**

Procedimento	2018	2019
Chamamento público	05	05
Dispensa	05	04
Inexigibilidade	64	112
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>121</b>

**Notas:**

Além dos procedimentos acima, encontram-se em andamento 14 minutas de edital de pregão eletrônico;

Dentre os procedimentos de inexigibilidade citados acima, 44 referem-se à contratação de palestrantes em 2018, e 59 em 2019.

**No período também foi implementado:**

- ≡ Contratação de assinatura pelo período de 12 meses de serviço de acesso online a sistema informatizado, pela internet, de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública, chamado BANCO DE PREÇOS ([www.bancodeprecos.com.br](http://www.bancodeprecos.com.br));
- ≡ Elaboração do Catálogo de Materiais e Serviços do PJES;
- ≡ Padronização das minutas dos editais, com sua disponibilização na intranet, visando à agilidade na instrução dos processos de forma a dar mais eficiência e efetividade nas tarefas internas.

**A ser implementado:**

- ≡ Sistema de Gestão Centralizada dos Procedimentos Licitatórios, de Registro de Preços, do Cadastro de Fornecedores, do Catálogo de Materiais, das Compras Diretas e do Controle de Penalidades aplicadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo;
- ≡ Contratação da Tabela de Preços Referenciais.





## Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial.

Na parte de gestão de contratos, foram/são geridos pela Coordenadoria 256 contratos/atas.

Foram fornecidos 7.337 bens permanentes e atendidas 10.232 requisições de materiais de consumo.

Ações implantadas e em andamento:

- ≡ Avaliação de Bens Móveis para Leilão: foi criada a Comissão para Avaliação e Alienação de Bens Móveis do PJES visando à avaliação dos bens permanentes com vistas à implantação do leilão de bens móveis neste Poder Judiciário;
- ≡ A Norma de Procedimentos de Leilão foi editada e publicada. O Credenciamento dos Leiloeiros está em andamento;
- ≡ Foram autuados dois processos objetivando a avaliação dos bens já disponíveis para Leilão (veículos automotores e bens móveis comuns);
- ≡ Sistema e-Gap: desenvolvimento e implantação do módulo Almoarifado no sistema e-Gap, em substituição ao sistema Smarapd e RDM Online (pedidos), dentre outros módulos com assinatura eletrônica de documentos, por exemplo, o Termo de Responsabilidade de Bem Imóvel – Eletrônico;

Inventário Geral: execução do inventário geral de bens permanentes móveis em 2018, presencialmente, pela Comissão Permanente de Inventário do PJES, sob supervisão desta Coordenadoria, dentre outras ações que sanaram as inconsistências e as diferenças entre os registros contábeis - conta OUTROS BENS MÓVEIS (quadro abaixo).

Comissões especiais de trabalho:

- ≡ Comissão Permanente de Inventário;
- ≡ Comissão de Avaliação e Alienação de Bens;
- ≡ Comissão para Recebimento Provisório de Bens Doados pelo CNJ ao TJES.



## SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária é responsável pela gestão dos processos administrativos referentes ao Vale-Cidadão, com 19.229 vales-transportes entregues de 01/01/2018 até 30/09/2019;

A unidade também cuida da gestão dos processos administrativos de pagamento de perícias (diversas de médicas) e traduções em processos com assistência judiciária gratuita deferida, na forma do Parecer da Presidência desta Corte de Justiça e da Ordem de Serviço nº 004/2016, proporcionando a realização e o pagamento de 112 perícias/tradução, no total de mais de R\$ 160.000,00 de 01/01/2018 até 21/10/2019.

Em cooperação com a STI, a Secretaria Judiciária ainda desenvolveu projetos e melhorias contínuas de sistemas, que alcançaram o jurisdicionado e os servidores deste Poder Judiciário, destacando-se a implantação da distribuição de processos judiciais em plantão, inicialmente em Segundo Grau (junho/2018), sendo estendido também aos processos que tramitam no Ejud para o Primeiro Grau em 2019.

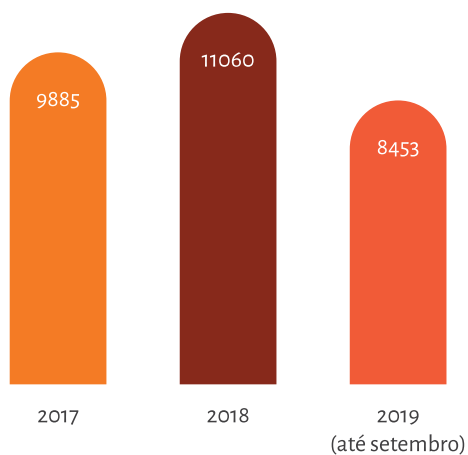


## Seção de Protocolo

Documentos protocolizados de 01/01/2018 até 30/09/2019 na Seção de Protocolo do Tribunal de Justiça: 121.007 petições de juntada, 18.307 petições iniciais e 31.643 expedientes, totalizando 170.957 documentos protocolizados. Em média, são mais de 8.100 documentos protocolados por mês e 400 documentos diariamente.

### Distribuição de Processos

Processos originários distribuídos no TJES



No ano de 2018, foram 31.707 processos que passaram pela Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição para distribuição ou redistribuição. De 01/01 a 30/09/2019, foram 23.921 processos. Apenas processos originários de Segundo Grau foram 11.060 em 2018, e 8.453 processos de 01/01 até 30/09/2019.

### Medidas adotadas:

- ≡ Manutenção dos Atos Normativos nº 070/2016 e 103/2015, que determinaram que as ações, recursos, incidentes e demais expedientes originários ou cujo processamento se efetiva, por regular remessa em Segunda Instância, após protocolização, serão enviados para numeração das folhas pela Secretaria do órgão julgador competente, diluindo o serviço que antes era executado única e exclusivamente pela Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição entre os 10 órgãos julgadores existentes em Segunda Instância, como ocorre em Primeiro Grau;
- ≡ Formação de Grupo de Trabalho para realização de mutirão junto à Coordenadoria de Protocolo, Registro e Distribuição, através do Ato Normativo nº 026/2018.



## Coordenadoria de Taquigrafia

Durante o ano de 2018 e no Primeiro Semestre de 2019, a Coordenadoria de Taquigrafia executou tarefas em 49.681 processos e em 412 audiências em Ação Penal, Medidas Protetivas; Processos Administrativos e outros, além de partes Administrativas em todas as sessões, conforme tabela a seguir:

Órgão Julgador	Número De Julgados	Número De Julgados	Total
Conselho	156	422	578
Pleno	447	277	724
1ª Cível	3	2	5
2ª Cível	4	3	7.774
3ª Cível	5	3	8.737
4ª Cível	5	3	8.509
1ª Criminal	5	3	8.707
2ª Criminal	4	3	7.816
Criminais Reunidas	262	193	455
1º Grupo Cíveis	164	67	231
2º Grupo Cíveis	195	87	282
<b>Total</b>	<b>30.730</b>	<b>18.951</b>	<b>49.681</b>



---

## Seção de Contadoria Judicial

Durante o ano de 2018, **6.282** processos passaram pela Seção de Contadoria Judicial deste Egrégio Tribunal de Justiça, sendo calculadas custas no montante de **R\$ 451.320,01**. Em 2019, até 30 de setembro, **5.876** processos passaram por aquele setor, sendo calculadas custas no montante de **R\$ 310.371,55**.



---

## Seção de Plantão e Mandados

Durante o exercício de 2018, 2511 mandados foram distribuídos aos Oficiais de Justiça em Segundo Grau, além das sessões realizadas. Já no primeiro semestre de 2019, foram 1240 mandados distribuídos e 2.594 diligências realizadas pelos oficiais de justiça em Segundo Grau, além das 181 sessões e 05 audiências em que atuaram.



## Coordenadoria de Gestão da Informação Documental

Durante o Biênio 2018/2019 algumas atividades se destacaram junto a essa Coordenadoria, quais sejam:

- ≡ Inauguração do Arquivo Central da Grande Vitória, localizado em Jardim Limoeiro, no município de Serra, centralizando o arquivamento dos processos dos Juízos de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, otimizando a guarda dos documentos e diminuindo custos com locação de alugueis isolados;
- ≡ Visitas para acompanhamento, vistoria, organização e orientações referentes aos arquivos das Comarcas do Estado, orientando a gestão dos mesmos com base na Resolução nº 56/2015 (processos judiciais) e Resolução nº 21/2019 (processos administrativos) de utilização da tabela de temporalidade e descarte de processos judiciais e administrativos, auxiliando na organização dos espaços e otimizando os alugueis de imóveis para tal fim. Todo o material descartado foi encaminhado à reciclagem, conforme Resolução nº 56/2015, Recomendação nº 37 do CNJ e orientações do Proname. Atendimentos: Barra de São Francisco, Linhares, Santa Teresa, Itarana, Afonso Claudio, Domingos Martins, Alegre, Castelo, Vargem Alta, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Santa Leopoldina, Água Doce do Norte, Mantenedópolis, São Domingos do Norte, Guaçuí, Jerônimo Monteiro e Mimoso do Sul;



	Editais de descartes Juizados Especiais	Editais de descartes Agravos de Instrumento
2018	10 editais publicados	65 editais publicados
2019	6 editais publicados	56 editais publicados

Através do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário Estadual, mais de **51 mil quilos de papel** tiveram destinação adequada durante o biênio 2018/2019.

- ≡ A Coordenadoria de Gestão da Informação Documental, através do Ato Normativo nº 153/2017, passou a exercer a função de unidade executiva do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e em virtude de tal designação capacitou e deu suporte, durante todo o biênio de 2018/2019, aos servidores de 2º e 1º Graus. O cronograma de cursos iniciou-se na região Central Serrana com sede em Santa Teresa, Sudoeste Serrana (Venda Nova do Imigrante), Litoral Sul (Itapemirim), Central Sul (Cachoeiro de Itapemirim), Caparaó (Guaçui), Rio Doce (Linhares), Centro Oeste (Colatina), Nordeste (São Mateus), Noroeste (Nova Venécia) e Metropolitana, que se dividiram em 3 cursos no auditório da Corregedoria Geral da Justiça em Vitória;

- ≡ A coordenadoria da Gestão iniciou, em outubro/2019, a catalogação de processos históricos do Poder Judiciário do Estado, começando-se pela Comarca de Santa Leopoldina, quando recolheu todos os processos de valor histórico da Comarca, constatando a existência de processos datados a partir de 1886;
- ≡ Atualização do acervo da “Biblioteca Des. Homero Mafra”, com aquisição de aproximadamente 250 livros novos, que estão à disposição dos usuários;
- ≡ O espaço cultural recebeu durante esse biênio, a cada mês, uma exposição diferente de artistas capixabas;
- ≡ A Coordenadoria de Gestão, para lembrar o Dia Nacional da Árvore, convidou os integrantes do Poder Judiciário do Espírito Santo, no dia 23/09/2019, a fazerem uma reflexão sobre o consumo inteligente do papel, por meio do gesto simbólico do plantio de duas mudas de Ipê Branco nos jardins do Tribunal de Justiça (TJES).



## SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária é o órgão financeiro central do Poder Judiciário, o qual se incumbe das atribuições definidas nos artigos 105 a 112 da Resolução nº 75/2011, dentre elas:

- ≡ Desenvolvimento de atividades de planejamento em auxílio à Assessoria de Planejamento e Orçamento;
- ≡ Organização, direção e controle das funções financeiras;
- ≡ A administração financeira, abrangendo os sistemas de gestão orçamentária, financeira e de contabilidade;
- ≡ Controle de recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário,

Secretaria	Coordenação	Seção
Secretaria de finanças e execução orçamentária	coordenadoria de contabilidade	seção de escrituração, análise contábil e análise patrimonial;
	Coordenadoria de execução orçamentária e financeira	seção de empenho e escrituração da despesa;





## Ações realizadas nos Exercícios de 2018 e 2019

- ≡ Elaboração de formulários e procedimentos no SEI – Sistema Eletrônico de Informações;
- ≡ Início da elaboração de Normas de Procedimentos de acordo com o novo fluxo de documentos após implantação do SEI;
- ≡ Elaboração de cronograma para a inclusão de todos os processos de pagamento no SEI;
- ≡ Publicação diária das receitas orçamentárias de todas as Unidades Gestoras do PJES;
- ≡ Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com cartão alimentação;
- ≡ Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas com Suprimento de Fundos;
- ≡ Publicação mensal dos relatórios referentes às despesas e receitas com Penas Pecuniárias;
- ≡ Estudos e reuniões visando à implantação do EFD-Reinf;
- ≡ Adequação e redução do valor da proposta orçamentária e das concessões às reais necessidades das unidades do Poder Judiciário, efetivando-se a integração entre o planejamento das unidades e o orçamento do Poder Judiciário.
- ≡ Adequação às normas vigentes para elaboração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal.
- ≡ Elaboração e distribuição de rotinas no âmbito da Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária, em razão do reduzido número de servidores;
- ≡ Publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira no Portal Transparência conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça;
- ≡ Estudo dos aspectos orçamentários e contábeis pertinentes aos gastos com softwares, especialmente no que tange ao seu reconhecimento, mensuração, avaliação e evidenciação;
- ≡ Apresentação de propostas para elaboração/atualização de atos normativos e normas de procedimentos relativos ao suprimento de fundos e cartão alimentação;
- ≡ Elaboração de manual para realização dos procedimentos relativos ao suprimento de fundos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- ≡ Elaboração de manual para realização dos procedimentos relativos a cartão alimentação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- ≡ Orientação e acompanhamento junto as Comarcas para as solicitações e prestações de contas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações;
- ≡ Orientação às áreas administrativas visando à preparação de relatórios gerenciais relativos à execução orçamentária e financeira e à gestão patrimonial do Tribunal;
- ≡ Elaboração trimestral do relatório gerencial Foco em Resultado ao Secretário Geral visando subsidiar decisões relativas à utilização de recursos financeiros previstos e à disponibilidade de caixa;
- ≡ Acompanhamento da disponibilidade financeira com a consequente programação de desembolso;
- ≡ Elaboração dos relatórios anuais da execução orçamentária, financeira e patrimonial e sua publicação;
- ≡ Publicação mensal dos demonstrativos de repasses previdenciários no portal transparência;

- ≡ Acompanhamento e controle da arrecadação das receitas judiciais e extrajudiciais;
- ≡ Controle dos contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres, relativos ao Tribunal de Justiça;
- ≡ Elaboração de cálculo do montante financeiro a ser mensalmente repassado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo;
- ≡ Baixa contábil dos valores registrados na conta 123110999 – Outros Bens Móveis referente às sobras patrimoniais apuradas na finalização do inventário patrimonial;
- ≡ Validação de documentos assinados digitalmente, em virtude de impossibilidade atual de assinatura de pessoas externas diretamente no SEI;
- ≡ Estudo das retenções tributárias a serem efetuadas nos pagamentos do PJES, para auxílio aos gestores dos contratos.



## SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

---

### Caracterização da unidade

Completando seus 10 anos de existência no final desse biênio, a Secretaria de Controle Interno – SCI, unidade administrativa diretamente vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES, nos termos da Lei Complementar nº 566/2010 tem suas competências definidas na Resolução nº 75, de 17 de fevereiro de 2011.

E para cumprimento de suas atribuições, a Secretaria de Controle Interno conta com duas Coordenadorias: Coordenadoria de Acompanhamento e Gestão e Coordenadoria de Auditoria.

---

### Principais atividades desenvolvidas na gestão 2018/2019

Como resultado do exercício das competências institucionais conferidas à Secretaria de Controle Interno por meio da Resolução TJES nº 075/2011 e, em cumprimento ao previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria e Controle, as ações desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno e suas Coordenadorias, no curso do biênio 2018/2019, concentraram-se no apoio à implementação de controles internos, na gestão do Portal Transparência do Poder Judiciário e na realização de auditorias, cujos objetos foram definidos levando-se em conta os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles, legalidade e criticidade.



Dentre as atividades realizadas durante o ano de 2018/2019, na Secretaria de Controle Interno, destacam-se:

- ≡ Realização de Auditorias Coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de Auditorias na área de Gestão de Pessoas, objetivando, no último caso, contribuir para a redução de gastos com pessoal;
- ≡ Acompanhamento das exigências legais/regulamentares aplicáveis e das Boas Práticas de Gestão, resultando na emissão de cerca de 50 Alertas à Gestão durante o biênio;
- ≡ Gestão do Portal Transparência, com a efetiva melhoria da “Transparência Ativa” do Poder Judiciário Estadual.
- ≡ Auditoria em folha de pagamento – Contribuição Previdenciária ao Regime Geral de Previdência (RGPS);
- ≡ Auditoria de contratação de estagiários;
- ≡ Auditoria de auxílio-saúde;
- ≡ Auditoria de teto remuneratório;
- ≡ Auditoria de verificação do cumprimento do Plano de Obras do TJES;
- ≡ Auditoria de verificação dos requisitos legais para paralisação de obras no âmbito do PJES;

## Auditoria e fiscalização

Em síntese, as auditorias finalizadas ou que estão em curso do biênio são:

- ≡ Auditoria em contratos e execução de serviços terceirizados;
- ≡ Auditoria no recebimento de obras e serviços de engenharia;
- ≡ Ação Coordenada de Auditoria do CNJ – Sistema de Governança de Tecnologia da Informação;
- ≡ Ação Coordenada de Auditoria do CNJ – Área de Gestão Documental;
- ≡ Ação Coordenada de Auditoria do CNJ – Área Orçamentária;
- ≡ Análise do 1º aditivo contratual da obra do muro de contenção e tratamento de trincas do salão do júri do Fórum de Itarana;
- ≡ Análise do 1º aditivo contratual da obra de demolição do muro de contenção de

Vale destacar que somente na auditoria de Contribuição Previdenciária do Regime Geral foi possibilitada uma **economia superior a R\$ 5,2 milhões ao Poder Judiciário**, por meio de compensações a serem realizadas junto ao INSS.

Além dos procedimentos formais de auditoria, foram realizadas as seguintes fiscalizações no âmbito da Coordenação da Auditoria:

5 (cinco) metros, com sua reconstrução, e reforço do muro de contenção de 3 (três) metros do Fórum de Guarapari;

- ≡ Análise do 1º aditivo contratual da obra de reforma de sanitários, calçada e muros, bem como, substituição do quadro geral de baixa tensão (QGBT) e do padrão de energia elétrica do Fórum de João Neiva;
- ≡ Vistoria na obra de demolição do muro de contenção de 5 (cinco) metros, com sua reconstrução, e reforço do muro de contenção de 3 (três) metros do Fórum de Guarapari;
- ≡ Finalização da vistoria na obra de reforma geral do Fórum de Guarapari;
- ≡ Verificações de pendências documentais e de inserção de dados no sistema informatizado de controle de obras públicas do TCE/ES (GEO-OBAS).

Quanto às verificações de pendências no sistema GEO-OBAS, ressaltamos que foi possível evitar-se a possível proposição de aplicação de multa pelo TCE/ES, a este Poder Judiciário, no montante aproximado de R\$ 80.000,00.

## Emissão de parecer na prestação de contas anual (PCA)

Foi realizado o exame das Prestações de Contas das Unidades Gestoras do Poder Judiciário dos anos de 2017 e 2018, de modo a subsidiar a elaboração do Parecer Conclusivo do Controle Interno opinando sobre a regularidade das contas do Ordenador de Despesa, peça integrante do processo de Prestação de Contas do Tribunal de Justiça, encaminhado à Corte de Contas Estadual, conforme disposições contidas na Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017.

Ano	Parecer sobre a prestação de contas	
	UG: Fundo Especial do Poder Judiciário – Funepj	UG: Tribunal de Justiça
Gestão Anterior 2017	Regular com ressalvas*	Regular sem ressalvas
2018	Regular sem ressalvas	Regular sem ressalvas

\* Parecer “Regular com ressalvas”, em razão das diferenças patrimoniais decorrentes do inventário de bens móveis e imóveis ainda em curso naquela ocasião.

Conforme se observa, no que se refere às contas do ano de 2018, o Parecer do Controle Interno para ambas Unidades Gestoras - UG (Tribunal de Justiça e Fundo Especial do Poder Judiciário) foi de contas regulares sem ressalvas.

## Análise do relatório de gestão fiscal

Consiste na Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), em cumprimento às exigências da Resolução TCE/ES nº 162/2001, Resolução TJES 75/2011 e Lei Complementar 101/2000 (LRF).

A cada publicação do RGF a Coordenadoria de Auditoria da Secretaria de Controle Interno emite um relatório de análise sobre o RGF e encaminha a Presidência do Tribunal.

Tal relatório, além de abordar aspectos formais dos demonstrativos, também abrange análise sobre evolução da Receita Corrente Líquida e da despesa com pessoal, do cumprimento de recomendações ou determinações do Tribunal de Contas, dentre outros assuntos atinentes ao tema.

## Monitoramento das recomendações resultantes de auditoria

No intuito de monitorar as providências adotadas após recomendações expedidas pela Secretaria de Controle Interno, foram iniciadas ações voltadas ao acompanhamento dos resultados de auditorias, nos moldes

previstos na Norma de Procedimentos 00.04 - Norma de Monitoramento de Auditorias, Inspeções Administrativas e Fiscalizações.

No biênio 2018/2019 foram monitoradas cerca de 72 recomendações.

## Atividades de controle e acompanhamento da gestão

Dentre as atividades de acompanhamento da gestão, atividade de controle preventivo desta Secretaria de Controle Interno, destacam-se:

### Fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo

A partir da Resolução TJES nº 21/2014, restou estabelecido o “Manual de Rotinas e Procedimentos de Controle do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo”, que conta com cerca de 80 normas de procedimentos, todas disponíveis na Intranet do Poder Judiciário, produzidas pelas diversas unidades administrativas do Tribunal de Justiça, com o apoio desta unidade de controle interno.

Na busca pelo fortalecimento do sistema de controle interno, destacam-se os esforços envidados na atualização de tais normas, haja vista a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), bem como a nova formatação aprovada pela Presidência do Tribunal de Justiça, cuja metodologia baseia-se na geração de fluxos dos processos, utilizando-se da ferramenta gratuita “Bisagi”.

### Análise de conformidade e cumprimento de determinações dos órgãos de controle externo

Durante os anos de 2018 e 2019, objetivando o cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle externo, quais sejam, Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e Conselho Nacional de Justiça, ressaltam-se as seguintes ações:

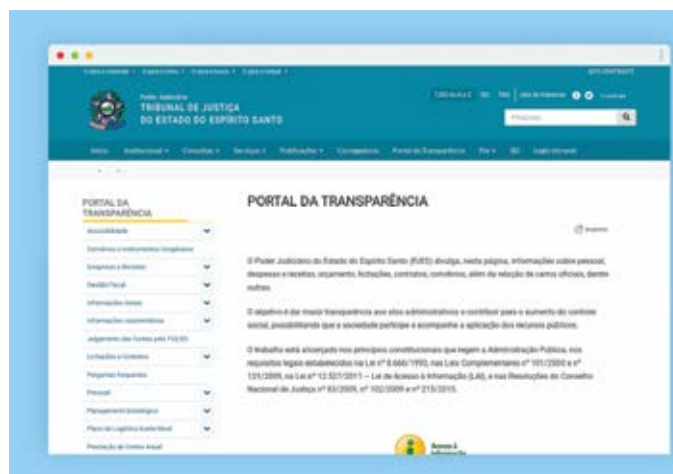
Acompanhamento da avaliação do Portal Transparência do PJES, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no

que se refere à implementação da Resolução CNJ nº 215/2015, alterada pela Resolução nº 260/2018, que instituiu o Ranking da Transparência do Poder Judiciário;

Acompanhamento de Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES), por determinação da Presidência do PJES, como também, dos trabalhos relativos ao inventário patrimonial do PJES, com o propósito de atender à determinação da Corte de Contas, constante no “item 2” do Acórdão TC-2005/2015, prolatada no Processo TC-3078/2014, referente à Prestação de Contas Anual.

### Gestão do Portal Transparência

Durante o biênio, em consonância com o disposto no Ato Normativo TJES nº 058/2012, esta Secretaria de Controle Interno participou, efetivamente, na gestão do Portal Transparência do PJES, promovendo o monitoramento e publicação de conteúdos no Portal, nos prazos previstos em lei/regulamentação específica.



### Serviço de Alerta

Recentemente implantado por esta unidade de controle interno, o Serviço de Alerta objetiva manter a Administração do TJES informada

acerca das Boas Práticas de Gestão Pública e das mudanças na legislação/regulamentação, propondo melhorias nos processos e serviços afetos.

Durante o biênio, foram expedidos cerca de 50 alertas.

---

## **Participação No CECI e no CTPCC**

Participação efetiva da Secretaria de Controle Interno no Conselho Estadual de Controle Interno (CECI), no intuito de promover a integração e o fortalecimento das unidades de controles internos dos Órgãos e Poderes do Estado do Espírito Santo.

A partir de 2018, a Secretaria de Controle Interno passou a integrar o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Estado do Espírito Santo (CTPCC), que tem por finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência na gestão da administração pública, estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

---

## **Equipe**

A equipe da Secretaria de Controle Interno, durante a Gestão 2018/2019, manteve, como principal característica, a multidisciplinaridade, permitindo que os conhecimentos específicos dos profissionais fossem utilizados em unidades administrativas afins.

Nesse sentido, todo o trabalho foi dimensionado para ser desenvolvido por uma equipe de sete servidores, nas especialidades de Direito, Administração, Engenharia e Contabilidade.

